ACTA N.º 3/2021

- - - Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano dois mil e vinte e um, no Teatro Municipal Sá de Miranda desta cidade de Viana do Castelo, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, sob a presidência de Maria Flora Moreira da Silva Passos Silva. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Sandra Portela Alves e Paulo Jorge Dias Torres, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. -

- - - Secretariou, em cumprimento do disposto no número 3 do artigo 55º do Regimento desta Assembleia Municipal, a Coordenadora Técnica da Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Georgina Maria Ferreira Marques. -

- - - A Câmara Municipal de Viana do Castelo fez-se representar pelo seu Presidente, Luís Nobre. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Manuel António Azevedo Vitorino, Carlota Gonçalves Borges, Ricardo Nuno Sá Rego, Maria Fabíola dos Santos Oliveira; Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira, Paulo Jorge Araújo do Vale, Ilda Maria Menezes de Araújo Novo e Cláudia Cristina Viana Marinho. -

- - - Pelas vinte e uma horas, foi declarada aberta a reunião com a presença da totalidade de membros em efetividade de funçoes.- -

- - - Uma vez que será feito registo magnético, apenas se fará referência às intervenções feitas durante a sessão da Assembleia Municipal. - - - - - - - - - - - - - - -

- - - A Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes documentos:- - - - -

- - - **PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART° 78° DA LEI N.169/99, DE 18 DE SETEMBRO:-** Agostinho Gomes (A), pelo período de 3 dias. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar o referido pedido de substituição. Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar a acta em minuta, nesta parte, para surtir efeitos imediatos. O referido Deputado Municipal foi substituído pelo eleito que se segue na correspondente lista, Daniel Robalo Simão e que iniciou de imediato as suas funções como Deputado Municipal tendo em atenção que se encontrava presente na sala e que a sua identidade é do conhecimento pessoal da Presidente da Assembleia. -

- - - **PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) N° 1 ART° 38° DA LEI N.° 169/99, DE 18 DE SETEMBRO,** do Presidente da Junta de Areosa que se faz substituir por João Tiago Bompastor Ferreira e tendo em atenção que se encontrava presente na sala, e cuja identidade é do conhecimento pessoal da Presidente da Mesa, iniciou de imediato as suas funções como Deputado Municipal. -

- - - Seguidamente, foi submetida a aprovação as actas números 1/2021 e 2/2021 realizadas em 18 de Outubro e 29 de Novembro, respetivamente, não se tendo registado qualquer intervenção, foram postas à votação tendo sido aprovadas, por maioria com 1 voto contra do BE e por unanimidade, respectivamente. - - - - - - - - - - -

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- - - A Presidente da Mesa da Assembleia, em cumprimento do disposto no artigo 28°

do Regimento, deu conhecimento que chegaram à Mesa os seguintes documentos:- Moção ADAM (doc. nº 2), apresentadada pela CDU, Moção - Transportes (doc. nº 3), apresentada pela CDU, Proposta de Recomendação - Combate ao abuso sexual de crianças (doc. nº 4), apresentada pelo PSD e Voto de Pesar pelo falecimento do Marsal da Silva Pereira (doc. nº 5), apresentado pelo PS, de cujo teor foi dado conhecimento através da leitura dos mesmos, tendo de seguida informado que seriam colocados a discussão e votados no final de todas as intervenções do período antes da ordem do dia. -

- - - Passou-se de imediato ao período de antes da ordem do dia, tendo-se registado a intervenção dos seguintes Deputados Municipais: Luís Jorge Videira (doc. nº 6), Barbara Barreiros (doc. nº 7), Daniel Robalo, Luis Louro, Presidente da Junta de Freguesia de S. Romão de Neiva e José Carlos Resende. - - - - - - - - - - - - - - - - - -

- - - Findas as intervenções dos deputados municipais inscritos, o Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos solicitados. -

- - - A Presidente da Assembleia pôs a discussão e posterior votação os documentos apresentados no início do período antes da ordem do dia, tendo a deputada Barbara Barreiros solicitado que fosse feito um intervalo de 5 minutos, tendo a Presidente da Assembleia, nos termos e ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 18°, conjugado com a alínea a) do número 2 do artigo 24° do Regimento, concedido um intervalo de 5 minutos. - - - - - Retomados os trabalhos passou-se à votação dos documentos, tendo obtido os seguintes resultados:-

⇨ Moção ADAM (doc. nº 2) - Rejeitada com 39 votos contra, 15 votos a favor.

O deputado Paulo Orfão proferiu declaração de voto. -

⇨Moção - Transportes (doc. nº 3) - Rejeitada com 39 votos contra e 15 votos a favor.

O deputado Julio Vasconcelos proferiu declaração de voto.

⇨Proposta de Recomendação - Combate ao abuso sexual de crianças (doc. nº 4). Interveio o deputado municipal Luis Louro que propôs que a presente proposta fosse remetida para a Comissão Permanente. A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade baixar o documento à Comissão Permanente.

⇨ Voto de Pesar pelo falecimento de Marsal da Silva Pereira (doc. nº 5) - Aprovado por unanimidade

ADITAMENTO À ORDEM DE TRABALHOS

A Presidente da Assembleia pôs à consideração da Assembleia Municipal o aditamente de um ponto tendo-se registado as seguintes intervenções:- Luis Louro, José Carlos Resende, Barbara Barreiros, Presidente da Junta de Freguesia de S. Romão de Neiva. A Assembleia Municipal deliberou, por ter considerado de resolução urgente, nos termos do artigo 19º do Código do Procedimento Administrativo, conjugado com o número 3 do artigo 29º do Regimento, e nº 2 do artigo 50º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro aditar à presente Ordem de Trabalhos os seguintes assuntos:

- **Eleição de representantes da Assembleia em diversas entidades**

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 37 votos a favor, 16 votos contra e 1 abstenção. -

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- - - Passou-se, de seguida, ao período da ordem do dia, com os assuntos constantes do documento que se junta sob o n.º 8. -

PONTO 1

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- - - A Presidente da Assembleia deu conhecimento que, em cumprimento do que dispõe a alínea c) nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, foi distribuída pelos Deputados Municipais a informação escrita do Presidente da Câmara (doc. nº 9), não se tendo registado qualquer intervenção. -

PONTO 2

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA CMVC E SMVC - 2022

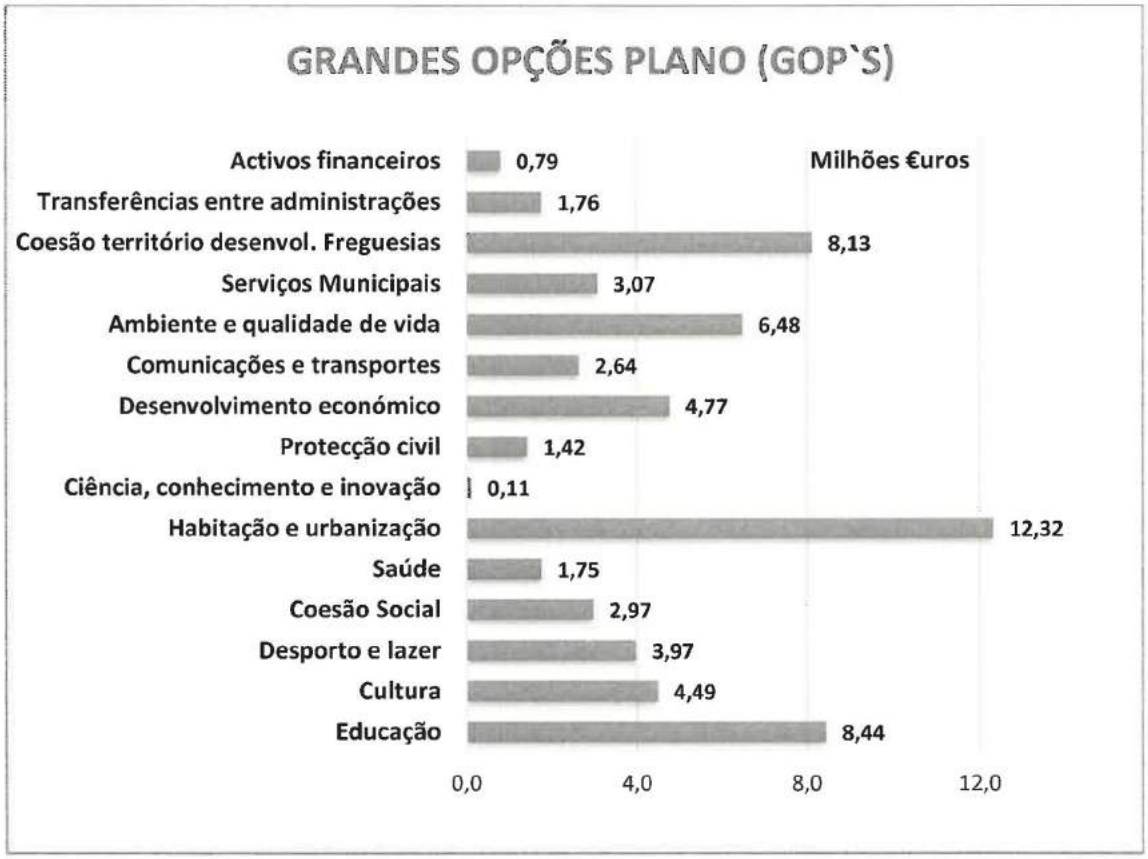
- - - A Presidente da Assembleia submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a proposta referida em título, a qual foi aprovada na reunião camarária realizada em 26 de Novembro findo (doc. n.º 10) e que foi remetida através do ofício GAP-357, de 27 de Novembro em cumprimento do disposto no nº 1 do artº 45º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, tendo o Presidente da Câmara dado a explicação que seguidamente se transcreve:- "**PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO 2021** – O concelho e o mundo enfrentam grandes desafios após 20 meses de realidade pandémica, que evidenciaram a nossa capacidade de cooperação, organização, intervenção e resposta, mas também e, em simultâneo, fizeram emergir aprendizagens e respostas para o nosso futuro coletivo. Nunca às políticas públicas e aos seus decisores foi imposta uma ação tão exigente, celeridade e assertividade nas opções estratégicas, orçamentais e na capacidade de decisão transversal em domínios, seja na economia, educação, cultura, saúde, coesão social e territorial e nas transições climática e digital. A desaceleração da economia, resultante dos sucessivos confinamentos, prejudicou significativamente as receitas diretas e indiretas do Município, sendo prudente espectar um cenário semelhante para o ano de 2022 - já consumado ao nível do IVA resultante da atividade turística nos anos de 2020/21 - que deve, numa assunção responsável, influenciar a estrutura orçamental do presente Plano de Atividades e Orçamento. Não menos relevante, é considerar-se

a imobilidade provocada pela dissolução da Assembleia da República que impede a disponibilização de Orçamento de Estado e a ativação dos diversos instrumentos financeiros europeus (PT2020, PRR e PT2030), instrumentos fundamentais de desenvolvimento para o país e para o Município, prejudicando a dinâmica e respetiva capacidade de execução do Plano Municipal. Neste cenário, encontramos como fator positivo a capacidade que o Município mantém na captação de Fundos Comunitários (**tendo garantido até ao momento 40 M€ no PT2020**), estabelecendo-se como quadro de oportunidade o período de "Overbooking" do PT2020, o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) que **disponibilizará mais de 42 M€ até 2026** - com financiamento a 100% -, nos domínios da saúde e social, e cirurgicamente na rede rodoviária, habitação, centros de investigação e valorização do território, eficiência energética, transições climática e digital, e do PT2030, programando investimentos assentes em quatro objetivos macro/comuns que promovam um desenvolvimento: (i) mais inteligente através da inovação, digitalização, transformação económica e apoio às PME; (ii) mais Verde, descarbonizado, implementando o Acordo de Paris e investindo na transição energética, nas energias renováveis e combate às mudanças climáticas; (iii) mais conectado com redes e nas estratégias de transportes e digitais; (iv) mais Social, investindo no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e apoiando a qualidade do emprego, a educação, as competências, a inclusão social e o acesso equitativo aos cuidados de saúde; e (v) mais próximo dos cidadãos, apoiando estratégias de desenvolvimento conduzidas a partir do local e o desenvolvimento urbano sustentável em toda a União Europeia. Cumulativamente, a nova realidade social, cada vez mais complexa, associada a uma sociedade cada dia mais heterogénea mas, ao mesmo tempo, seduzida a participar na gestão pública através do mundo digital e dos meios audiovisuais, obrigam-nos a assegurar e a garantir a capacidade para enfrentar a necessidade de promovermos reais transformações no modo de governar, devendo implementar-se um modelo de proximidade, inclusivo e assente nos cidadãos e nos agentes do território. **Objetivos do Plano -** O contexto atual remete-nos para a necessidade de estabelecermos um conjunto de ações estruturais que alicerçarão as opções e subsequente execução do presente plano, bem como das estratégias assumidas nas nossas agendas: "***Agenda da Inovação 2030 e***

Agenda2030 para a Economia do Mar". 1. Os mecanismos de apoio aos cidadãos como fator de mitigação da Pandemia, a consolidação dos incentivos à economia e a garantia de políticas ativas de auxílio ao 3.º setor (IPSS's) do concelho. Nesse sentido, serão desenvolvidos e implementados programas para a saúde, destacando-se a disponibilização do Centro de Vacinação (com custo suportados exclusivamente pelo Município), a cedência de testes gratuitos, a materialização do programa "Saúde Mais Próxima" em estreita cooperação e articulação com a entidade de saúde (ULSAM), e a consolidação do projeto "***Táxis Saúde***", que tem garantido a deslocação gratuita de centenas de Vianenses ao Centro de Vacinação e a outras Unidades de Saúde. Para a economia serão disponibilizados um conjunto de incentivos e mecanismos de apoio transversais e estruturais para todos os setores de atividade, com particular destaque para o setor do Comércio, com a implementação do programa "***Reativa Comércio***", com enfoque na valorização do comércio tradicional, a disponibilização de "***50 Lojas Âncora***" (com financiamento dos custos associados a rendas) e a implementação do "***Gabinete para a Revitalização de Lojas Comerciais***", que terá como principal missão o acompanhamento do setor e consolidação do projeto "***Comércio Digital***" e da Plataforma Viana Market. 2. A evolução da execução dos vários programas de financiamento comunitário permite-nos perspetivar apoios significativos em tipologias como a ampliação das redes de infraestruturas básicas (abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos), rodoviárias (**Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 - Deocriste e EN202 - Nogueira** e a **Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva** (Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva), a requalificação da Escola Pintor José de Brito e requalificação da EB Areosa e EB Santa Maria de Geraz do Lima, a ampliação e requalificação da rede de equipamentos sociais, a construção das novas Unidades de Saúde Familiar da Meadela, Alvarães e Litoral Norte e, finalmente, a conclusão das intervenções na área urbana do concelho estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU). 3. Para a execução do plano procurar-se-á um efetivo enquadramento dos projetos nos objetivos do PT2020, PRR e PT2030, nomeadamente: (i) Mobilidade Sustentável - consolidação das nossas eco e ciclovias que potenciem a adesão aos modos suaves e mobilidade ativa; (ii) Eficiência Energética - substituição progressiva dos

equipamentos de iluminação pública e equipamentos/edifícios; (iii) Cultura - estabilização do Programa de Valorização do Património Construído e implementação do programa "***Embaixadores da Cultura Vianense***"; (iv) Infraestruturas/Ambiente - ampliação das redes de infraestruturas básicas (abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos); (v) Mais Inteligente - inovando, transformando e garantindo uma efetiva transição digital da administração, dos múltiplos agentes e do território; (vi) mais Verde - agindo para uma concreta descarbonização do concelho, cumprindo os objetivos da nossa Agenda 2030 para a Economia do Mar, alocando recursos financeiros que garantam a transição energética, apostando na energia renovável como a verdadeira alavanca no combate às mudanças climáticas; (vii) mais conectado - com redes estratégicas de transportes para todo o território municipal e redes digitais com a disponibilização de uma rede 5G, tanto quanto mais ampla possível; (viii) mais Social - aprofundar todas as políticas municipais que promovam o apoio à qualidade do emprego, da educação, das competências, da inclusão social e do acesso equitativo aos cuidados de saúde; (ix) mais próxima dos cidadãos, apoiando estratégias de desenvolvimento conduzidas a partir do local e o desenvolvimento urbano sustentável para todo o concelho. 4. Para as candidaturas aos programas de financiamento comunitário P2020, PRR e PT2030, destacam-se as identificadas ou com forte probabilidade de financiamento como: a **Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva** (Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva), a **Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 - Deocriste e EN202 - Nogueira**, as novas **Áreas de Acolhimento Empresarial** de Alvarães Norte, Barroselas, Vila Fria, Castelo de Neiva, Cardielos e do Centro Logístico a Sul do rio Lima, o novo Terminal de Cruzeiros, as novas Unidades de Saúde Familiar da Meadela, Alvarães e Litoral Norte, Estratégia Local de Habitação, o **Centro Tecnológico Internacional de Energias Renováveis Oceânicas** e o **Centro de Incubação/Aceleração do Mar** "*VianaSeaBusinessCenter*".

Grandes Opções do Plano



Educação, Ciência e Conhecimento - A **Educação** assume-se como um pilar fulcral para o desenvolvimento humano sustentável do concelho, da região e do país. Alinhado por este desiderato, e no âmbito das competências que lhe são conferidas, o Município continuará apostado em garantir as condições para o acesso à Educação de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, apostando na promoção do sucesso escolar e no processo interinstitucional de combate ao insucesso e abandono escolar, em parceria com os agrupamentos escolares. Para o ano de 2022, temos como prioridade a **elaboração** de um **Projeto Educativo Municipal**, transversal a todo o território e níveis de ensino, que permita desenvolver uma estratégia educativa articulada entre vários domínios (e.g. ciência, cultura, desporto, ambiente, etc.) e simultaneamente, reforçar os impactos dos projetos de desenvolvimento curricular existentes. Pretendemos também revitalizar a **Rede Escolar de Ciência** e de **Apoio à Investigação Científica**, dinamizando o potencial dos **Laboratórios** e **Unidade de Memória** instalados nas escolas sede de agrupamento do concelho de Viana do Castelo, no âmbito

da autonomia e flexibilidade curricular conferida às escolas, e do **papel da ciência** na construção do conhecimento e de metodologias ativas nos processos de ensino e aprendizagem. Paralelamente, continuaremos a investir nos equipamentos educativos, assim como daremos continuidade ao Programa de Requalificação e Modernização do Parque Escolar do Concelho, reforçando também a capacidade infraestrutural necessária para a promoção plena da **Educação Digital**. Assim, da combinação dos Planos de Atividades e Plurianual de Investimento será garantido a fatia mais elevada do Orçamento, representando **8,4 M€ (13,4%)** nas Grandes Opções do Plano (GOP's). **Cultura** - Relativamente à Cultura, a candidatura de Viana do Castelo a **Capital Europeia da Cultura 2027** permitiu a reflexão e o diálogo dos cidadãos e das instituições culturais, na construção de um projeto comum mobilizador, que sintetizamos no lema **VIANA, MAR DE CULTURA**, que exprime todo o nosso potencial. Para além da elaboração de uma estratégia de desenvolvimento, alavancada pela cultura, esta candidatura permitiu criar uma consciência estratégica nos atores, predispondo-os a encetar um trabalho colaborativo, articulado e inclusivo, aberto à inovação e à mudança, com vocação e dimensão europeias, que será potenciado pela **criação** e **instalação** do **Conselho Municipal da Cultura**. Este projeto coletivo é a força motriz para integrar a oferta cultural no desenvolvimento de soluções urbanas sustentáveis, para a qualificação dos nossos agentes culturais, para estimular a criação artística e cultural, para fazer desta cidade um espaço de diálogo entre culturas, e de educação para uma cidadania, comprometida com a diversidade e aberta à afirmação da nossa dimensão europeia e internacional. Para além da aposta numa oferta cultural diversificada, com uma programação que associa formas de expressão tradicionais com outras mais contemporâneas, pretendemos ainda: 1. **Criar** um programa de **descentralização cultural nas freguesias** do concelho; 2. **Reforçar o programa de apoio à valorização do património histórico e religioso nas freguesias**, apostando na reabilitação destes edifícios, e potenciar o Turismo no âmbito do Caminho Português da Costa; 3. Implementar o Programa "***Embaixadores da Cultura Vianense***" visando a retoma da atividade de Grupos Folclóricos e Bandas Filarmónicas (apoio ao nível das infraestruturas, realização de atividades e deslocações para atuações fora do concelho); 4. Projetar os principais eventos culturais, reforçando a sua atratividade e relevância para a dinamização cultural, económica e estratégica de

desenvolvimento do concelho. O ano de 2022 **marcará** o **início de um ciclo de investimentos materiais e imateriais** que pretendemos consolidar ao longo dos anos seguintes, resultando num esforço superior a 4,4 M€ (7,1%) nas Grandes Opções do Plano (GOP's). **Desporto e Lazer** - Viana do Castelo tem como ambição ser "***Cidade Europeia do Desporto 2023***", com o propósito de projetar a cidade no plano nacional, europeu e internacional como referência na área do desporto e do bem-estar. Somos um concelho que vive e respira desporto, resultado de uma extensa rede de clubes, associações e coletividades e, por isso, a visão do Município passa necessariamente pelo estímulo da prática desportiva formal e informal, investindo, nesse sentido, na formação de atletas, em técnicos e dirigentes, bem como no incentivo de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, promovem a prática desportiva, levando a bandeira de Viana do Castelo a todo o mundo. É objetivo do Executivo envolver e mobilizar a população vianense na promoção de uma filosofia de coesão em prol desta candidatura a "***Cidade Europeia do Desporto 2023***". Acreditamos que esta distinção nos incentivará a investir na priorização da política desportiva municipal, contribuindo para aumentar o número de praticantes de atividade física e conquistando melhores condições para os nossos atletas. Para isso, contamos com o envolvimento e participação ativa de todos os vianenses, atletas, clubes e associações na candidatura de "***Viana do Castelo Cidade Europeia do Desporto 2023***", difundindo o espírito de Viana do Castelo como uma Cidade Europeia do Desporto, que trabalha a inclusão das classes socialmente desfavorecidas e das pessoas com deficiência. Pretendemos que a candidatura seja um impulso para que, em espírito de união e mobilização com todas as coletividades e comunidade, continuemos a investir na formação das crianças e jovens, no acompanhamento dos seniores, estimulando o bem-estar físico e mental dos cidadãos de todas as idades e classes sociais, assegurando acima de tudo, a promoção e o desenvolvimento do **Desporto para Todos**, conforme estabelecido na Carta Europeia do Desporto para Todos. O Executivo pretende também potenciar as infraestruturas naturais de que o concelho dispõe, através da implementação de uma **ESTRATÉGIA MUNICIPAL PARA O DESPORTO DE NATUREZA**, consolidando a estratégia implementada nas Náuticas e consolidando outras atividades desportivas de natureza. Desta forma, procuraremos reforçar as INFRAESTRUTURAS DE DESPORTO DE NATUREZA (Outdoor), posicionando Viana do Castelo como destino de referência,

capitalizando as condições naturais de mar, rio, vento, monte, praias e costa atlântica de excelência e requalificada. Daremos também continuidade à requalificação das infraestruturas existentes e iniciaremos a **CONSTRUÇÃO DA CIDADE DESPORTIVA**, criando um corredor verde desportivo entre a Praça Viana e o Complexo Desportivo Manuela Machado, dotando-o de infraestruturas de desporto e lazer. Outro dos desígnios do Executivo é criar condições para o AUMENTO DA PRÁTICA DO DESPORTO ADAPTADO através de protocolos entre o Município e os clubes para que criem secções de desporto adaptado, através da reestruturação e apetrechamento das infraestruturas desportivas. Pretende-se, ainda, aprofundar o APOIO AO RENDIMENTO DESPORTIVO através da criação de uma Unidade de Apoio de Alto Rendimento na Escola, em parceria com os Agrupamentos Escolares, e da criação do Gabinete de Otimização do Treino Desportivo, em parceria com o IPVC. **Saúde -** As consequências da COVID-19, doença qualificada pela Organização Mundial da Saúde como pandemia internacional, continuam presentes. As respostas do município, em articulação com os mais diversos agentes de proteção civil, agentes sociais e da saúde, permitiu aumentar a resiliência para fazer face a esta pandemia através da implementação de uma série de medidas que permitiram combater e mitigá-la: (i) **Testagem Covid19**; (ii) **Unidade de Apoio Covid19**; (iii) **Apoio para a aquisição de equipamentos e implementação do Centro de Vacinação**; (iv) **Reforço dos cuidados domiciliários**; (v) Apoio nos transportes, entre outras. O combate à pandemia não cessou, por isso, continuaremos a apoiar as populações, a implementar incentivos e apoios a entidades como a Cruz Vermelha, Bombeiros Voluntários e Instituições Particulares de Solidariedade Social. Neste sentido, os apoios incluirão a **disponibilização de testes**, **equipamentos de proteção individual** e **apoios às IPSS's** para aquisição de equipamentos de proteção individual, entre outros. **Asseguraremos**, sempre, que todos os cidadãos tenham **acesso a serviços de saúde de qualidade**, **independentemente** da sua **condição económica** e do **local** onde **residam**, bem como a **equidade na distribuição dos recursos**. A existência de inúmeros determinantes da saúde que podem influenciar a saúde das pessoas e das comunidades pressupõe uma perspetiva holística da saúde. A temática dos ambientes e estilos de vida saudáveis está fortemente associada aos fatores que mais influenciam a saúde: fatores comportamentais e de estilo de vida, genética, nível socioeconómico, educação, fatores geográficos ou ambientais, económicos, sociais e culturais, tipo

e qualidade dos serviços de saúde prestados. As intervenções desenvolvidas no quadro deste domínio estratégico visam, a montante, promover a prevenção de doenças e a adoção de estilos de vida saudáveis, e a jusante, melhorar a resposta do SNS às necessidades dos cidadãos (aumentando a qualidade da prestação de serviços e a abrangência da provisão de serviços), mas também torná-lo mais resiliente, conjugando respostas urgentes com o normal funcionamento do sistema, capaz de se adaptar às mudanças estruturais (e.g. envelhecimento da população) e, em simultâneo, resistir às pressões conjunturais (e.g. atual situação vivida com a pandemia). Por conseguinte, é uma prioridade não só apostar fortemente na saúde preventiva, na literacia em saúde e na proteção dos que não estão doentes, mas também dotar o sistema de saúde municipal de instrumentos tendentes a incrementar a capacidade de responder melhor e, de forma mais adequada, às necessidades e expectativas dos cidadãos, de se renovar e reorganizar e, simultaneamente, de reduzir as desigualdades, promovendo a acessibilidade, a proximidade, a equidade e a universalidade no acesso à saúde. Desta forma pretendemos: 1. **Definir** e **implementar** uma **Estratégia Municipal da Saúde**, com destaque para a temática da saúde mental, que garanta a criação de respostas residenciais na comunidade, assim como a implementação de um programa de apoio ao cuidador informal; 2. **Qualificar** as **instalações** e os **equipamentos** de saúde existentes, adaptando estes equipamentos aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde, assegurando melhores condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais, incluindo, em articulação com a ULSAM, um programa para requalificação e ampliação do hospital distrital, que garanta ganhos na qualidade dos serviços prestados e a implementação de novas valências/serviços de saúde; 3. Aumentar a capacidade de resposta na prestação de cuidados de saúde de proximidade com a **construção de 3 novas Unidades de Saúde** (Unidade de Saúde da Meadela, Alvarães e Litoral Norte - Afife, Carreço e Areosa); 4. **Implementar** um conjunto de projetos que visem a promoção de estilos de vida saudáveis; 5. Criar, em parceria com os cuidados primários da ULSAM, uma unidade de investigação, inovação e desenvolvimento para os cuidados de saúde na comunidade. **Coesão Social e Juventude** - A Coesão Social assume-se como uma das traves mestras das políticas adotadas pelo Executivo, pelo que o investimento na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos é absolutamente fundamental para um concelho

socialmente justo e equilibrado. A rubrica da Coesão Social é uma vez mais reforçada, assumindo um papel de grande destaque no apoio às **Instituições de Solidariedade Social**, pois estas são os verdadeiros atores locais no combate às desigualdades sociais e no apoio às famílias em todas as faixas etárias. Com um investimento aproximado de **3 M€**, pretendemos dar continuidade e reforçar o espaço de atuação da Rede Social de Viana do Castelo, através dos parceiros do Conselho Local de Ação Social, reforçar o investimento nos equipamentos das IPSS, e no apoio direto às famílias com o programa "***Mais Família***", que será constituído por um conjunto de ações e medidas de apoio à família, nomeadamente aumento de vagas nas creches, apoio à natalidade e outros. Com a conclusão do **Diagnóstico Social de Viana do Castelo** e do **Plano de Desenvolvimento Social**, documentos orientadores de toda a ação a desenvolver no Município, uma vez que integra um conjunto de projetos de acordo com as necessidades identificadas ao longo destes últimos dois anos, ficarão reunidas as condições para a consolidação das políticas públicas municipais no domínio social. No plano da ação, a população migrante continuará a ser apoiada através do **CLAIM** - Viana do Castelo e do **Plano Municipal para Integração de Migrantes**, tendo como objetivo alargar as respostas de apoio e orientação à comunidade migrante. Viana do Castelo **contará** também, a partir de janeiro, com uma **equipa** de **mediadores interculturais** que assumirão um papel fundamental neste apoio e orientação direta. Será, também, um ano exigente, resultado do processo de descentralização e respetiva conclusão, transferindo um conjunto de competências como o **Serviço de Apoio** e **Acompanhamento Social** e os protocolos de **RSI**, até agora geridos pela Segurança Social, implicando um aumento de recursos humanos associados e de respostas sociais prestadas pelo Município. **Continuaremos** a garantir um conjunto de **acordos** e **protocolos com as nossas IPSS's**, para que se mantenham com capacidade de intervenção e resposta às necessidades identificadas e urgentes da população, garantindo a sua viabilidade e sustentabilidade, em articulação com a Rede Social de Viana do Castelo, que será o motor para que todos estes apoios possam ser concretizados, **posicionando Viana do Castelo como um concelho socialmente ativo** e onde as desigualdades sociais são cada vez menores. O **investimento nas políticas de juventude** tem-se alicerçado numa clara resposta às necessidades identificadas pelos jovens, sendo estes parceiros e interlocutores do Município com vista à **estabilização** de uma **Política Municipal de**

Juventude. É um crescimento conjunto e diário que visa garantir uma efetiva correspondência entre as necessidades sentidas pelos jovens e as políticas de juventude a ser implementadas no território. Com um orçamento aproximado de **200 mil €**, potenciaremos a auscultação dos jovens, através do **Conselho Municipal da Juventude** e do **Gabinete da Juventude**, no qual proporcionaremos um atendimento personalizado, ouvindo, dialogando e encaminhando. Pretendemos continuar a valorizar, incorporando novos parceiros na rede e incrementando novos benefícios no **Cartão Jovem Municipal**, visto que este tem como missão facilitar a fixação e vivência dos jovens em Viana do Castelo, assumindo-se também como um veículo de informação, divulgação e promoção dos vários serviços do Concelho e do comércio tradicional local. Consolidaremos a atribuição de **Bolsas de Estudo** aos alunos matriculados ou inscritos no 1.º ciclo do ensino superior, residentes no Concelho de Viana do Castelo, com o objetivo de estimular a continuação dos estudos pelos alunos com menores recursos económicos. Os projetos **Jovens com Talento** e **Jovens Empreendedores** são uma aposta ganha do Município, tendo proporcionado a criação de projetos culturais e projetos empreendedores que resultaram em postos de trabalho ao permitirem aos jovens a criação do próprio emprego. Porque consideramos importante promover as **Associações Juvenis** e os **Jovens Talentos** do concelho, manteremos a **Revista da Juventude** e o **Podcast** "***Juventude à Conversa***" para que seja possível a toda a comunidade conhecer e reconhecer o que de melhor se faz no território pelas mãos da juventude. Finalmente, estabeleceremos como ambição a criação de um **Plano Municipal de Juventude** para concretizar todos os pressupostos para ser uma "***Cidade Amiga da Juventude***". **Habitação e Urbanização** A habitação assume também um papel estrutural no presente orçamento, resultado da Estratégia Local de Habitação (ELH) que está a ser desenhada pelo Município e que concretizou já a sua primeira fase através do Programa 1º direito. Nesta primeira fase, durante o ano de 2020 e 2021, foram identificadas através do diagnóstico das carências habitacionais do concelho, um universo de famílias que necessitam de algum tipo de resposta. Neste sentido, elaborou-se, aprovou-se e garantiu-se financiamento para a 1.ª fase da ELH que prevê um investimento total de **27 M€ até 2026**, **18 M€** a executar pelo município na requalificação do parque habitacional, construção e aquisição de terrenos e/ou habitação para responder às necessidades identificadas, assim como a

construção de uma unidade de alojamento temporário para sem-abrigo. Estando em fase de conclusão a 2.ª fase da ELH, temos como objetivo adotar uma estratégia de reequilíbrio do mercado, promovendo soluções diversificadas, economicamente sustentáveis e que estimulem a oferta para todos os estratos socioeconómicos, a preços compatíveis com o rendimento dos vianenses e atrativos para novos residentes. Responderemos através de soluções concretas a uma necessidade específica dos munícipes e famílias residentes no concelho. A **Reabilitação Urbana**, através do programa PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano), permitiu operacionalizar intervenções significativas na área urbana - Darque e na UF Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela -, no valor aproximado do **18,7 M€**, nomeadamente na requalificação de espaços público, ação que gerou um efeito indutor no investimento privado na reabilitação de edificado particular. A estratégia do Executivo para a Reabilitação Urbana no concelho disponibilizou um conjunto de incentivos, a empresas e particulares, como isenções no IMT e IMI, deduções no IRC e IRS e aplicação da taxa de IVA a 6% nas 9 Áreas de Reabilitação em vigor (ARU Alvarães, ARU Barroselas, ARU do Centro Histórico, ARU da Cidade Norte, ARU da Cidade Poente, ARU de Darque, ARU da Frente Atlântica, ARU da Frente Marítima da Amorosa e ARU da Frente Ribeirinha de Viana do Castelo). Assim, os resultados alcançados nos indicadores da Reabilitação Urbana no Concelho (mais de **1.275 edifícios reabilitados**) e o **significativo volume de investimento privado** (mais de **200 M€ nos últimos 8 anos**), mobilizam-nos para avançarmos para a delimitação de mais duas novas Áreas de Reabilitação Urbana, concretamente para Lanheses e para Vila Nova de Anha. **Desenvolvimento Económico -** É objetivo do Executivo continuar a desenvolver uma estratégia sólida de desenvolvimento e atração/fixação de investimentos âncora de referência local e internacional que consolidem os Clusters existentes, bem como atraia e fixe os emergentes, nomeadamente no domínio da Economia Azul/Economia do Mar, estabelecendo o ambiente e condições para a concretização da **Agenda2030** "***Economia do Mar***" e dos seus objetivos: (i) Centro Tecnológico Internacional de Energias Renováveis Oceânicas; (ii) Plataforma Integrada de Desenvolvimento Sustentável e de Aceleração da Inovação Azul, Ancorada no Porto Marítimo; (iii) Alavanca da re-industrialização Azul Através da Construção, Reparação e Conversão Naval; (iv) Destino de Excelência de Experiências Náuticas Sustentáveis de Alto Valor Acrescentado.

Aliança entre Tecnológico, Turismo, Recreio, Desporto, Educação, Literacia e Cultura; (v) Maternidade de Vida Marinha com Aquacultura e Pesca Sustentáveis e (vi) Rede de Produtores da Economia do Mar em Viana do Castelo, sobre o lema "***Retoma Através do Mar***". As transições climática e digital oferecem-nos uma enorme **oportunidade** para que tudo aconteça e seja consequência da **adoção/incremento** de tecnologias no concelho e nos seus atores, concorrendo para um **verdadeiro território inteligente**, usando a tecnologia para incrementar **qualidade de vida**, desenvolvimento económico, sustentabilidade e, agora, resiliência que, neste momento chave de desenvolvimento e de desafios económico e social, funcionará como princípio de **acelerador** para a **transição digital** do Concelho. É fundamental estabelecer um real **Ecossistema de Inovação**, que alcance Políticas Públicas sábias e inteligentes e que garanta um "***O território encarado como um centro de facilidade, voltada para o futuro***", que **fomente** a inclusão da atividade industrial, mas também do comércio local de proximidade que ocorra no ambiente da **economia digital**. Assim, vamos continuar a apostar nas infraestruturas que melhorem a conectividade e a competitividade do Concelho, **num esforço de investimento 4 vezes superior** ao Plano de Atividades Orçamento de 2021. **Comunicações e transportes -** Nesta rubrica destacam-se dois dos mais significativos investimentos considerados estruturantes: a **Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva** (Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva) e a **Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 – Deocriste e EN202 – Nogueira**, com financiamento garantido através do PRR. A requalificação e conservação da rede viária municipal e das passagens desniveladas serão sempre investimentos necessários e importantes que teremos em conta. Salienta-se, ainda, o investimento a realizar no âmbito da mobilidade sustentável, através do desenvolvimento de um Plano Estratégico, na consolidação das ciclovias e ecovias e em especial a travessia pedonal do rio Lima. Pretende-se desenvolver infraestruturas e o desenho urbano, designadamente na matéria dos modos suaves, dos sistemas de circulação viária e de estratégias coerentes de estacionamento, compatíveis com novas exigências quer de mobilidade, quer de qualidade do ambiente urbano, promotoras da descarbonização e humanização do território. Pretendemos promover a implementação, logo que concluído o processo concursal para atribuição de novo operacional interurbano e intermunicipal pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, para garantir o

ajustamento no sistema de transportes públicos e escolares e da inter-relação entre os diversos modos rodoviário e ferroviário, em termos de rede e do seu ajustamento às especificidades locais, da qualificação dos pontos de paragem e interface e da introdução de tecnologias de suporte. **Ambiente, Qualidade de Vida e Transição Climática -** O Ambiente tem de ser visto de uma forma integrada e sustentável, que se cruza com as várias rubricas deste orçamento, sobretudo para dar respostas aos eventos ocorridos ou que possam ocorrer fruto das alterações climáticas. O bem-estar de todos, a proteção do ambiente e o combate às alterações climáticas, assim como erradicação da pobreza e a promoção da prosperidade, são os objetivos de um desenvolvimento sustentável. É nesse propósito que a rubrica do ambiente se projeta, dando por isso importância à educação ambiental e aos investimentos que assegurem a estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas. Na rubrica ambiente, a aposta passa pela continuidade da importância dada ao abastecimento de águas e rede de drenagem de águas residuais e pluviais. Foram incluídos nesta rubrica os espaços florestais através do Plano Municipal de Execução de Gestão Integrada de Fogos Rurais em substituição do Plano Municipal de Defesa da Floresta, onde se inclui a rede de defesa da floresta contra incêndios, que integra as faixas de gestão de combustíveis, a rede de pontos de água e a rede viária florestal. A requalificação de áreas naturais, dos espaços classificados como Monumentos Naturais, Rede Natura 2000, a rede hidrográfica e margens de rios, as praias e, em particular, as potenciais áreas protegidas como Serra D'Arga, Afife e Montedor e ainda o Estuário Inferior do Lima, são domínios em que queremos particularmente investir e dar prioridade. Os equipamentos existentes e a dinamizar, como os Observatórios do Litoral Norte, o Observatório Internacional da Serra D'Arga, onde se deve realçar o Instituto Internacional de Equinologia, as Portas do Geoparque, o Parque Ecológico Urbano, assim como todos os trilhos da Rede Municipal dos Percursos Pedestres e a criação de uma rede de Miradouros e Parque de Recreio e Lazer, são investimentos a que queremos dar continuidade e valorizar, relacionando sempre o ambiente com a educação, a cultura, a saúde e o desporto. A agricultura e os espaços rurais do concelho não serão esquecidos, através do parque agrícola na área do PIERACA e de uma bolsa de terrenos. Pretende-se estimular a cultura dos terrenos abandonados e apoiar os jovens nesses investimentos, incentivando a produção local e tradicional e biológica quanto possível. No

domínio das infraestruturas básicas pugnaremos, junto das Entidades Águas do Norte e Águas do Alto Minho, pelos investimentos na requalificação/renovação e ampliação de redes de abastecimento de água e saneamento. No domínio resíduos sólidos urbanos, e com selagem definitiva do atual aterro em 2022, cimentaremos projetos como o da compostagem, separação e da sensibilização para a mudança de comportamento sustentáveis.

Coesão Territorial / Freguesias

Desejamos um território cada vez mais coeso, resultante de um sistema que promove a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, pelo que continuaremos a promover uma cada vez melhor articulação com as Uniões e Juntas de Freguesia, porque são os nossos agentes de desenvolvimento integrado e o garante da Coesão Territorial e Social do concelho. Assim, para continuar a garantir o desenvolvimento da Cultura e do Desporto como fatores de Coesão Social e Territorial, onde todos estabelecemos a estratégia, criamos cultura, executamos, exibimos e difundimos a nossa identidade e os nossos bens culturais, desportivos e sociais, estabelecemos **8,1 M€** (**12,2%** das Grandes Opções do Plano), no Plano de Atividades Municipais para investimento da iniciativa das Uniões e Juntas de Freguesias. **Serviços e Proteção Civil** - A prioridade da ação na área da proteção civil continuará a assentar na salvaguarda de pessoas, bens e animais de companhia. Daremos continuidade ao projeto, desenho

e implantação de um **Centro Municipal de Operações de Socorro**, órgão de coordenação de toda a atividade operacional de socorro e emergência, estrutura permanente e integrada que apoiará, em exclusivo, a **Comissão de Proteção Civil Municipal**. No sentido de aprofundar a capacidade de intervenção de todos os serviços, retomaremos e consolidaremos os programas de aquisição de veículos operacionais, de formação e o aumento do efetivo, garantindo a capacidade de operacionalização de todas as saídas de emergência e socorro, bem com concluiremos o Centro Municipal de Operações de Socorro, em fase avançada de construção. **Governança, Transição Digital e Inovação -** O presente que vivemos é absolutamente exigente, oferecendo-nos grandes desafios, mas também grandes oportunidades. A Economia 4.0 e a futura 5.0 (que reequilibrará a relação entre a máquina e o Homem) contribuiu para a exponencial digitalização da sociedade e da economia, obrigando-nos a garantir uma efetiva transição digital de Viana do Castelo para um concelho mais digital e, consequentemente, mais competitivo e reconhecido internacionalmente. Paralelamente temos cidadãos e eleitores mais conscientes da sua corresponsabilidade sobre a "Polis" e a sua gestão, que procuram modelos e mecanismos bem estabelecidos de transparência e exigem papéis diferentes de atuação do poder público e autárquico, procurando para si uma forma própria de se relacionar com eles e indagando a promoção de mudanças disruptivas e impactantes, as quais implicam grandes transformações das políticas públicas e respetivos relacionamentos, novos modelos de administração que garantam a patilha de informação e participação social. Assumimos a digitalização como motor transversal de crescimento e inovação em todos os setores de intervenção municipal. É nosso objetivo reestruturar a instituição Município e respetiva organização, adequando-a a uma sociedade atuante e digital, garantindo uma instituição de confiança que assente a sua missão numa contínua melhoria e proximidade e que avalize uma gestão municipal aberta à sociedade e às empresas, impactando o concelho nos contextos local, regional e internacional. Assim, aproveitaremos o potencial transformador do digital para posicionar o município, nos diferentes sectores, na vanguarda do Digital e da Inovação com: 1. Instalação de incubadoras para a criatividade e arte digital, com ligação ao ensino superior, contribuindo para a afirmação de Viana do Castelo como uma "***Smart City***"; 2. Capacitação e

inclusão digital, através da criação de um programa de digitalização para as escolas, criação de um programa de formação intensiva e especializada na área digital para profissionais empregados e desempregados e lançar uma **Academia Criativa** para a inclusão digital; 2. Transformação digital do tecido empresarial através da criação de um "***Digital Innovation Hub***" - redes colaborativas que incluem centros de competências digitais específicos, com o objetivo de facilitar a disseminação e adoção de tecnologias digitais avançadas por parte das empresas; 3. Promoção da transição digital do município, melhorando processos internos e apostando na desmaterialização em todas as áreas, agilizando a comunicação entre a sociedade e os serviços municipais. Finalmente, todas as opções estratégicas e ações/projetos assumidos neste Plano de Atividades e Orçamento, serão tanto mais viáveis, com a sua aceitação e aprovação pelos Órgãos Municipais (Câmara e Assembleia Municipal) e resultado de um processo de partilha e construção com os agentes relevantes do território, destacando o nosso Conselho Empresarial Estratégico, o Instituto Politécnico e todos os Movimentos Empresariais, Sociais, Cooperativos e rede de parceiros institucionais e outros que o Município integra. (a) Luís Nobre", e registando-se a intervenção dos deputados municipais:- Filipe Vintém (doc. nº 11), Manuel Moreira, Daniel Robalo (doc. nº 12), Júlio Vasconcelos (doc. nº 13), Luís Barreiros (doc. nº 14), José Carlos Freitas, Manuel Salgueiro, Luís Louro. -

- - - Finda estas intervenções, o Presidente da Câmara prestou esclarecimentos- - - -

- - - De seguida, foi submetida à votação da Assembleia Municipal a proposta da Câmara tendo sido aprovada por maioria com 39 (trinta e nove) votos a favor dos Agrupamentos do PS, JFI, e PSD (Presidentes das Junta de Freguesia de Santa Marta de Portuzelo, Lanheses e Freixieiro de Soutelo), e deputado independente Luís Jorge Videira, 8 (oito) abstenções dos Agrupamentos da CDU, CDS/PP e BE e 7 votos contra dos Agrupamentos do PSD e Aliança pelo que a Assembleia Municipal deliberou nos termos das disposições conjugadas do artigo 33º, número 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12

de Setembro, na sua atual redação e do Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL) aprovar o Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Viana do Castelo para 2022. - - - - - - - Por ultimo, foram proferidas declarações de voto pelo PSD, CDS/PP e Aliança.- -

PONTO 3

ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA EM DIVERSAS ENTIDADES

A) - COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS

- - - Em cumprimento do disposto na alínea b) do nº 3 do artigo 29º, do Decreto Lei nº 82/2021, de 13 de Outubro procedeu-se á eleição de dois Presidentes de Junta de Freguesia para fazer parte da **Comissão Municipal de gestão integrada de fogos rurais,** tendo o Presidente da Assembleia dado a esta conhecimento de que foi entregue uma lista, que foi designada por "LISTA A" (doc. nº 15) com a seguinte constituição:- Presidente da Junta Freguesia de Carreço - **João Nuno Amorim Pinho e** Presidente da Junta de Outeiro - **José Manuel Vieira Morais.** De seguida procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, para a referida eleição, tendo-se verificado que entraram na urna 51 boletins de voto, e que foi o seguinte o resultado apurado:- "LISTA A" - 35 votos, brancos 14 e 2 nulos ficando, assim, eleitos os referidos Presidentes de Junta como representantes da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de gestão integrada de fogos rurais. -

-B) – COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇAO CIVIL

- - - Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 201/2005 procedeu-se á eleição de um autarca de freguesia para fazer parte da Comissão Municipal de Proteção Civil, tendo a Presidente da Assembleia dado a esta conhecimento de que foi entregue à Mesa uma

lista, (doc. nº 16) que foi designada por "LISTA A", com a seguinte constituição:- PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA DE PUNHE – ANTÓNIO COSTA. De seguida procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, para a referida eleição, tendo-se verificado que entraram na urna 51 boletins de voto, pelos quais se verifica que 36 Deputados Municipais votaram na "LISTA A", 14 votos brancos e 1 voto nulo. Em face deste resultado, ficou aprovada a lista "A", ficando, assim, eleito o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA DE PUNHE, ANTÓNIO COSTA** como representante na Comissão Municipal de Proteção Civil. -

C) - CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL

- - - Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei nº 201/2005 procedeu-se á eleição de um autarca de freguesia para fazer parte do Conselho Cinegético Municipal, tendo a Presidente da Assembleia dado a esta conhecimento de que foi entregue à Mesa uma lista, (doc. nº 17) que foi designada por "LISTA A", com a seguinte constituição:- PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AFIFE – DUARTE OLIVEIRA. De seguida procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, para a referida eleição, tendo-se verificado que entraram na urna 51 boletins de voto, pelos quais se verifica que 36 Deputados Municipais votaram na "LISTA A", 14 votos são brancos e 1 voto é nulo. Em face deste resultado, ficou aprovada a lista "A", ficando, assim, eleito o **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AFIFE, DUARTE OLIVEIRA** como representante no Conselho Cinegético Municipal. - - -

D) COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

- - - Em cumprimento do disposto na alínea f) do artigo 3º do Regulamento da Comissão Municipal de Trânsito do concelho de Viana do Castelo, procedeu-se à eleição de um deputado municipal para fazer parte da Comissão Municipal de Trânsito, tendo o

Presidente da Assembleia dado a esta conhecimento de que foi entregue à Mesa apenas uma lista, (doc. nº 18) que foi designada por "LISTA A", com a seguinte composição: - Luís Manuel Miranda Palma. De seguida procedeu-se à votação, por escrutínio secreto, para a referida eleição, tendo-se verificado que entraram na urna 51 boletins de voto, e que foi o seguinte o resultado apurado:- "LISTA A" - 36 votos, 14 votos brancos e 1 voto nulo ficando, assim, eleito o Deputado Municipal Luís Manuel Miranda Palma como representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Trânsito. - - - - - - - - -

E) Comissão Consultiva de Revisão do PDM – Portaria nº 277/2015

- - - O Presidente da Assembleia deu a esta conhecimento de que foram entregues à Mesa uma lista, que foi designada por "LISTA A" (doc. 19), para a eleição do representante desta Assembleia na Comissão Consultiva de Revisão do PDM, em cumprimento do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 7º da Portaria nº 277/2015, a qual tem a seguinte constituição:-

LISTA A
Presidente Junta de Freguesia de Castelo de Neiva – Paulo Torres (Efetivo)

De seguida passou-se à votação por escrutínio secreto, para a referida eleição, tendo-se verificado que entraram na urna 51 boletins de votos, com o resultado que a seguir se indica:- 37 votos na "LISTA A", 14 votos brancos. Em face deste resultado, ficou aprovada a "LISTA A", ficando assim designado o Presidente da Junta de Freguesia de Castelo de Neiva - Paulo Torres.

F) - Conselho Municipal de Educação

- - - O Presidente da Assembleia deu a esta conhecimento de que foi entregue à Mesa uma lista para a eleição do representante desta Assembleia Municipal, no Conselho Municipal de Educação, em cumprimento do disposto na alínea d) nº 1 do artigo 57º do

Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de Janeiro, e que foi designada por "LISTA A" (doc. nº 20) com a seguinte constituição:- Presidente da Junta de Lanheses, Filipe Rocha. De seguida procedeu-se, à votação, por escrutínio secreto, para a citada eleição, tendo-se verificado que entraram na urna 51 boletins de voto, pelos quais se verifica que foi o seguinte o resultado apurado:- "LISTA A" - 36, votos; 14 votos brancos e 1 voto nulo. Em face deste resultado, foi eleito como representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação, o Presidente de Junta de Freguesia de Lanheses, **Filipe Rocha.** -

G) CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTO

- - - A Presidente da Assembleia deu a esta conhecimento de que foi entregue à Mesa uma lista, que foi designada por "LISTA A" (documento que se junta sob o número 21), para a eleição de dois deputados sendo que um deles terá que ser Presidente de Junta de Freguesia, representantes desta Assembleia Municipal, no Conselho Municipal de Desporto, em cumprimento do disposto na alínea c) do artigo 5º do Regulamento do Conselho Municipal de Desporto, a qual tem a seguinte constituição: -

LISTA A
Presidente da UF de Barroselas e Carvoeiro – Rui Miguel Barbosa de Sousa
José Emílio Viana

De seguida passou-se à votação por escrutínio secreto, para a referida eleição, tendo-se verificado que entraram na urna 51 boletins de votos, com o resultado que a seguir se indica:- 35 votos na "LISTA A", 14 votos brancos e 2 voto nulos. Em face deste resultado, ficou aprovada a "LISTA A", ficando assim eleitos o Presidente da Junta de Freguesia de Barroselas e Carvoeiro, Rui Miguel Barbosa de Sousa e o deputado municipal José Emílio Viana. -

H) Conselho Municipal de Saúde

- - - A Presidente da Assembleia deu a esta conhecimento de que foi entregue à Mesa uma lista, que foi designada por "LISTA A" (documento que se junta sob o número 22), para a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, representante desta Assembleia Municipal, no Conselho Municipal de Saúde, a qual tem a seguinte constituição: -

LISTA A
Presidente da JF Alvarães – Fernando Martins

De seguida passou-se à votação por escrutínio secreto, para a referida eleição, tendo-se verificado que entraram na urna 51 boletins de votos, com o resultado que a seguir se indica:- 36 votos na "LISTA A", 14 votos brancos e 1 voto nulo. Em face deste resultado, ficou aprovada a "LISTA A", ficando assim eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Alvarães, Fernando Martins. -

I) Comissão Local de Acompanhamento da EMAAC De Viana Do Castelo

- - - A Presidente da Assembleia deu a esta conhecimento de que foi entregue à Mesa uma lista, que foi designada por "LISTA A" (documento que se junta sob o número 23), para a eleição do Presidente de Junta de Freguesia, representante desta Assembleia Municipal, na Comissão Local de Acompanhamento da EMAAC de Viana do Castelo, a qual tem a seguinte constituição:-

LISTA A
Presidente Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha – José Filipe Correia Silva

De seguida passou-se à votação por escrutínio secreto, para a referida eleição, tendo-se verificado que entraram na urna 51 boletins de votos, com o resultado que a seguir

se indica:- 36 votos na "LISTA A", 14 votos brancos e 1 voto nulo. Em face deste resultado, ficou aprovada a "LISTA A", ficando assim eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha, José Filipe Correia Silva . - - - - - - - - - - - - - - - - - -

DURAÇÃO DA SESSÃO – ARTIGO 24º DO REGIMENTO

- - - Dado o adiantado da hora, o Presidente da Assembleia, em cumprimento do disposto no número 3 do artigo 24º do Regimento, pôs à votação da Assembleia a continuação da reunião, uma vez que já se tinha esgotado a duração de 3 horas e 30 minutos, tendo sido deliberado, por unanimidade, interromper os trabalhos, os quais serão retomados no próximo dia 23 de Dezembro, pelas 18 horas, no Teatro Municipal Sá de Miranda, sendo desde já dispensada a convocatória individual por todos os membros presentes, com a seguinte ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

1. 2.ª Revisão Orçamental - SMVC - Ano Económico 2021
2. 3ª Revisão Orçamental – CMVC - Ano Económico 2021
3. Fixação das Taxas de Imposto Municipal Sobre Imóveis – IMI
4. Lançamento de Derrama Sobre o Lucro Tributável do IRC Relativo ao Ano de 2021
5. Regime de incentivos à atividade económica
6. Alteração, Por Adaptação, ao Plano Diretor Municipal (PDM) – Transposição para o Regulamento do PDM das Normas do Programa da Orla Costeira - Caminha - Espinho (POC-CE);
7. Alteração, Por Adaptação, ao Plano de Urbanização da Cidade (PUC) - Transposição para o Regulamento do PUC das Normas do Programa da Orla Costeira - Caminha - Espinho (POC-CE);
8. Alteração, Por Adaptação, ao Plano de Pormenor do Centro Histórico de Viana do Castelo (PPCH) - Transposição para o Regulamento do PPCH das Normas do Programa da Orla Costeira - Caminha - Espinho (POC-CE);
9. Alteração, Por Adaptação, ao Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha e Campo D'Agonia (PPFRCA) - Transposição para o Regulamento do PPFRCA das Normas do Programa da Orla Costeira - Caminha - Espinho (POC-CE);
10. Alteração, Por Adaptação, ao Plano de Intervenção no Espaço Rústico de Afife, Carreço e Areosa (PIERACA) Transposição para o Regulamento do PIERACA das Normas do Programa da Orla Costeira - Caminha - Espinho (POC-CE);

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

- - - Nos termos do número 3 do artigo 57° da Lei n.° 75/2013, de 12 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que a mesma foi lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes, pelo que foi deliberado, por unanimidade, aprovar a mesma. - - - - - - - - - -

- - - E, nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. -

(DOCUMENTO Nº 1)

FOLHA DE PRESENÇAS 2021/2025

20/12/2021

Assembleia Municipal de Viana do Castelo

MEMBROS ELEITOS	
Maria Flora Moreira da Silva Passos Silva - PS	
José Carlos Coelho Resende da Silva - PS	
Luís Manuel Miranda Palma - PS	
Elisa Arieira Ruivo – PS	
José Emílio da Rocha Antunes Viana - PS	
António da Silva Moreira - PS	
Maria Manuela Oliveira Passos Silva - PS	
José Carlos Rego Silva Oliveira Freitas - PS	
Tiago Manuel de Moura Moreira do Rego - PS	
Cristina Manuela Araújo de Morais - PS	Cristina Morais
Paulo Jorge Costa Lains - PS	
Daniel Jorge Correia de Sales Gomes - PS	
Sandra Portela Alves - PS	
Barbara Luize Iacovino Barreiros – PSD	Barbara Barreiros
Sebastião Almerindo Gonçalves Seixas – PSD	
Marília Florência de Sousa Nunes – PSD	
Luís Diamantino da Costa Barreiros - PSD	
José Paulo Coelho do Órfão – PSD	
Maria de Lurdes Pereira Cerqueira – PSD	
Valdemar Manuel Pereira Gomes – PSD	
Júlio Manuel da Silva Magalhães de Vasconcelos – CDS.PP	
Filipe Alexandre Martins Vintém - CDU	
Sónia Alexandra Dantas Carvalho - CDU	
Tiago Portela Fonte - CDU	
Luís Jorge Videira - JSPV	
Luís Filipe de Oliveira Louro - BE	
Manuel José Rego Moreira - CH	
Manuel Agostinho de Sousa Gomes - A	

FOLHA DE PRESENÇAS 2021/2025

20/12/2021

Assembleia Municipal de Viana do Castelo

MEMBROS ELEITOS SUPLENTES	
Bruno Miguel da Silva Guimarães (PS)	
José Filipe Penteado Ribeiro (PS)	
Catarina de Sampaio e Silva (PS)	
Manuel Pinto Costa (PS)	
Porfírio Neves Afonso (PS)	
Carolina Maria Esteves Louro (PS)	
Joaquim Dantas Afonso Perre (PS)	
Lino Ricardo Soares Rodrigues (PS)	
Rafaela Martins Gonçalves (PS)	
Ana Catarina Azevedo de Barros (PS)	
Tomás da Conceição Lima Ribeiro (PS)	
Valdemar Manuel Pereira Gomes (PSD)	
Duarte Filipe da Ribeiro Martins (PSD)	
Diana Meneses Fraga Dias (PSD)	
Carlos Alberto Azevedo da Rocha (PSD)	
Juliana Maria Mendes Pacheco (PSD)	
Valdemar Manuel Pereira Gomes (PSD)	
Duarte Filipe da Ribeiro Martins (PSD	
Diana Meneses Fraga Dias (PSD)	
Carlos Alberto Azevedo da Rocha (PSD)	
Armando A. C. Castro Pinto Sobreiro (CDS.PP)	
Ângela Catarina Castro Cerqueira (CDU)	
António José Rodrigues Soares Basto (CDU)	
António Gonçalves da Silva (CDU)	
Inês Ribeiro Sequeira (CDU)	
Manuel Augusto da Cunha Araújo (JSPV)	
Ana Carolina Pimenta da Cruz Viana (JSPV)	
Maria Iracema Salgueiro e Silva Domingues (A)	
Carlos Alberto de Faria Torres (A)	Daniel Rabil Simão
Eunice Maria Feijó Alves de Brito (BE)	
Jorge Manuel Gomes Teixeira (BE)	
Mariana Barbosa Enes do Vale (BE)	
Germano Augusto Faria de Miranda (CH)	
Maria Cristina Saleiro Miranda (CH)	

FOLHA DE PRESENÇAS 2021/2025

20/12/2021

Assembleia Municipal de Viana do Castelo

PRESIDENTES JUNTA DE FREGUESIA	
AFIFE – Duarte Oliveira - IND	
ALVARÃES – Fernando Martins - PS	
AMONDE – Mário Sá – IND	
AREOSA – Rui Mesquita – PS	
CARREÇO – João Pinho – IND	
CASTELO DE NEIVA – Paulo Torres - IND	
CHAFÉ – António Lima - IND	
DARQUE – Augusto Silva - CDU	
FREIXIEIRO SOUTELO – Luís Lourenço – PSD	
LANHESES – Filipe Rocha - IND	
MONTARIA – Carlos Pires - IND	
MUJÃES – José Duarte Oliveira - IND	
OUTEIRO – José Manuel Morais - IND	
PERRE – Paula Arieiro - IND	
Stª MARTA PORTUZELO – Nuno Ferraz - PS	
S. ROMÃO NEIVA – Manuel Salgueiro - IND	
BARROSELAS E CARVOEIRO – Rui Sousa - PS	
CARDIELOS E SERRELEIS – João Silva - PS	
GERAZ do LIMA E DEÃO – Armindo Fernandes - IND	
MAZAREFES E VILA FRIA – Manuel Viana - PS	
NOGUEIRA, MEIXEDO E VILAR MURTEDA – Rui Maciel - IND	
SUBPORTELA, DEOCRISTE E PORTELA SUSÃ - Carlos Dias – PSD	
TORRE E VILA MOU – Filipe Costa - IND	
Stª Mª MAIOR, MONSERRATE, MEADELA – Helena Brito - CDU	
VILA DE PUNHE – António Costa – PS	
VILA FRANCA – Filipe Pires – CDS.PP	
VILA NOVA DE ANHA – Filipe Silva - PS	

FOLHA DE PRESENÇAS 2021/2025

20/12/2021

Assembleia Municipal de Viana do Castelo

JUNTA DE FREGUESIA/	NOME SUBSTITUTO / NIF Substituição nos termos da alínea c) nº 1 artº 18º da Lei nº 75/2013	
AFIFE – (I)		
ALVARÃES – (PS)		
AMONDE – (PSD)		
AREOSA – (PS)		
CARREÇO – (I)		
CASTELO DE NEIVA – (PSD)		
CHAFÉ – (I)		
DARQUE – (CDU)		
FREIXIEIRO DE SOUTELO – (PSD)		
LANHESES – (PSD)		
MONTARIA – (PSD)		
MUJÃES – (I)		
OUTEIRO – (I)		
PERRE – (I)		
ST^a MARTA PORTUZELO – (PSD)		
SÃO ROMÃO DE NEIVA – (PSD)		
UF BARROSELAS E CARVOEIRO – (PS)		
UF CARDIELOS E SERRELEIS – (I)		
UF GERAZ DO LIMA (STA. MARIA, STA. LEOCÁDIA, MOREIRA) E DEÃO – (I)		
UF MAZAREFES E VILA FRIA – (PS)		
UF NOGUEIRA, MEIXEDO, VILAR DE MURTEDA (I)		
UF SUBPORTELA, DEOCRISTE, PORTELA SUSÃ (I)		
UF TORRE E VILA MOU – (PSD)		
UF VIANA DO CASTELO (SANTA MARIA MAIOR, MONSERRATE) E MEADELA – (CDU)		
VILA DE PUNHE – (PS)		
VILA FRANCA – (I)		
VILA NOVA DE ANHA – (PSD)		

FOLHA DE PRESENÇAS 2021/2025

20/12/2021

Assembleia Municipal de Viana do Castelo

Executivo	
Luís Nobre - Presidente	
Manuel António Azevedo Vitorino – Vereador PS	
Carlota Gonçalves Borges – Vereadora PS	
Ricardo Nuno Sá Rego – Vereador PS	
Maria Fabíola dos Santos Oliveira – Vereadora PS	
Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira – Vereador PSD	
Paulo Jorge Araújo do Vale – Vereador - PSD	
Ilda Maria Menezes de Araújo Novo – Vereador – CDS.PP	
Cláudia Cristina Viana Marinho – Vereadora - CDU	

(DOCUMENTO Nº 2)

CDU

MOÇÃO

Estudar e preparar o caminho para a extinção da AdAM e reversão do serviço para as Câmaras Municipais

A empresa Águas do Alto-Minho (AdAM) iniciou atividade em Janeiro de 2020, constituindo-se como uma sociedade anónima detida pelos acionistas Águas de Portugal SPGS (maioritário, com 51% da estrutura acionista) e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

Foram transferidos para esta empresa os serviços municipalizados de saneamento básico dos vários municípios. A agregação dos sistemas municipais de águas provocou elevados aumentos das tarifas de água, originou o aparecimento de erros graves na atribuição de consumo de metros cúbicos de água e a constante sobrevalorização dos montantes a pagar por estimativa, gerou cobranças indevidas de taxas de saneamento, um serviço de atendimento ineficaz, o que se afigura como inaceitável para os cidadãos que, quanto à constituição da empresa, não tiveram qualquer responsabilidade.

A inação e ausência de respostas, que fragilizam a economia e a saúde familiar de mais de centenas de milhares de famílias nestes municípios são absolutamente inaceitáveis e assumem maior gravidade no momento atual, por força da COVID-19, considerando o confinamento imposto e o agravamento das dificuldades das famílias.

Lembramos que os eleitos da CDU na região se opuseram ao processo de criação desta empres. Um ano depois todos os alertas que o fizemos sobre esta matéria confirmam-se nos inúmeros prejuízos causados a centenas de milhares de famílias com erros de faturação, cobranças indevidas, preços exorbitantes no valor da água e saneamento. Confirma-se hoje o que a CDU denunciou quase há dois anos atrás, tendo então assinalado os nefastos prejuízos da entrada em funcionamento da AdAM, empresa que faz a gestão das redes de água em baixa e de saneamento do Alto Minho, nomeadamente o aumento significativo da fatura da água, os erros de leitura dos contadores, erros resultantes da faturação indevida de taxa de saneamento e ainda o IVA taxado nas tarifas fixas do saneamento básico e resíduos sólidos.

Sendo a água um bem essencial à vida, sem a qual nenhum ser vivo pode viver, a acessibilidade à água constitui um direito universal que tem de ser assegurado a todos os cidadãos. A universalidade do acesso à água só se garante em toda a sua plenitude contrariando lógicas mercantilistas e exploradoras e assegurando o abastecimento de água e de saneamento, de qualidade e acessíveis a toda a população.

Assim, face ao exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, a CDU – Coligação democrática Unitária propõe que a Câmara Municipal intervenha junto do governo e dos restantes municípios para que:

1. **Se estude o caminho para a dissolução da empresa Águas do Alto Minho e para a reversão integral para os municípios dos serviços assegurados por esta empresa;**
2. **Tome as medidas necessárias para assegurar o retorno de todos os montantes cobrados indevidamente e em excesso, a todos os consumidores, num prazo máximo de 2 meses;**
3. **Promova, no âmbito das suas competências, medidas de apoio aos sistemas que favoreçam uma política de preços e tarifas que assegure a todos o acesso à água e saneamento, em condições de igualdade e que não penalize as famílias e as populações;**
4. **Garanta que todos os trabalhadores da empresa Águas do Alto Minho mantêm os seus postos de trabalho e os direitos laborais associados.**

A CDU – Coligação Democrática Unitária

(DOCUMENTO Nº 3)

CDU

MOÇÃO

Pela garantia de Mobilidade no Alto Minho e descontos nos transportes

A região do Alto Minho, integralmente constituída pelos 10 concelhos que integram o distrito de Viana do Castelo, integra a NUTIII Norte e beneficia de uma localização geográfica e riquezas endógenas de grande valor que não têm sido devidamente potenciadas.

A posição estratégica decorrente da ligação entre a região mais exportadora do país e a Galiza confere ao Alto Minho potencialidades que não têm sido devidamente aproveitadas e potenciadas ao longo dos anos nem impediu que a realidade regional seja marcada pela perda de população, a existência de uma taxa de escolarização no ensino superior aquém do registado na região norte e no país, com uma diminuição de alunos em todos os níveis de ensino. Uma realidade que, a não ser invertida, hipoteca as possibilidades de desenvolvimento futuro.

A dimensão estrutural dos problemas é bem visível nos dados oficiais de desemprego. Segundo dados do INE, divulgados em Outubro de 2021, durante a pandemia, o distrito viu aumentar em 32% o desemprego de longa duração, enquanto a região norte se ficou pelos 28%.

dificuldade de valorização económica dos recursos endógenos; fragilidade das atividades associadas ao setor primário; precisa melhorar a sua capacidade de formação profissional; tem fragilidade do sistema regional de inovação; manifesta fragilidades na articulação supramunicipal e na qualidade e/ou cobertura dos parques empresariais; tem uma limitada relação funcional entre as zonas urbanas e os territórios de génese rural... mas também uma evidente fragilidade do sistema de transporte público e de uma efetiva intermodalidade.

Na verdade, à carência de serviços públicos que sirvam as necessidades das populações, junta uma deficitária (em alguns casos mesmo inexistente) rede de transportes públicos que permita que a população se desloque para o trabalho, para a escola, para hospitais ou centros de saúde, ou mesmo para o centro do concelho, muitas vezes o local onde se encontram muitos dos serviços públicos e serviços de proximidade existentes, empurrando muitas pessoas para o uso do transporte individual, sendo que, quem não o tem é obrigado a recorrer a táxis, com custos difíceis de comportar.

O não cumprimento do direito à mobilidade compromete, também, o acesso à saúde e à educação, por exemplo, pelo que significa de dificuldades agravadas para chegar aos locais onde estes serviços funcionam.

Esta realidade tem um impacto particularmente grave na população idosa que, com baixas pensões e dificuldades de mobilidade acaba por ficar numa situação de isolamento e por não aceder a serviços fundamentais, muitas vezes essenciais à sua sobrevivência (como é o caso de acesso a cuidados de saúde).

Para estas dificuldades concorrem também os preços elevados dos transportes públicos existentes, designadamente os rodoviários, que são assegurados por operadores privados, além da fraca frequência das carreiras, que se traduz, muitas vezes, na existência de unicamente duas carreiras por dia – uma, habitualmente de manhã cedo, para ir ao centro do concelho; outra, habitualmente ao fim da tarde, para voltar a casa.

Importa também referir as consequências profundamente negativas e os impactos na negação do direito à mobilidade provocados pela intervenção na linha do Minho, onde a frequência de comboios é desajustada às necessidades e as bilheteiras foram praticamente todas desactivadas.

A CDU entende que o direito à mobilidade é um direito fundamental das populações e que a sua garantia passa pela existência de uma rede articulada de transportes públicos que, cobrindo as necessidades de mobilidade, assegure a ligação aos serviços públicos e de proximidade existentes na região, bem como assegure a ligação entre os vários concelhos desta região, tendo em consideração horários, frequências que sejam efectivamente adequados às necessidades das populações e a preços que tenham em conta as condições económicas e sociais existentes e não os lucros dos operadores privados da região.

O direito à mobilidade é um direito fundamental. As populações do distrito de Viana do Castelo sofrem dificuldades acrescidas, vivendo confrontados com as consequências das opções políticas seguidas ao longo de décadas por sucessivos governos que nunca assumiram os transportes públicos e o direito à mobilidade das populações como uma responsabilidade do Estado, preferindo encontrar sempre caminhos de entrega a operadores privados, que nunca se traduziram numa rede articulada de transportes, ao serviço das populações e da região, significando sim transportes com sucessivos aumentos de preços, cortes na oferta e degradação da qualidade dos equipamentos.

O direito à mobilidade, além de direito fundamental, tem também a sua consagração constitucional do Artigo 65.º, quando está plasmado que, para a garantia do direito à habitação incumbe ao Estado "Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social".

O desenvolvimento de uma rede articulada de transportes na região significará a garantia do direito à mobilidade das populações, sendo também importante para o desenvolvimento da economia local e regional.

Assim, nos termos da legais e regimentais aplicáveis, a CDU – Coligação Democrática Unitária, propõe à Assembleia Municipal que aprove a presente recomendação à Câmara Municipal para que interceda junto do governo e da CIM, a fim de garantir que:

1. Em articulação com as entidades competentes promova as medidas necessárias que permitam, proceder ao levantamento da rede de transportes públicos (rodoviários e ferroviários) que prestam serviço nos concelhos do Alto Minho e identifique as principais carências e insuficiências;

2. De acordo com os resultados do levantamento, promova, junto das entidades competentes, um Plano de Mobilidade para a Região do Alto Minho, em articulação com as autarquias e outras entidades locais, de forma a garantir a ligação inter-concelhia e inter-regional, bem como a ligação de cada uma das freguesias e das zonas de maior concentração populacional, aos serviços públicos (escolas, centros de saúde, hospitais, tribunais, entre outros).

3. A implementação de um Sistema Tarifário Multimodal integrado no PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária), garantindo descontos equiparados aos praticados nas Áreas Metropolitanas.

A CDU – Coligação Democrática Unitária

(DOCUMENTO Nº 4)

Proposta de recomendação

Nos últimos anos a comunicação social tem revelado múltiplos casos de abusos sexuais de menores.

Na imprensa internacional os casos revelados nos Estados Unidos, Canadá, França, Espanha, Bélgica e outros países de democracia avançada, países com grande tradição de meios de comunicação social livres e corajosos para denunciar todo o tipo de abusos sexuais de menores, os exemplos revelados são aterradores.

O último caso revelado a pedido da Igreja Católica francesa deu-nos conta de qualquer coisa como 216.000 (repito, duzentos e dezasseis mil) casos de abusos sexual de menores por padres ou religiosos desde 1950.

Em Portugal, os casos que vão surgindo na comunicação social também dão a perceção de que a prática de abusos sexuais de menores no seio da família, das igrejas, dos clubes desportivos, das associações culturais e similares não são diferentes dos casos revelados nos restantes países.

Por isso, impõe-se que esses abusos sejam, tanto quanto possível, prevenidos e a nossa Câmara Municipal, através do(a) Vereador(a) competente, desencadeie ações de consciencialização, formação e prevenção junto de todas as organizações concelhias que tenham menores a seu cargo (menores até aos 16 anos).

Neste sentido, e nos termos dos artigos 33º nº1 e als.u) e v) e artigo 52 da lei 75/2013 e al. b) do nº 1 e 2 do artigo 29 do regimento,

Esta Assembleia recomenda à Câmara Municipal o seguinte:

1º Que promova uma ***campanha de consciencialização*** contra a "praga" que constitui o abuso sexual de crianças, nos meios de comunicação social, escolas, clubes desportivos, nas associações e, em geral, em todos os organismos que exercem funções no nosso município e recebem subsídios da Câmara;

2º Que promova ***ações de formação*** junto das escolas, dos clubes e associações para combater o abuso sexual de crianças.

3º Que, no seguimento dessas ações, seja exigido a todas as organizações que lidem com menores e recebem ou pretendam receber subsídios do nosso Município que elaborem ***Planos de prevenção e combate ao abuso sexual de crianças*** sob pena se deixarem de receber futuros subsídios.

Viana do Castelo, 20 de janeiro de 2021

Partido Social Democrata,

O proponente,

(DOCUMENTO Nº 5)

Assembleia Municipal de Viana do Castelo

Voto de Pesar

Marçal Silva Pereira

Marçal da Silva Pereira faleceu no passado dia 30 de outubro aos 74 anos. Presidente da Junta de Freguesia de Meixedo entre 1993 e 2009 e deputado da Assembleia Municipal entre 2009 e 2017 onde exerceu funções de secretario da Mesa da Assembleia Municipal. Um nome incontornável da vida social, cultural e desportiva da freguesia de Meixedo e da freguesia limítrofe de Lanheses.

O antigo autarca foi um defensor da freguesia, estando ao seu serviço durante toda a vida, razão pela qual a Câmara Municipal de Viana do Castelo aprova um voto de pesar pelo seu falecimento, a endereçar à família e à União de Freguesias e Assembleia de Freguesias de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda.

Viana do Castelo, 20 de Dezembro de 2021

Passeio das Mordomas da Romaria • 4904-877 Viana do Castelo • tlf. 258 809 370 • fax 258 809 347 • www.cm-viana-castelo.pt • amunicipal@cm-viana-castelo.pt • NIF 506 037 258

(DOCUMENTO Nº 6)

Agradecimentos:

1 – Passeio concluído na Rua dos Sobreiros.

2 - Pinturas de sinalização horizontal em vários sítios na cidade.

3 – Corrimão colocado na Rua de Ziguinchor.

4 – Paragem de autocarro na Abelheira, em frente ao Mercadona.

5 – Colocação de sinaléticas em vários sitios da cidade.

Sugestões:

1 – Na passadeira, junto ao colégio do Minho, é preciso colocar uns pilaretos para evitar os estacionamentos na passadeira.

2 – Colocar uma caixa de segurança na Avenida Humberto Delgado, na saída da central de camionagem.

3 – Alcatroar desde o Hospital até à entrada de Santa Luzia, pois as ambulâncias evitam passar por aqui quando trazem doentes traumatizados, por causa da trepidação do piso, fazendo assim uma volta maior.

4 – Colocar dois pilaretos na saída e entrada para o Café Girassol, pois tem sempre carros estacionados, criando dificuldades ás pessoas que circulam com carrinhos de rodas e carrinhos de bebés.

5 – Rua do Penedo, é urgente colocar pilaretos para evitar estacionamentos no passeio.

Diariamente os carros estão estacionados no passeio e as pessoas são obrigadas a circular na rua.

6 – Na entrada do jardim municipal é conveniente colocar uns vasos para acabar com os carros estacionados a tapar a entrada do jardim e dificultando a passagem das pessoas.

7 – A seguir ao Hospital, na entrada para a guarda florestal, é importante colocar uma passadeira, fazendo assim a passagem de um passeio para o outro. Assim acabam os estacionamentos e as pessoas passam livremente.

8 – Colocar uma passadeira na saída da residência dos estudantes no Largo BC9.

Alertas:

1 – Em Carreço, além dos sinais de trânsito estarem todos danificados, a paragem de autocarro encontra se muito vandalizada.

2 – Os moradores do bairro dos Pescadores e hospedes do Hotel Flôr de Sal, queixam se e com razão, dos camiões do lixo ali estacionados e também do mau cheiro.

3 – No Largo BC9 é urgente uma lavagem no piso e nos bancos, pois está tudo muito sujo.

4 – No Jardim Municipal, as pessoas comentam o porquê de tantas papeleiras, cada banco tem uma papeleira.

Talvez fosse melhor colocar uma papeleira no meio de dois em dois bancos, sobrando assim algumas papeleiras que podem ser colocadas em locais que não existem.

5 – Falar sobre a EDP.

Na rotunda ao pé do Mini Preço, Areosa; rotunda da Praia Norte, junto à Enercon, em frente ao Gil Eanes, no fundo da Avenida, Praça General Barbosa (esta coluna luminária está desligada desde 2019) e em outros locais da cidade, tem várias colunas luminárias desligadas há muitos meses.

(DOCUMENTO Nº 7)

INTERVENÇÃO PERÍODO ANTES ORDEM DO DIA

Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal,
Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Exmos. Sr. Vereadores,
Exmos. Srs. Deputados Municipais,
Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia,
Caros Vianenses e Comunicação Social

A Assembleia Municipal, pela sua composição, atribuições e competências pretende ser a Casa da Cidadania de Viana do Castelo. É o órgão máximo de fiscalização do município e Vossa Excelência, senhora presidente tem uma enorme missão e responsabilidade em promover a dignidade desta Casa da Democracia.

As diferentes forças políticas aqui representadas foram eleitas para defender os interesses de TODOS os vianenses. Não são os nossos próprios interesses, individuais ou partidários, ou os interesses dos eleitos em maioria que estão em causa, mas, os interesses de TODOS OS VIANENSES.

ASSIM,

Nós deputados temos a obrigação de ser o "ouvido" do povo, recebendo as suas contribuições e reclamações e também a "boca" do povo porque em democracia representativa, estamos cá para dar VOZ àqueles que acreditaram no nosso projeto e nos mandataram para o defender.

O exercício das nossas funções deve centrar-se nas PESSOAS e na defesa do interesse das PESSOAS.

Para isso, é imprescindível promover um debate sério e saudável de IDEIAS, cabendo-nos em nome dos vianenses que nos mandataram para este honroso papel, contribuir para a defesa dos melhores projetos para o desenvolvimento do nosso concelho.

SUCEDE QUE,

Para defender os projetos, participar construtivamente no debate político e pedir os esclarecimentos necessários, a ASSEMBLEIA MUNICIPAL deve ter meios financeiros, humanos, de trabalho e exigir da Câmara Municipal um rigoroso cumprimento dos procedimentos que permitem o acesso atempado e completo à informação.

Não podemos aceitar que:

1. A Câmara Municipal se limite a fornecer elementos mínimos e muito insuficientes aos deputados municipais, sobre uma proposta de revisão do Orçamento Municipal a meia dúzia de dias de terminar o ano - conforme sucedeu agora. A extrema carência de informação é um sinal de desrespeito pela Assembleia Municipal.

2. A convocatória desta assembleia municipal, da qual constam 12 pontos da ordem de trabalhos, seja enviada com a antecedência de menos de 8 dias!!! Nesta discutem-se pontos tão importantes para o concelho e para os vianenses, tais como, o plano de atividades e o orçamento, o lançamento e a fixação de taxas de imposto, e ainda a alteração a planos urbanísticos.

3. 4 pontos de trabalho introduzidos na ordem de trabalhos sobre a alteração de planos urbanísticos por adaptação às normas do programa da orla costeira - Caminha Espinho, tão precoce e numa altura em que todas as atenções deveriam ser para organizar devidamente o plano de atividades e orçamento, evitando-se a necessidade de constantes revisões orçamentais.

4. A Falta da criação das necessárias comissões para fiscalização por desta assembleia, no âmbito da educação, habitação e ação social, cultura, empreendedorismo e coesão territorial.

5. A presidência da Câmara Municipal alocou para si uma despesa de mais de 4 milhões (equivalente a quase o dobro do previsto para 2021) na conta D2 - aquisição de bens e serviços, concretamente na rubrica 0201 PRESIDENCIA e quase 200 mil euros para VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS, e pelo contrário, para assembleia municipal prevê valores miseráveis para os serviços de apoio à Assembleia Municipal, não permitindo nem disponibilizando meios de trabalho, meios digitais para a possibilidade de intervenção à distância, e a existência de um auditório exclusivo para a assembleia municipal.

Estamos cá para fazer POLÍTICA saudável, para refletir, pensar e agir em conjunto, ainda que possamos divergir quanto aos pontos de vista e estratégias a adotar. Queremos deixar uma princesinha do Lima ainda melhor para os que virão a seguir a nós. Mas para isso, há que DIGNIFICAR a assembleia municipal, órgão máximo de fiscalização.

SENHORA PRESIDENTE, vossa Excelência preside e representa o órgão máximo deste município. Não obstante ter sido eleita pelo mesmo partido do executivo municipal, não se deixe levar, não seja jamais subserviente aos costumes instalados. **Quem pode manda! E quem tem juízo obedece.** Vossa Excelência é o órgão máximo deste município e em nome de todos os deputados e sobretudo de todos os vianenses deverá DIGNIFICAR a Casa da Democracia.

Para que possamos desempenhar o serviço público que nos foi conferido, com dignidade, e honrar a confiança que em nós foi depositada pelos vianenses, a CASA DA DEMOCRACIA deve ser exigente e rigorosa com a Câmara Municipal e exigir:

- O envio e disponibilização dos assuntos e documentos a debater no período da ordem do dia pelo menos, com mais antecedência.

- Mais rigor e organização, sobretudo quando são assuntos previsíveis por ser habitual de ano para ano, evitando a introdução de novos pontos à ultima hora.

- A informação institucional prestada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal deve ser o mais completa possível e concretizada, e deve fluir pelos canais próprios, com antecedência, permitindo aos membros da assembleia a formulação de perguntas e eventuais pedidos de esclarecimentos.

Para além disso, esta casa tem de estar aberta às necessidades, preocupações e aspirações de TODOS os vianenses. Não pode ter a porta fechada! Todas as sessões da assembleia têm que ser públicas!

As organizações da sociedade civil e os cidadãos individualmente têm o direito de assistir, e em regra, de participar e intervir nas reuniões plenárias deste órgão autárquico.

Nem mesmo a pandemia pode servir de desculpa para fechar a porta aos cidadãos.

Com efeito, em pleno século XXI é possível e desejável prever formas de participação paralela à presença física dos cidadãos e até mesmo dos eleitos, através de meios à distância, tais como a transmissão em direto das sessões da assembleia e a participação dos eleitos por videoconferência. Aliás, no plano de atividades apresentado pelo município, é dito que é intenção do executivo promover a transição digital e tornar Viana do Castelo uma "Smart City".

A responsabilidade em exigir as condições de trabalho necessárias é da própria assembleia municipal (e muito particularmente da mesa), por isso, Sra. Presidente peço-lhe que utilize todos os meios que a lei põe ao seu dispor e que vão desde uma mera advertência pública à moção de censura e, no limite, à não aprovação de deliberações propostas pela câmara, e não consinta que a câmara a desrespeite.

Exija, por favor, Sra. Presidente em nome desta CASA meios de trabalho, atribuição de meios financeiros e procedimentos adequados ao cumprimento das nossas obrigações.

Exija, pois, senhora Presidente, os meios adequados à boa execução das nossas funções. Nas suas mãos, Senhora Presidente estão as rédeas desta "carruagem". Não deixe que se torne, por favor, numa "carroça".

Viana do Castelo, 20 de dezembro de 2021.

Barbara Barreiros

Assembleia Municipal de Viana do Castelo - Grupo Parlamentar do PSD.

(DOCUMENTO Nº 8)

Assembleia Municipal de Viana do Castelo

EDITAL

MARIA FLORA MOREIRA SILVA PASSOS SILVA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO:

Faz público que no dia 20 de Dezembro corrente (Segunda-Feira), com início pelas 21 horas, realizar-se-á no Teatro Municipal Sá de Miranda, desta cidade de Viana do Castelo, uma sessão ordinária desta Assembleia Municipal com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA;
2. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE VIANA DO CASTELO -2022
3. 2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL - SMVC - ANO ECONÓMICO 2021
4. 3ª REVISÃO ORÇAMENTAL – CMVC - ANO ECONÓMICO 2021
5. FIXAÇÃO DAS TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI
6. LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DO IRC RELATIVO AO ANO DE 2021
7. REGIME DE INCENTIVOS À ATIVIDADE ECONÓMICA
8. ALTERAÇÃO, POR ADAPTAÇÃO, AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) – TRANSPOSIÇÃO PARA O REGULAMENTO DO PDM DAS NORMAS DO PROGRAMA DA ORLA COSTEIRA - CAMINHA - ESPINHO (POC-CE);
9. ALTERAÇÃO, POR ADAPTAÇÃO, AO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE (PUC) - TRANSPOSIÇÃO PARA O REGULAMENTO DO PUC DAS NORMAS DO PROGRAMA DA ORLA COSTEIRA - CAMINHA - ESPINHO (POC-CE);
10. ALTERAÇÃO, POR ADAPTAÇÃO, AO PLANO DE PORMENOR DO CENTRO HISTÓRICO DE VIANA DO CASTELO (PPCH) - TRANSPOSIÇÃO PARA O REGULAMENTO DO PPCH DAS NORMAS DO PROGRAMA DA ORLA COSTEIRA - CAMINHA - ESPINHO (POC-CE);
11. ALTERAÇÃO, POR ADAPTAÇÃO, AO PLANO DE PORMENOR DA FRENTE RIBEIRINHA E CAMPO D'AGONIA (PPFRCA) - TRANSPOSIÇÃO PARA O REGULAMENTO DO PPFRCA DAS NORMAS DO PROGRAMA DA ORLA COSTEIRA - CAMINHA - ESPINHO (POC-CE);
12. ALTERAÇÃO, POR ADAPTAÇÃO, AO PLANO DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO RÚSTICO DE AFIFE, CARREÇO E AREOSA (PIERACA) TRANSPOSIÇÃO PARA O REGULAMENTO DO PIERACA DAS NORMAS DO PROGRAMA DA ORLA COSTEIRA - CAMINHA - ESPINHO (POC-CE);

Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo.

E eu, , Director do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Viana do Castelo, o subscrevi.

Paços do Concelho de Viana do Castelo, 13 de Dezembro de 2021

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

(DOCUMENTO Nº 9)

CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

Informação do Presidente de Câmara à Assembleia Municipal

A tomada de posse dos novos órgãos municipais marcou o início de um novo mandato. Neste período, o executivo municipal levou a cabo um conjunto de iniciativas, projetos e eventos que importa referenciar e dar nota aos membros da Assembleia Municipal que hoje reúne.

Assim, destacam-se aqui quatro momentos pela sua importância a nível concelhio, mas também distrital e nacional. Desde logo, a **tomada de posse e Entrada Solene do novo Bispo da Diocese**, D. João Lavrador, que foi também recebido na Câmara Municipal, onde o executivo saudou o novo bispo e desejou os maiores sucessos para esta missão, demonstrando disponibilidade para manter a cooperação já existente entre a Diocese e o Município de Viana do Castelo, continuando a aprofundar temas comuns. De igual importância para o Município foi a formalização da **Candidatura a Capital Europeia da Cultura "Viana, Mar de Cultura"** e que resulta de um processo de reflexão, diálogo e participação, com a ambição de potenciar a cidade e dar-lhe mais força para os desafios do século XXI", tendo por base "um mundo de cores e emoções, baseado na alegria da população, na vivacidade e no dinamismo do território e no respeito transversal por todas as gerações". A destacar ainda é a inauguração do **Banco Nacional de Provas de Armas de Fogo e suas Munições**, num momento que contou com a presença da Ministra da Administração Interna, Francisca Van Dunem e que coloca Viana do Castelo num novo patamar uma vez que este investimento de três milhões de euros corresponde à 15.ª infraestrutura do género a nível mundial.

Por outro lado, e numa altura em que a **situação pandémica** volta a preocupar o país, a Europa e o Mundo, foram dados passos importantes no combate à pandemia no Município, com a **reativação do centro de testagem gratuito** na Piscina do Atlântico, permitindo o apoio à população vianense e ao comércio e à restauração, para um melhor controlo da situação, mas também com o balanço feito com o programa **Saúde Mais Próxima**, que garantiu mais de 50 mil quilómetros no transporte da população sénior carenciada do concelho, entre os meses de março e de outubro do presente ano, garantindo o transporte de 2.000 pessoas. Em formato de balanço, de lembrar ainda que o **Centro de Vacinação de Viana do Castelo**, suportado pelo Município, nunca encerrou e manteve sempre a sua atividade regular e que a autarquia, apontada como exemplo nacional, tem vindo a investir **em apoios, isenções e transportes para o combate à pandemia** que já ultrapassaram os cinco milhões de euros.

No que toca à área da saúde, de realçar ainda a apresentação da **nova unidade de apoio às demências na freguesia da Meadela**, num investimento estimado entre 4 a 5 milhões de euros, que deverá ser inaugurado em 2023 e ainda a apresentação da **Nova Unidade de Saúde Familiar da Meadela ao Secretário de Estado da Saúde,** uma nova estrutura que resulta de um protocolo entre a autarquia e a Unidade Local de Saúde do Alto Minho (ULSAM) que dará resposta a um dos maiores centros urbanos do concelho.

Não obstante as restrições impostas pela Pandemia, a autarquia desenvolveu um conjunto de atividades e eventos, de onde se destacam o **Dia Regional do Engenheiro**, os **Encontros Vínicos** ou os **30 anos do Teatro do Noroeste- CDV, I Eco- Maratona** e a **Semana do Mar**. Em termos culturais, de sublinhar também a **aprovação da candidatura "Vidas de Mar – Vocação Marítima e Património"**, no âmbito do Mar 2020, que visa a reabilitação e adaptação de duas salas do Museu de Artes Decorativas para novas exposições permanentes.

Na educação, destaque para a **adjudicação da Empreitada de Requalificação da Escola EB2.3 e Secundária Pintor José de Brito**, que prevê a substituição de coberturas com a introdução de isolamento térmico, novas caixilharias, substituição de pavimentos, criação de um amplo espaço de alpendre coberto para fazer a ligação entre blocos e a cantina. A intervenção prevê ainda a demolição de dois blocos que funcionam como anexos e oficinas e a melhoria de sistema de iluminação em algumas salas, pintura e impermeabilização do pavilhão desportivo, bem como o arranjo e a recuperação de pavimentos exteriores.

Em duas passagens por Viana do Castelo, o Ministro da Educação inaugurou importantes valências: a instalação de **sintético e a melhoria da eficiência energética no campo do Deucriste Sport Clube**, mas também a **Sala de Estudo Digital do Centro de Alto Rendimento (CAR) de Viana do Castelo**, que vai permitir o estudo e apoio aos alunos nacionais e estrangeiros que frequentem o espaço, pretendendo que possa refletir uma melhoria significativa na qualidade do ensino prestado aos alunos dos equipamentos desportivos. Posteriormente, no último dia do primeiro período letivo, esteve na **ARTEAM e na Escola EB 23 e Secundária de Arga e Lima** (Lanheses).

O **desporto** esteve igualmente em destaque, com a assinatura de protocolos desportivos para implementar projetos educativos como a **natação nas escolas** e a **náutica nas escolas**, envolvendo ao todo mais de 4.200 alunos das escolas de Viana do Castelo. O executivo municipal recebeu também no edifício camarário os campeões **Iuri Leitão** pela a medalha de prata em Roubaix, França, no Campeonato do Mundo de ciclismo de Pista, na vertente de eliminação, e

CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

Marta Paço, pela conquista do campeonato mundial de surf adaptado na classe VI1, para atletas com deficiência visual, no último dia do campeonato em Pismo Beach, no estado norte-americano da Califórnia.

No âmbito desportivo, foi também entregue a **nova carrinha do Grupo Desportivo Areosense**, cuja aquisição contou com o apoio do município e que visa reforçar a prática desportiva no concelho e incentivar a formação de crianças e jovens, e decorreu também a nona edição do **Rali de Viana**, que marcou o regresso dos ralis à capital do Alto Minho, depois um ano de interregno por causa da pandemia.

Em termos de investimento público que contribui para a coesão territorial, realça-se a **requalificação da Marginal da Argaçosa** agora aprovada e ainda o novo **Espaço Cidadão de Lanheses**, instalado na Junta de Freguesia e que visa aproximar a população dos serviços públicos, simplificando e agilizando procedimentos através de sinergias positivas entre diversas entidades e onde as Juntas de Freguesia têm um papel fundamental.

A **certificação da Torta de Viana** e a entrega do **Selo ODSlocal** nas categorias de Dinâmicas e Desempenhos municipais, como resultado do excelente contributo na construção do Portal ODSlocal marcam ainda os últimos tempos, assim como a programação de natal organizada pelo Município. Este ano com um novo lema **"Viana, Coração do Natal"**, a programação inclui iluminação, a Praça Natal, com decoração temática, trenó, anjos, presépio, carrossel francês e a Casa do Pai Natal, entre outros, com propostas para todos os gostos e idades, de forma a valorizar o centro histórico da cidade e dinamizar o comércio tradicional, com o objetivo de fazer de Viana do Castelo o espaço ideal para compras de Natal e momentos em família.

Aproveito, neste espírito, para desejar a todos um Feliz Natal e um Excelente 2022 pleno de realizações profissionais e pessoais.

Viana do Castelo, 20 de dezembro de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal

Luís Nobre

CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

Execução Orçamental Ano 2021

Período - 2021 / 01 / 02 a 2021 / 12 / 17

Unidade: €uro

Execução			Dívida a Fornecedores
Receita	Despesa	Taxa	
74.801.705,93 €	69.423.637,25 €	64,11%	5.125.633,36 €

O Chefe de Divisão Financeira

António Alberto Moreira do Rego

20/12/2021

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

LISTAGEM DE PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES EM 10.12.2021 E ESTADO ACTUALIZADO DOS MESMOS

1

PROCESSO – nº. 133/09.8BEPRT – TAF do Porto – U.O. 2 – 6º Juiz

ESPÉCIE – Execução de sentença

EXEQUENTE – Manuel Carlos Costa Marinho

EXECUTADO – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de execução da sentença que anulou a deliberação desta C.M. de 27.01.1998, com vários pedidos relacionados com tal execução.

VALOR DA ACÇÃO – € 125.000,00

ESTADO ACTUAL – O Município interpôs recurso da sentença para o TCA Norte, tendo sido dado provimento ao recurso quanto às questões relativas às deduções das remunerações auferidas pelo exequente ao serviço da CM de Barcelos, da sociedade "Risco 2000 - Projectos de Engenharia e Arquitectura, Lda. e pelo exercício de cargo na Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A". O Autor interpôs recurso de revista para o STA, o qual não foi admitido. Aguarda agora decisão do TAF do Porto sobre questão relativa à execução de julgado.

2

PROCESSO – nº. 800/10.3BEBRG – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTORES – José Paulo Esteves Martins Pinheiro e Outros

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação do parecer desfavorável emitido pela Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P., proferido em 2.11.2009 no âmbito do processo de obras em que é requerente o Autor, e vários pedidos com o mesmo conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.000,01

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a anular o parecer desfavorável emitido pela então ARH-Norte e o despacho do Sr. Vereador da área do Planeamento e da Gestão Urbanística de 03.02.2010 que sustentado em tal parecer revogou o seu anterior despacho de 26.05.2009, que tinha deferido o pedido de legalização de obras no prédio sito na Rua das Laranjeiras, n.º 77, freguesia de Areosa, deste concelho apresentado pelos AA., e consequentemente, condenou a APA a emitir novo parecer e o Município a aguardar pela emissão do mesmo, e depois de recepcionado, a emitir o acto final do procedimento. Aguarda a fase de elaboração da conta do processo.

3

PROCESSO – nº. 2012/10.7 BEBRG - TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – Alcídio Afonso da Rocha Lima

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade ou anulação do despacho do Sr. Vereador do Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal proferido no processo de obras n.º DJ/SPO n.º 468/85, que ordenou a demolição voluntária de obras sitas na Rua das Breias, freguesia de Vila Fria, deste concelho, e que tomou posse administrativa do imóvel e ainda do despacho de 11.10.2010 que indeferiu liminarmente o pedido de licenciamento dessa mesma obra.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.000,10

ESTADO ACTUAL – Foi proferido acórdão pelo TCA Norte, o qual foi favorável ao Município, porquanto manteve a sentença do TAF de Braga, a qual tinha absolvido o Município de todos os pedidos formulados na acção. Foi interposto pelo A. recurso do acórdão do TCA Norte para o STA. Aguarda a decisão do mesmo.

4

PROCESSO – nº. 1485/08.2 BEBRG - TAF de Braga

ESPÉCIE – Impugnação Judicial

IMPUGNANTE – Adérito Jorge de Abreu Cardoso

IMPUGNADO – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de Anulação da liquidação da taxa de ocupação do domínio público pela utilização de rampa de acesso ao prédio do Impugnante, sito na Rua Carolino Ramos, Lote 1 e 2, Lugar de Lamoso de Cima, freguesia de Monserrate, deste concelho, no montante de € 2675,62.

VALOR DA ACÇÃO – € 2.678, 62

ESTADO ACTUAL - Em recurso no TCA Norte.

5

PROCESSO – nº. 411/11.6BEBRG – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum com processo ordinário

AUTORES – Rui Avelino Torres Martins

RÉU – Município de Viana do Castelo e Outra

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do Município na reparação de um veículo sinistrado, na indemnização diária de 10,00 €, na indemnização de € 42.697,32, acrescida de juros de mora desde a citação e no pagamento de danos futuros, tudo em consequência de acidente de viação ocorrido na EN. 305, na freguesia de Neves, devido a queda de árvore.

O Município requereu a intervenção principal provocada da Allianz Portugal, S.A, para quem havia transferido a sua responsabilidade civil geral no ano de 2010.

VALOR DA ACÇÃO – € 100.000,00

ESTADO ACTUAL – Aguarda sentença.

* * *

6

PROCESSO – nº. 23/2000 – 4ºJuizo Cível - TJVC

ESPÉCIE – Acção Ordinária

AUTORA – ERI – Estudos e Realizações Imobiliárias, SA

RÉUS – Município de Viana do Castelo, Estado Português e Freguesia de Afife

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de reconhecimento da sua propriedade sobre vários prédios sitos na orla costeira de Afife, pedido de restituição de prédios sem as obras e equipamentos pretensamente implantados sobre os seus prédios, pedido de indemnização a liquidar em execução de sentença e pedido de indemnização de 300.000$00 diários desde a citação dos Réus até à restituição dos prédios referidos livres de quaisquer obras, bem como a fixação de sanção pecuniária compulsória de 500.000$00 diários desde o trânsito em julgado da sentença até à restituição efectiva dos prédios.

VALOR DA ACÇÃO – 3.500.001$00

ESTADO ACTUAL – O Tribunal da Relação de Guimarães deu provimento ao recurso apresentado pelo Município e, consequentemente, anulou de novo o julgamento em relação às respostas dadas pelo Tribunal de 1.ª Instância relativamente a vários quesitos, com a consequente repetição do julgamento quanto aos mesmos. A anteceder a repetição do julgamento, o Tribunal ordenou que se proceda à delimitação do domínio público marítimo onde ele confronta com os prédios da Autora, nos termos estabelecidos no DL n.º 353/2007, de 26.10, tudo em ordem a dar cumprimento ao primeiro Acórdão da mesma Relação proferido nos autos, procedimento que está a decorrer.

7

PROCESSO – nº. 823/01 – 4ºJuiz – TAC do Porto

ESPÉCIE – Acção Ordinária

AUTORA – ERI – Estudos e Realizações Imobiliárias, SA

RÉU – Município de Viana do Castelo, vários autarcas do executivo dos últimos mandatos e variadíssimos funcionários da Câmara Municipal (ao todo, 36 Réus)

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de indemnização de 107.600.000$00, acrescida de juros de mora.

VALOR DA ACÇÃO – 107.600.000$00

ESTADO ACTUAL - Tem a instância suspensa até à decisão final do processo referido no número anterior.

8

PROCESSO – nº. 1578/08.6BEBRG – TAF de Braga – U. O. 1

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTORES – José Carlos Santos Loureiro e mulher

RÉU – Município de Viana do Castelo e Outros

OBJECTO/PEDIDO – 1. Pedido de declaração de ilegalidade e inconstitucionalidade da Portaria nº. 390/90, de 23.05, do PDM de Viana do Castelo e do PU da Cidade de Viana do Castelo no que respeita à classificação do prédio dos AA. como pertencendo à RAN e área de elevado valor paisagístico; 2. Pedido de declaração de que o prédio dos AA. não tem qualquer ónus que impeça a sua utilização como solo urbano com condições de edificabilidade semelhantes à média dos prédios urbanos vizinhos; 3. Pedido de condenação solidária no pagamento aos AA. na indemnização a liquidar em execução de sentença pelos prejuízos sofridos desde 1991 até à data da sentença a proferir; 4. Subsidiariamente, pedido de condenação solidária no pagamento da indemnização de € 450.000,00 e juros desde 1991; 5. Ainda subsidiariamente, pedido de condenação do Município a repor o prédio rústico dos AA. no estado em que se encontrava, repondo toda a terra que nele se encontrava e que dele foi extraída ou, se tal não for possível, a pagar o seu valor, no montante de € 375.000,00.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.000,01

ESTADO ACTUAL – Fase instrutória.

9

PROCESSO – nº. 648/11.8 BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – Ministério Público

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade do despacho do Senhor Vereador da Área Funcional do P.G.U. de 27.01.2009, que deferiu o licenciamento da construção de uma moradia em Vilares, Outeiro, Viana do Castelo, a Milton Faria Videira de Abreu.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.001,00

ESTADO ACTUAL – Aguarda marcação de audiência final.

10

PROCESSO – nº. 747/12.9BEPRT – U.O.5 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum sob a forma ordinária

AUTOR – Manuel Carlos da Costa Marinho

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação em indemnização de € 125.000,00 por danos morais em virtude de afastamento por decisão disciplinar posteriormente anulada.

VALOR DA ACÇÃO – € 125.000,00

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença, a qual foi parcialmente procedente e, em consequência, condenou o Município no pagamento da quantia de € 17.500,00. O A. interpôs recurso da sentença, tendo o TCAN negado provimento ao mesmo. Aguarda a fase de elaboração da conta do processo.

11

PROCESSO – nº. 1159/12.0BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum sob a forma ordinária

AUTOR – STAL, em representação de vários bombeiros municipais

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação no reconhecimento ao direito de os representados do Autor dependerem directamente, em termos funcionais, administrativos, hierárquicos e disciplinares do Comandante do Corpo de Bombeiros do Município, pedido de declaração de nulidade do acto de nomeação do Chefe de Divisão de Segurança e Protecção Civil, pedido de condenação do Município a negociar com os representados do Autor os objectivos e competências a definir no âmbito da avaliação de desempenho com o seu superior hierárquico imediato e pedido de declaração de que a NEP 1/2012, emanada do Chefe de Divisão de Segurança e Protecção Civil viola o disposto nos artigos 45º/1 e 2 e 46º da Lei 66-B/2007 e als. c), d) e i) do art. 87º e art. 90º, ambos do RCTFP, com a condenação do Município a abster-se de praticar os testes físicos aí discriminados e de fixar tais testes como objectivo individual de avaliação do desempenho dos associados do A..

VALOR DA ACÇÃO – € 30.001,00

ESTADO ACTUAL – Foi realizada tentativa de conciliação, estando as partes a discutir a possibilidade de chegar a acordo no processo e seus eventuais termos.

12

PROCESSO – nº. 1676/12.1BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum sob a forma ordinária

AUTOR – António Ferreira de Miranda e mulher

RÉU – Município de Viana do Castelo e ARH Norte, I.P.

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação no reconhecimento de que não existe linha de água ou curso de água sobre o prédio dos mesmos e que vem representada na Planta de Condicionantes do PDM e no PP para a área Marginal ao Lima, entre a Ponte Eiffel e a Ponte do IC1, em Darque, e na Planta de Ordenamento do PDM, e outros pedidos com o mesmo relacionados, nomeadamente, para a correcção das citadas plantas.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.001,00

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar a acção procedente. O Município interpôs recurso da sentença para o TCAN, aguardando a decisão do mesmo.

13

PROCESSO – nº. 1992/12.2BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum sob a forma sumaríssima

AUTOR – ULSAM, E.P.E

RÉUS – Município de Viana do Castelo e EP – Estradas de Portugal

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação na quantia de € 1.981,87, acrescida de juros legais, por assistência a sinistrado.

O Município requereu a intervenção principal provocada da Allianz Portugal, S.A, para quem havia transferido a sua responsabilidade civil geral no ano de 2010.

VALOR DA ACÇÃO – € 1.981,87

ESTADO ACTUAL – Aguarda sentença.

14

PROCESSO – nº. 13/13.2BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum sob a forma ordinária

AUTOR – Domingos da Silva Teixeira, S. A.

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação na quantia de € 95.176,40, acrescida de juros vincendos, a título de juros de mora relativos a atraso nos pagamentos de várias facturas de empreitadas levadas a efeito há vários anos atrás.

VALOR DA ACÇÃO – € 95.176,40

ESTADO ACTUAL – Aguarda sentença.

15

PROCESSO – nº. 1301/13.3BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – Manuel Augusto Gonçalves Arezes

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade do despacho do Exmº. Sr. Vereador da Área Funcional do P.G.U. de 21.05.2013 que indeferiu o licenciamento de uma obra no lugar de Santiago, freguesia de Castelo de Neiva, concelho de Viana do Castelo.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.000,01

ESTADO ACTUAL – Foi proferido despacho saneador a julgar improcedente a excepção de inimpugnabilidade do acto impugnado suscitada pelo Município na sua contestação, tendo este recorrido do despacho. Foi proferido acórdão pelo TCAN a confirmar o despacho do TAF de Braga. O Município interpôs recurso de revista para o STA do acórdão do TCAN, tendo o STA negado provimento ao recurso. O processo baixou ao TAF de Braga, o qual julgou a acção totalmente improcedente, absolvendo o Município do pedido. O Autor interpôs recurso da sentença aguardando-se a decisão do recurso.

16

PROCESSO – nº. 1931/13.3BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – STAL, em representação de José Manuel Carvalho Costa Pereira

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação dos despachos do Sr. Presidente da Câmara de 21.08.2013, que homologou a lista de classificação final e graduação dos candidatos ao concurso interno de acesso limitado para provimento de 4 lugares de chefe de secção, e de 26.08.2013, que determinou a nomeação, por urgente conveniência de serviço, na função de chefe de secção, das candidatas graduadas nos 1º a 4º lugares daquela lista, bem como pedido de condenação à abertura de procedimento concursal para provimento dos lugares de chefe de secção que ficaram vagos por força da decisão judicial proferida no proc. 709-A/99 que correu termos pelo TAF do Porto.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.001,00

ESTADO ACTUAL – Aguarda sentença.

17

PROCESSO – nº. 170/14.0BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – Domingos Azevedo Maciel Neiva

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação ou de declaração de nulidade do despacho de 18.03.2013 do Sr. Vereador da Área de PGU referente ao processo nº. 25/13, bem como pedido de pagamento de indemnização de € 19.000,00 a título de danos patrimoniais e de € 10.000,00 de danos morais, acrescido de juros à taxa legal.

Atendendo à caducidade do direito de acção e à prescrição do direito à indemnização a que o Autor se arroga nos autos, o Município não fez o chamamento ao processo da respectiva Seguradora.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.000,01

ESTADO ACTUAL – Tem a instância suspensa devido ao falecimento do Autor.

18

PROCESSO – nº. 1771/14.2BEBRG – U. O. 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum

AUTOR – Simão Pedro Gomes Soares

RÉU – Município de Viana do Castelo e Outros

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação na indemnização de € 12.532,45, acrescida de juros legais, por danos patrimoniais e não patrimoniais decorrentes do resultado do concurso externo para admissão de 2 especialistas de informática de grau 1, nível 2 – estagiários (carreiras não revistas).

VALOR DA ACÇÃO – € 12.532,45

ESTADO ACTUAL – Aguarda sentença.

19

PROCESSO – nº. 2227/14.9BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTORA – MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de anulação do acto de indeferimento de autorização municipal de instalação de estação de telecomunicações na Rua das Dálias, freguesia de Darque, deste concelho e, subsidiariamente, condenação no reconhecimento do deferimento tácito de tal autorização; ainda subsidiariamente, condenação do Município à emissão do acto de autorização referido.

VALOR DA ACÇÃO – € 8.000,00

ESTADO ACTUAL – Foi proferido acórdão sentença, a qual julgou a acção procedente e, consequentemente, condenou o Município nos pedidos, tendo o Município recorrido da mesma. Aguarda a decisão do TCAN.

20

PROCESSO – nº. 2697/14.5BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – Dr. Luís Filipe Neiva Marques.

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação do despacho do Sr. Presidente da C.M. de 24.06.2014, que ordenou a reposição da quantia de € 32.478,73, a título de emolumentos notariais e participação em custas de processos de execução fiscal e vários pedidos com o mesmo conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 32.478,73

ESTADO ACTUAL – Aguarda sentença.

21

PROCESSO – nº. 1932/15.7BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – João de Deus Monteiro Gonçalves e Outros

RÉUS – Município de Viana do Castelo e Outro

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade ou anulação da decisão da ENRAN de 18.12.2004, que indeferiu o pedido de parecer prévio para utilização não agrícola de 1 parcela de solo integrado em RAN, em Castelo do Neiva, pedido de condenação do Município a reconhecer que a construção de 102,00 m2 existente no prédio dos AA. é anterior a 1951 e que os RR. a podem utilizar para habitação, com vários pedidos conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.000,01.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar a acção procedente. O Município interpôs recurso da sentença para o TCAN, aguardando a decisão do mesmo.

22

PROCESSO – nº. 2213/15.1BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum

AUTOR – Manuel Sousa Costa Dias

RÉUS – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do Município na indemnização de € 54.117,22 por sinistro ocorrido no Largo de S. Domingos, nesta cidade.

O Município requereu a intervenção principal provocada da Seguradora Fidelidade S.A. no processo, para quem transferiu em 2014 a sua responsabilidade civil geral.

VALOR DA ACÇÃO – € 54.117,22.

ESTADO ACTUAL – Tem audiência final agendada para o dia 16.12.2021.

23

PROCESSO – nº. 2950/15.0BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum

AUTORA – Maria do Rosário Queirós Rodrigues

RÉUS – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do Município na indemnização de € 114.389,13 por sinistro ocorrido em passadiço na Praia de Afife em 2012.

O Município requereu a intervenção principal provocada da Seguradora Lusitânia, S.A. no processo, para quem transferiu no ano em causa a sua responsabilidade civil extra-contratual.

VALOR DA ACÇÃO – € 114.389,13.

ESTADO ACTUAL – Tem audiência final agendada para o dia 24.02.2022.

24

PROCESSO – nº. 3103/15.3BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – Dr. Agostinho Correia de Sousa

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação do despacho de 16.07.2015, que determinou a imposição de obras aos Autores.

VALOR DA ACÇÃO – € 5.000,01.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença homologatória da transacção a que as partes chegaram nos autos. Aguarda a fase de elaboração da conta do processo.

25

PROCESSO – nº. 3158/15.0BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – STAL, em representação de Martinho Gomes de Campos

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de prescrição da quantia cuja restituição foi ordenada por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 29.04.2015 ou, subsidiariamente, pedido da anulação de tal despacho, bem como pedido de condenação no pagamento ao representado do Autor da quantia devida a título de suplemento remuneratório correspondente ao subsídio de turno desde Junho/2012 até Julho/2015, acrescido de juros de mora.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.001,00.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar a acção totalmente procedente. O Município interpôs recurso da sentença. Aguarda a decisão do recurso.

26

PROCESSO – nº. 3157/15.2BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – STAL, em representação de Júlio Agostinho S. Pedra Conceição e Outros

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 29.04.2015, que ordenou a reposição de montantes recebidos a título de emolumentos e participação em custas de execuções fiscais, pedido de

condenação de restituição dos montantes retidos aos mesmos a esse título desde Fev. 2013 até ao presente e pedido de condenação no pagamento aos representados do Autor da quantia devida a título de suplemento remuneratório referente a emolumentos e participação em custas de execuções fiscais até ao fim da sua vida activa, enquanto desempenharem tais funções.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.001,00.

ESTADO ACTUAL – Aguarda sentença.

27

PROCESSO – nº. 3248/15.0BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – STAL, em representação de Agostinho Américo Pires da Silva Caetano e Outros

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de que se encontra prescrita a quantia cuja reposição foi ordenada; subsidiariamente, pedido de anulação do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 05.05.2015, que ordenou a reposição de montantes recebidos a título de subsídio de turno pago nos subsídios de férias e Natal de Junho e Novembro de 2010.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.001,00.

ESTADO ACTUAL – Aguarda despacho saneador/sentença.

28

PROCESSO – nº. 3280/15.3BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – STAL, em representação de Ana Maria Barbosa Pinto e Outros

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de que se encontra prescrita a quantia cuja reposição foi ordenada; subsidiariamente, pedido de anulação do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 05.05.2015, que ordenou a reposição de

montantes recebidos a título de subsídio de turno pago nos subsídios de férias e Natal de Junho e Novembro de 2010.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.001,00.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a absolver o Município da instância pelo facto de o A. não ter providenciado pelo suprimento e pela correcção das irregularidades do seu articulado, dentro do prazo. O A. interpôs recurso da sentença, tendo o TCAN dado provimento ao mesmo, e consequentemente, ordenado a devolução do processo à 1.ª instância para prolação de despacho de aperfeiçoamento. Aguarda a decisão do recurso.

29

PROCESSO – nº. 231/16.1 BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – Manuel da Silva Pinto

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade ou de anulação do despacho do Sr. Vereador da área funcional dos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo de 30.12.2015 que aplicou ao Autor uma coima no valor de €400,00 pela prática de uma infracção p.p. pelo art. 72.º/2.12 do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais.

VALOR DA ACÇÃO – € 5.000,01.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida decisão pelo Tribunal de Conflitos no sentido de julgar os Tribunais da jurisdição comum os materialmente competentes para apreciar e decidir a questão em causa nos autos. O processo vai ser agora remetido ao Tribunal Judicial de Viana do Castelo, onde prosseguirá os seus termos normais.

30

PROCESSO – nº. 276/16.1 BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORES – Ana Pedro Correia de Sampaio Viana Arriscado e Outro.

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de inoponibilidade do acto que ordena a demolição à Autora e pedido de nulidade de todos os actos do procedimento tendentes à formação do acto que ordena a demolição parcial da marquise existente na fracção autónoma dos AA. designada de "AD", sita na Avenida da Abelheira, n.º 3, em Viana do Castelo, e bem assim, o acto que ordena a demolição.

VALOR DA ACÇÃO – €30.000,01.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar procedentes as excepções de inimpugnabilidade e intempestividade quanto ao Autor e procedente a acção quanto à Autora, determinando a repetição de todo o procedimento que culminou com a prática do acto de demolição, mas com a participação agora da Autora. O Município interpôs recurso da sentença na parte relativa à Autora, tendo o TCAN mantido a sentença, embora com diferente fundamentação. Aguarda a fase de elaboração da conta do processo.

31

PROCESSO – nº. 1334/16.8 T8VCT – Instância Central de Viana do Castelo – Secção Cível – J2

ESPÉCIE – Acção de Processo Comum

AUTOR – Rui Lima Martins – Arquitectura e Urbanismo, Lda.

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do Município no pagamento à A. da quantia de € 82.394,39 a título de honorários pelo projecto de execução e pela assistência técnica contemplados no contrato para elaboração do projecto da piscina e posto náutico, celebrado entre as partes em 06.03.2008 e pedidos conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 96.469,70

ESTADO ACTUAL – Tem audiência prévia agendada para o dia 17.01.2022.

32

PROCESSO – nº. 1318/16.6 BEBRG - U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – Natália Maria Alves Dias

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do Município no pagamento da quantia global de € 12.967,49 a título de danos decorrentes do despacho do Sr. Vereador do Planeamento e da Gestão Urbanística da CMVC de 08.08.2006 que deferiu o pedido de informação prévia apresentada pela A. relativo à possibilidade de construção de uma moradia unifamiliar num prédio da mesma, sito no Lugar da Ribeira, freguesia de Serreleis, desta comarca, pretensão essa que foi, posteriormente, indeferida no processo de licenciamento de obras particulares n.º 275/07 – ONERED – N.

VALOR DA ACÇÃO – € 12.967,49

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar procedente a excepção de prescrição do direito da A., e consequentemente, a absolver o Município do pedido. A A. interpôs recurso da sentença, tendo o TCA Norte revogado a sentença e, consequentemente, ordenado a baixa do processo ao TAF de Braga para prosseguimento dos autos para prolação de decisão sobre o mérito. Aguarda o decurso do prazo de trânsito em julgado do acórdão.

33

PROCESSO – nº. 1578/16.2 BEBRG - U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – Maria Cândida Martins Dias

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação no pagamento de indemnização no valor de €11.830,00, e bem assim, de indemnização a liquidar em sede de execução de sentença.

O Município requereu a intervenção acessória provocada da Lusitânia Companhia de Seguros, S.A, para quem havia transferido a sua responsabilidade civil geral no ano de 2013.

VALOR DA ACÇÃO – € 11.830,00

ESTADO ACTUAL – As partes transigiram sobre o objecto do litígio. Aguarda a fase de elaboração da conta do processo.

34

PROCESSO – nº. 2767/15.2 BEBRG - U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTORA – Azul Disponível, Lda.

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação do acto de adjudicação do direito de superfície de terreno do domínio privado municipal para a edificação e exploração de um empreendimento turístico em Darque/Cabedelo/Viana do Castelo à contra-interessada Feelviana, Lda, e bem assim, do contrato de concessão do referido direito à mesma, na sequência do acto de adjudicação.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.0001,00

ESTADO ACTUAL – Foi proferido despacho a absolver o Município da instância quanto ao pedido de anulação do contrato de concessão por ter sido julgada procedente a excepção de caducidade do direito de acção, prosseguindo agora os autos para apreciação do pedido de anulação do acto de adjudicação, aguardando-se a prolação de sentença quanto a este.

35

PROCESSO – nº. 618/16 – STA

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORES – Marta Fernandez Tarrio e Outros

RÉUS – Município de Viana do Castelo, Vianapolis, S.A, Conselho de Ministros, Ministérios do Ambiente e Finanças

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade/anulabilidade do acto que declarou a utilidade pública com carácter de urgência da expropriação da fracção YC, parcela 133, do Edifício Jardim, em Viana do Castelo, propriedade dos Autores e pedidos com este conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.000,01

ESTADO ACTUAL – Foi proferida decisão a absolver os RR. da instância quanto ao pedido de declaração de ilegalidade/inconstitucionalidade da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, a declarar a incompetência hierárquica do STA para conhecer dos restantes pedidos formulados pelos AA., e a determinar a baixa dos autos à 1.ª instância para conhecer dos referidos pedidos, e bem assim, das restantes excepções invocadas pelos RR. Aguarda a prolacção de despacho saneador.

36

PROCESSO – nº. 501/17.1 BEBRG - U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – Jaime Costa Gonçalves

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de revogação do despacho de 28.11.2016 proferido pelo Sr. Vereador da Área Funcional do Planeamento e Gestão Urbanística da CMVC que ordenou a remoção voluntária de uma caixa metálica colocada pelo A. no rés-do-chão do prédio sito na Rua Monsenhor Daniel Machado, n.º 168/170, da União de Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela.

VALOR DA ACÇÃO – € 5.000,01

ESTADO ACTUAL – Aguarda remarcação da audiência final.

37

PROCESSO – nº. 667/17.0 BEBRG – U.O 1 – TAF do Porto

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – Renato Miguel Gonçalves Vieira Cunha Pita

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do Município no pagamento da quantia de € 30.500,00, correspondente a direito de crédito do A. sobre o R. decorrente da prestação de serviços de patrocínio desportivo, acrescido de juros de mora, pedido de indemnização por danos morais no montante de € 5.000,00, e bem assim, pedidos conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 35.500,00

ESTADO ACTUAL – A audiência final encontra-se a decorrer, estando agendada a última sessão da mesma para o dia 01.02.2022.

38

PROCESSO – nº. 925/17.4 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – António Eduardo Gomes Neto

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do Município no pagamento ao A. da quantia de € 2.055,00, a título de indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais por aquele sofridos na sequência de sinistro ocorrido na Rua Agra da Várzea, freguesia de Barroselas, concelho de Viana do Castelo, por alegada falta de sinalização.

O Município requereu a intervenção acessória provocada da Açoreana Seguros, S.A, para quem havia transferido a sua responsabilidade civil geral no ano de 2016.

VALOR DA ACÇÃO – € 2.055,00

ESTADO ACTUAL – Aguarda reagendamento da audiência final.

39

PROCESSO – nº. 1486/17.0 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – VIANACAIS - Investimentos Imobiliários, Lda.

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação dos despachos de embargo de obras proferidos pelo Sr. Vereador da área do Planeamento e da Gestão Urbanística de 04.05.2017 e de 23.06.2017, decorrentes da realização pela A. de obras de remodelação interior e estruturais nas Unidades "E" e "F" do Complexo Turístico da Marina de Recreio de Viana do Castelo, sem autorização/licença, bem como dos actos de execução que se lhe seguiram e pedidos conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 15.000,00

ESTADO ACTUAL – Tem audiência final agendada para o dia 12.04.2022.

40

PROCESSO – nº. 2700/17.7 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – UP VIANA, Lda.

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação do despacho de 03.11.2017 do Sr. Vereador da área do Planeamento e da Gestão Urbanística da CMVC que rejeitou liminarmente o pedido de alteração de utilização de Unidades do edifício do Complexo Turístico da Marina de Recreio de Viana do Castelo e pedidos conexos;

VALOR DA ACÇÃO – € 30.000,01

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar a acção totalmente improcedente. A Autora interpôs recurso da sentença. Aguarda a apresentação de contra-alegações de recurso pelo Município.

41

PROCESSO – nº. 2670/17.1 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORES – Luís Manuel de Lorena da Costa Nogueira e Outros

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de reconhecimento dos AA. como únicos e exclusivos proprietários do prédio urbano constituído por parcela de terreno para construção, sito no Lugar de Cabedelo, freguesia de Darque, concelho de Viana do Castelo, pedido de condenação do Município a restituir o prédio aos AA., livre de pessoas e de bens, devolvendo-o no mesmo estado em que se encontrava antes da ocupação, destruindo assim, as construções nele existentes, pedido de indemnização por privação do uso no valor de € 40,500,00, e bem assim, pedidos conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 180.000,00

ESTADO ACTUAL – Tem a instância suspensa.

42

PROCESSO – nº. 1417/18.0 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – VIANACAIS - Investimentos Imobiliários, Lda.

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade do contrato de concessão do direito de exploração do edifício do Complexo Turístico da Marina de Recreio de Viana do Castelo celebrado entre A. e R., dos actos administrativos preparatórios, do acto administrativo de 07.04.2018 que resolveu o contrato de concessão e ainda pedido de condenação do R. no pagamento à A. da quantia de € 2.541.085,19 a título de danos patrimoniais e morais decorrentes da nulidade do contrato de concessão e ainda de prejuízos a liquidar em sede de execução de sentença.

VALOR DA ACÇÃO – € 2.541.085,19.

ESTADO ACTUAL – Aguarda remarcação de audiência prévia.

43

PROCESSO – nº. 1403/18.0 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – Artur de Castro Carvalho

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação do despacho do Sr. Vereador do Planeamento e da Gestão Urbanística da CMVC de 04.02.2018 que concedeu ao A. o prazo de 60 dias úteis para proceder à reposição de terreno sito na Fonte do Clero, concelho de Viana do Castelo, nas condições em que se encontrava antes da realização de trabalhos, sem licença municipal, sob pena de em caso de incumprimento a CM proceder à sua reposição em sua substituição, cobrando-se das despesas a que houver lugar.

VALOR DA ACÇÃO – € 5.000,01.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar a acção totalmente improcedente, tendo o A. interposto recurso para o TCAN. Aguarda a decisão do recurso.

44

PROCESSO – nº. 1887/18.6 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, em representação de Ana Maria Carvalho Magalhães

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação do processo de avaliação de desempenho da associada do A. referente ao biénio 2015/2016 desde a fixação dos objectivos, bem como do despacho que homologou a avaliação de desempenho e do despacho do Sr. Presidente da CMVC que decidiu a reclamação apresentada pela associada do A. do despacho de homologação da avaliação de desempenho da mesma;

VALOR DA ACÇÃO – € 30.001,00.

ESTADO ACTUAL – Aguarda remarcação de audiência prévia.

45

PROCESSO – nº. 2108/18.7 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – Maria de Fátima Pereira Parente Costa

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do Município no pagamento à A. da quantia de € 50.440,00 por danos patrimoniais e não patrimoniais decorrentes de um sinistro (queda) sofrido num dos passeios da Avenida dos Combatentes, em Viana do Castelo, e bem assim, de danos futuros a liquidar em sede de execução de sentença.

O Município requereu a intervenção acessória provocada da Fidelidade Portugal, S.A, para quem havia transferido a sua responsabilidade civil geral no ano de 2017.

VALOR DA ACÇÃO – € 50.440,00

ESTADO ACTUAL – Fase instrutória.

46

PROCESSO – nº. 2273/18.3 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – AGEAS - Seguros em Portugal, S.A

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do Município no pagamento à A. da quantia de € 5.126,23, acrescida de juros de mora vencidos e vincendos, a título de reembolso de indemnização paga pela A. ao seu segurado por sinistro ocorrido no cruzamento entre a EN 308 com a Rua Aquilino Ribeiro, freguesia de Barroselas, concelho de Viana do Castelo, por alegada culpa imputável ao Município.

Apesar de o Município ter requerido a intervenção nos autos da Fidelidade Companhia de Seguros, S.A, para quem havia transferido a sua responsabilidade civil geral no ano de 2015, o Tribunal indeferiu tal intervenção, decisão que foi confirmada posteriormente pelo TCAN em sede de recurso interposto pelo Município.

VALOR DA ACÇÃO – € 5.126,23.

ESTADO ACTUAL – Tem audiência final agendada para 29.06.2022.

47

PROCESSO – nº. 3932/18.6 T8VCT – Juízo Central Cível de Viana do Castelo – J1

ESPÉCIE – Acção de Processo Comum

AUTORES – Hortênsia Oliveira Martins da Silva Ramos e outros

RÉUS – Município de Viana do Castelo, Estado Português e Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação dos RR. no reconhecimento de que os AA. são donos e legítimos possuidores de uma parcela de terreno com a área de 512 m2 de um prédio rústico, sito em Ruivas, União de Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela e pedidos com ele conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 83.880,51.

ESTADO ACTUAL – Fase instrutória.

48

PROCESSO – nº. 214/19.0 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – **Justina Maria Valentim Ralha da Silva**

RÉU – **Município de Viana do Castelo**

OBJECTO/PEDIDO – **Pedido de declaração de nulidade/anulação do acto de deferimento do pedido de licenciamento da construção apresentado pela contra-interessada Olímpia Reis Gonçalves, no âmbito do processo de obras n.º 193/17, constante do despacho do Sr. Presidente da CMVC de 15.05.2018.**

VALOR DA ACÇÃO – **€ 30.000,01.**

ESTADO ACTUAL – **Fase instrutória.**

49

PROCESSO – **nº. 1046/19.0 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga**

ESPÉCIE – **Acção Administrativa**

AUTORES – **Maria de Lurdes Gonçalves Amorim Costa Carvalho e Outros**

RÉU – **Município de Viana do Castelo**

OBJECTO/PEDIDO – **Pedido de declaração de nulidade/anulação do acto que ordenou a demolição voluntária do muro no prédio dos AA. sito na Estrada da Igreja, 921, Perre, concelho de Viana do Castelo e pedido de condenação à legalização do anexo/anexo existente no referido prédio.**

VALOR DA ACÇÃO – **€ 30.001,00.**

ESTADO ACTUAL – **Aguarda sentença.**

50

PROCESSO – **nº. 1015/19.0 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga**

ESPÉCIE – **Acção Administrativa**

AUTORA – **Lusitânia, Companhia de Seguros, S.A.**

RÉU – **Município de Viana do Castelo**

OBJECTO/PEDIDO – **Pedido de condenação no pagamento da quantia de € 4.250,69, acrescida de juros de mora, decorrente de sinistro ocorrido no Caminho da Biqueira, sentido Tourim -Amonde, em Viana do Castelo.**

O Município requereu a intervenção nos autos da Seguradoras Unidas, S.A (a qual sucedeu à Açoreana Seguros, S.A), para quem havia transferido a sua responsabilidade civil geral no ano de 2016, estando a aguardar a decisão sobre a admissão ou não dessa intervenção.

VALOR DA ACÇÃO – € 4.250,69.

ESTADO ACTUAL – Aguarda a elaboração de despacho saneador.

51

PROCESSO – nº. 1577/19.2 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORES – REN Portgás Distribuição, S.A e Outro

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação do acto que ordenou a demolição voluntária de obras executadas sem licença municipal e reposição da situação anterior no prédio sito na Avenida Caçadores 9, 295/289 da União de Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela e pedido conexo.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.000,01.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar procedente a acção, anulando o acto impugnado. Aguarda a fase de elaboração a conta do processo.

52

PROCESSO – nº. 2976/19.5 T8VCT – Juízo Central Cível de Viana do Castelo

ESPÉCIE – Acção com Processo Comum

AUTORES – Augusto de Campos Ribeiro Martins e Outros

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de reconhecimento do direito de preferência dos AA. sobre o prédio urbano destinado ao exercício da actividade de Restauração onde se encontra instalado o Restaurante Náutico, sito na Praça da Galiza, n. 100, cidade e comarca de Viana do Castelo e pedidos conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 112.500,00.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença homologatória da transação a que as partes chegaram nos autos. Aguarda o decurso do prazo de trânsito em julgado.

53

PROCESSO – nº. 2369/19.4 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – João Manuel Alves Rodrigues Gaivoto

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do R. no pagamento da quantia de € 59.693,95 a título de indemnização pelos danos já sofridos pelo A. com o sinistro ocorrido na Avenida da Abelheira, em Viana do Castelo em 11.09.2017, pedido de indemnização por danos futuros a liquidar em sede de execução de sentença e pedidos com estes conexos.

O Município requereu a intervenção nos autos da Fidelidade Companhia de Seguros, S.A para quem havia transferido a sua responsabilidade civil geral no ano de 2017, a qual, por decisão irrecorrível, não foi admitida.

VALOR DA ACÇÃO – € 59.693,95

ESTADO ACTUAL – Fase da instrução.

54

PROCESSO – nº. 58/20.6 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – Manuel José Fernandes de Sá

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade/anulação da deliberação da AM de 28.06.2019 que procedeu à alteração do PP do Parque da Cidade, Lote L, Equipamento Hotel (área de implantação, área de construção e volumetria - cércea), pedido de declaração de nulidade/anulação da deliberação da AM de 20.09.2019 que

procedeu à alteração do PP do Parque da Cidade, Lote J, (Praça Viana), e bem assim, pedidos com eles conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.000, 01

ESTADO ACTUAL – Aguarda a elaboração de despacho saneador ou a marcação de audiência prévia.

55

PROCESSO – nº. 434/20.4 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – Ana Maria de Carvalho Magalhães

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração que o vínculo de emprego que a A. detinha com o Município desde 4 de Novembro de 2002 era materialmente uma nomeação e pedidos com ele conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.000, 01

ESTADO ACTUAL – Fase dos articulados.

56

PROCESSO – nº. 525/20.1 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – Márcia Carina Rego Barbosa e outros

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação do despacho do Sr. Vereador da área do Planeamento e da Gestão Urbanística da CMVC de 02.12.2019 e pedido de condenação à prática do acto devido de levantamento ou cessação de embargo e autorização de continuação da obra levada a cabo pelo AA. até final.

VALOR DA ACÇÃO – € 5.000, 01

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar procedente a excepção de inimpugnabilidade do acto impugnado, e consequentemente, a absolver o Município

dos pedidos formulados na acção. Aguarda a fase de elaboração da conta do processo.

57

PROCESSO – nº. 614/20.2 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – Maria Clara Enes Ferreira e Outros

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade ou de anulação do despacho do Sr. Vereador da área do Planeamento e da Gestão Urbanística da CMVC de 02.04.2019 que autorizou a instalação de uma estação de radiocomunicações da NOS e respectivos acessórios no prédio sito na Rua do Alto do Xisto, n.º 7, freguesia de Santa Marta de Portuzelo, concelho de Viana do Castelo.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.000, 01

ESTADO ACTUAL – Fase dos articulados.

58

PROCESSO – nº. 804/20.8 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – Paínhas Parques, S.A

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do R. a transferir para a A. a propriedade dos espaços comerciais projectados para o r/c dos edifícios administrativos e uma parte do parque de estacionamento, nos termos do ponto 3., alínea f) do contrato de concessão da obra de construção e de exploração do parque de estacionamento da Praça da Liberdade, e dos Edifícios Administrativos, celebrado em 29.06.2004, e pedidos conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 37.027, 355, 44.

ESTADO ACTUAL – Tem audiência prévia agendada para 11.01.2021.

59

PROCESSO – nº. 2164/20.8 T8VCT – Juízo Local Cível de Viana do Castelo - J1

ESPÉCIE – Procedimento Cautelar

REQUERENTE – ERI - Estudos e Realizações Imobiliárias, Lda.

REQUERIDOS – Município de Viana do Castelo e Outros

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de ratificação judicial de embargo de obra nova realizada pelo Município no prédio rústico da Requerente, situado no Rocio do Porto e inscrito na matriz predial da freguesia de Afife, concelho de Viana do Castelo sob o artigo 5.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.000, 01.

ESTADO ACTUAL – As partes chegaram a acordo, tendo sido proferida sentença homologatória da transação. Aguarda o decurso do prazo de trânsito em julgado da decisão.

60

PROCESSO – nº. 1113/20.8 BEBRG - A – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Providência Cautelar

REQUERENTE – José Carlos Moreira de Freitas

REQUERIDO – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de suspensão de eficácia do despacho do Sr. Presidente da CMVC de homologação do relatório de avaliação final do período experimental do Autor elaborado pelo respectivo júri, em 30.01.2020, e que considerou o mesmo não ter a aptidão física necessária para o exercício das funções incluídas no conteúdo funcional de assistente operacional - serralheiro, e bem assim, pedidos conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 10.795,00.

ESTADO ACTUAL – Foi admitida perícia médico-legal ao requerente, aguardando-se o resultado da mesma.

61

PROCESSO – nº. 1113/20.8 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – José Carlos Moreira de Freitas

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade ou de anulação do despacho do Sr. Presidente da CMVC de homologação do relatório de avaliação final do período experimental do Autor elaborado pelo respectivo júri, em 30.01.2020, e que considerou o mesmo não ter a aptidão física necessária para o exercício das funções incluídas no conteúdo funcional de assistente operacional - serralheiro, e bem assim, pedidos conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 10.795,00.

ESTADO ACTUAL – Fase dos articulados.

62

PROCESSO – nº. 1251/20.7 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – Maria Clara dos Santos Pinto da Rocha Miranda

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade/anulação dos despachos do Sr. Vereador da área do Planeamento e da Gestão Urbanística da CMVC de 14.01.2020 e de 14.02.2020, respectivamente, os quais ordenaram a demolição coerciva de parte da fachada principal do prédio da A., sito na Rua do Mirante, na União de Freguesias de Barroselas e Carvoeiro e a tomada de posse administrativa do prédio para tal efeito, e ordenaram à A. o pagamento das despesas com os referidos trabalhos de demolição, respectivamente, e ainda pedido com eles conexo.

VALOR DA ACÇÃO – € 16.547,00.

ESTADO ACTUAL – Fase dos articulados.

63

PROCESSO – nº. 916/21.0 BEPRT – U.O 1 - TAF do Porto

ESPÉCIE – Processo de Contencioso Pré-Contratual

AUTORA – EMPRIBUILD, Lda.

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação da decisão de não exclusão do procedimento concursal de empreitada de obras públicas designado de "Remoção de Fibrocimento nos edifícios Escolares – Última Fase" da concorrente Baltor Steel Metalomecânica, Lda., e bem assim, e bem assim, pedido de reposicionamento da Autora em primeiro lugar no procedimento concursal.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.000,01

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar a acção totalmente improcedente. Aguarda o decurso do prazo de trânsito em julgado.

64

PROCESSO – nº. 449/21.5 T8VCT – Juízo Local Cível de Viana do Castelo – J1

ESPÉCIE – Acção de Processo Comum

AUTOR – David Fernandes Rodrigues

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do Réu na entrega ao Autor do exemplar do livro de poemas "O que é feito de nós" e de 30 ilustrações originais (desenho + pintura) da autoria do pintor Francisco Trabulo e pedidos conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 20.000,00

ESTADO ACTUAL – Tem a instância suspensa para as partes chegarem a acordo.

65

PROCESSO – nº. 420/21.7 T8VCT – Juízo Local Cível de Viana do Castelo – J3

ESPÉCIE – Expropriação

EXPROPRIADA – Coelhos & Sousa – Sociedade de Construções, Lda.

EXPROPRIANTE – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de fixação da justa indemnização em € 190.367,00 pela expropriação de uma parcela de terreno com a área de 246,00 m2 a desafectar do prédio urbano sito no Sítio de Cruz das Barras, no Lugar da Abelheira, na União de Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela.

VALOR DA ACÇÃO – € 152 942,30

ESTADO ACTUAL – Foi proferida decisão arbitral, tendo a expropriada recorrido da mesma e o expropriante respondido ao recurso. Aguarda a decisão do recurso.

66

PROCESSO – nº. 670/21.6 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Processo Cautelar

REQUERENTE – Prótoiro - Federação Portuguesa das Associações Taurinas

REQUERIDO – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de suspensão de eficácia de várias deliberações da AM e da CM relativas à demolição do edifício da Praça de Touros de Viana do Castelo e à edificação da Praça Viana e pedido de embargo das referidas obras de demolição e de edificação.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.000,01.

ESTADO ACTUAL – Fase dos articulados.

67

PROCESSO – nº. 2025/21.3 T8VCT – Juízo Central Cível de Viana do Castelo – J3

ESPÉCIE – Acção com Processo Comum

AUTORA – RTP - Rádio Televisão Portuguesa, S.A

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de resolução do contrato promessa de compra e venda celebrado entre as partes em 17.11.1992 relativo a uma parcela de terreno destacada do prédio propriedade do Município situado nas Azenhas de D. Prior, por incumprimento definitivo do Município e pedidos indemnizatórios conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 419.681,24

ESTADO ACTUAL – Fase dos articulados.

68

PROCESSO – nº. 1041/21.0 T8VCT – Juízo Central Cível de Viana do Castelo – J1

ESPÉCIE – Acção com Processo Comum

AUTORES – Maria Luísa Coelho Zuzarte Cortesão Abreu e Outros

RÉU – APA, I.P.

INTERVENIENTE PRINCIPAL – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de restituição de posse de prédios rústicos situados na Rua da Praia de Carreço, Montedor, freguesia de Carreço, inscritos na matriz sob os artigos 8253 e 8255 e pedidos conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 68.460,00

ESTADO ACTUAL – Tem audiência prévia agendada para 14.02.2022.

69

PROCESSO – nº. 591/21.2 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Popular

AUTORA – Prótoiro - Federação Portuguesa das Associações Taurinas

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade/anulação de várias deliberações da AM e da CM relativas à demolição do edifício da Praça de Touros de Viana do Castelo e à edificação da Praça Viana, pedido de embargo das referidas obras de demolição e de edificação e pedidos conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.000,01.

ESTADO ACTUAL – Fase dos articulados.

70

PROCESSO – **nº. 2913/21.7 T8VCT – Tribunal Judicial de Viana do Castelo - Juízo Local Cível - J3**

ESPÉCIE – Acção Declarativa Comum

AUTORA – Maria do Carmo Correia Dias de Sousa Pereira

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade do negócio celebrado entre as partes (aquisição por acessão industrial imobiliária de uma parcela de terreno com a área de 504 m2 a destacar do prédio inscrito na matriz sob o art. 105 da freguesia de Monserrate, propriedade do Município) e, em consequência, pedido de condenação do Município na restituição da quantia de € 25.057,30 à Autora e pedidos conexos.

VALOR DA ACÇÃO – € 30.000,01.

ESTADO ACTUAL – Fase dos articulados.

17/12/2021

Catarina Ferreira

(Despacho PR 23/2021

(DOCUMENTO Nº 10)

Câmara Municipal de Viana do Castelo

CERTIDÃO

- - - GEORGINA MARIA FERREIRA MARQUES, COORDENADORA TÉCNICA DA SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS (DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO: -

- - - Certifico, a requerimento verbal do Senhor Presidente desta Câmara Municipal e para uso exclusivo da mesma,que da minuta da ata da reunião ordinária desta mesma Câmara realizada no dia catorze de Dezembro de 2021, consta a seguinte deliberação:- - - - - - - - -

- - - (06) PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA CMVC E SMVC – 2022:-

Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a informação que seguidamente se transcreve:-

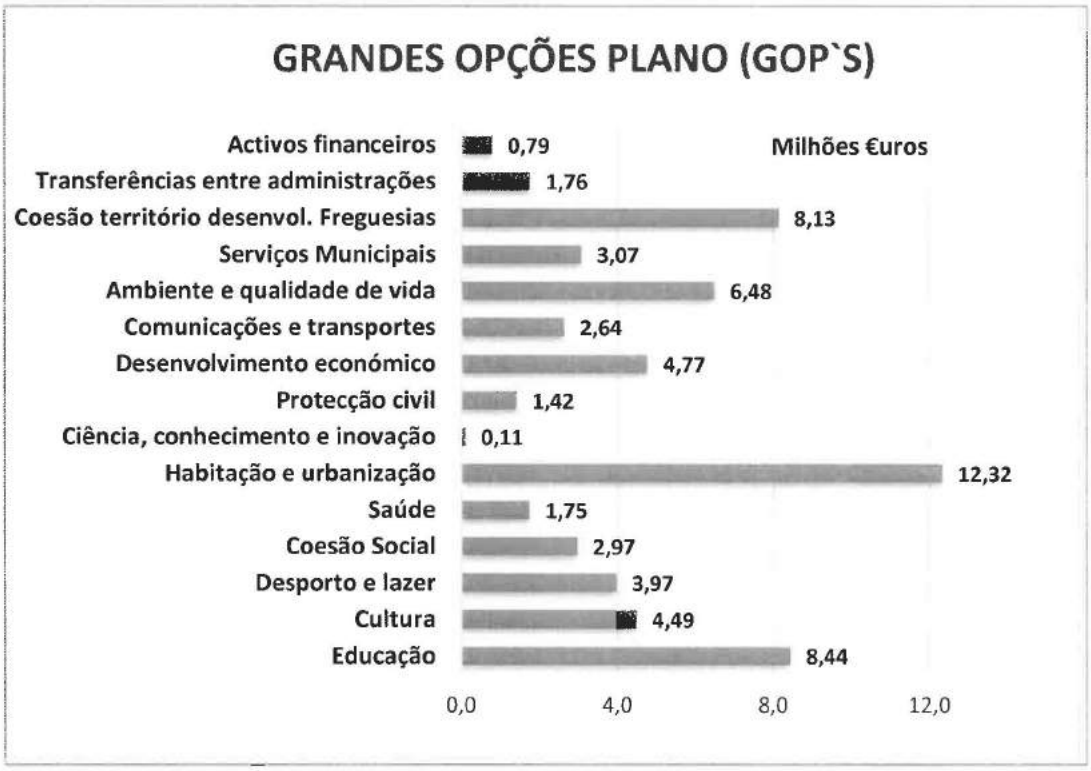
"**PROPOSTA – PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO 2022 – Enquadramento** - O concelho e o mundo enfrentam grandes desafios após 20 meses de realidade pandémica, que evidenciaram a nossa capacidade de cooperação, organização, intervenção e resposta, mas também e, em simultâneo, fizeram emergir aprendizagens e respostas para o nosso futuro coletivo. Nunca às políticas públicas e aos seus decisores foi imposta uma ação tão exigente, celeridade e assertividade nas opções estratégicas, orçamentais e na capacidade de decisão transversal em domínios, seja na economia, educação, cultura, saúde, coesão social e territorial e nas transições climática e digital. A desaceleração da economia, resultante dos sucessivos confinamentos, prejudicou significativamente as receitas diretas e indiretas do Município, sendo prudente espectar um cenário semelhante para o ano de 2022 - já consumado ao nível do IVA resultante da atividade turística nos anos de 2020/21 - que deve, numa assunção responsável, influenciar a estrutura orçamental do presente Plano de Atividades e Orçamento. Não menos relevante, é considerar-se a imobilidade provocada pela dissolução da Assembleia da República que impede a disponibilização de Orçamento de Estado e a ativação dos diversos instrumentos financeiros europeus (PT2020, PRR e PT2030), instrumentos fundamentais de desenvolvimento para o país e para o Município, prejudicando a dinâmica e respetiva capacidade de execução do Plano Municipal. Neste cenário, encontramos como fator positivo a capacidade que o Município mantém na captação de Fundos Comunitários (**tendo garantido até ao momento 40 M€ no PT2020**), estabelecendo-se como quadro de oportunidade o período de "Overbooking" do PT2020, o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) que **disponibilizará mais de 42 M€ até 2026** - com financiamento a 100% -, nos domínios da saúde e social, e cirurgicamente na rede rodoviária, habitação, centros de investigação e valorização do território, eficiência energética, transições climática e digital, e do PT2030, programando

investimentos assentes em quatro objetivos macro/comuns que promovam um desenvolvimento: (i) mais inteligente através da inovação, digitalização, transformação económica e apoio às PME; (ii) mais Verde, descarbonizado, implementando o Acordo de Paris e investindo na transição energética, nas energias renováveis e combate às mudanças climáticas; (iii) mais conectado com redes e nas estratégias de transportes e digitais; (iv) mais Social, investindo no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e apoiando a qualidade do emprego, a educação, as competências, a inclusão social e o acesso equitativo aos cuidados de saúde; e (v) mais próximo dos cidadãos, apoiando estratégias de desenvolvimento conduzidas a partir do local e o desenvolvimento urbano sustentável em toda a União Europeia. Cumulativamente, a nova realidade social, cada vez mais complexa, associada a uma sociedade cada dia mais heterogénea mas, ao mesmo tempo, seduzida a participar na gestão pública através do mundo digital e dos meios audiovisuais, obrigam-nos a assegurar e a garantir a capacidade para enfrentar a necessidade de promovermos reais transformações no modo de governar, devendo implementar-se um modelo de proximidade, inclusivo e assente nos cidadãos e nos agentes do território. **Objetivos do Plano** - O contexto atual remete-nos para a necessidade de estabelecermos um conjunto de ações estruturais que alicerçarão as opções e subsequente execução do presente plano, bem como das estratégias assumidas nas nossas agendas: "***Agenda da Inovação 2030 e Agenda2030 para a Economia do Mar***". 1. Os mecanismos de apoio aos cidadãos como fator de mitigação da Pandemia, a consolidação dos incentivos à economia e a garantia de políticas ativas de auxílio ao 3.º setor (IPSS's) do concelho. Nesse sentido, serão desenvolvidos e implementados programas para a saúde, destacando-se a disponibilização do Centro de Vacinação (com custo suportados exclusivamente pelo Município), a cedência de testes gratuitos, a materialização do programa "Saúde Mais Próxima" em estreita cooperação e articulação com a entidade de saúde (ULSAM), e a consolidação do projeto "***Táxis Saúde***", que tem garantido a deslocação gratuita de centenas de Vianenses ao Centro de Vacinação e a outras Unidades de Saúde. Para a economia serão disponibilizados um conjunto de incentivos e mecanismos de apoio transversais e estruturais para todos os setores de atividade, com particular destaque para o setor do Comércio, com a implementação do programa "***Reativa Comércio***", com enfoque na valorização do comércio tradicional, a disponibilização de "***50 Lojas Âncora***" (com financiamento dos custos associados a rendas) e a implementação do "***Gabinete para a Revitalização de Lojas Comerciais***", que terá como

principal missão o acompanhamento do setor e consolidação do projeto "***Comércio Digital***" e da Plataforma Viana Market. 2. A evolução da execução dos vários programas de financiamento comunitário permite-nos perspetivar apoios significativos em tipologias como a ampliação das redes de infraestruturas básicas (abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos), rodoviárias (**Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 - Deocriste e EN202 - Nogueira** e a **Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva** (Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva), a requalificação da Escola Pintor José de Brito e requalificação da EB Areosa e EB Santa Maria de Geraz do Lima, a ampliação e requalificação da rede de equipamentos sociais, a construção das novas Unidades de Saúde Familiar da Meadela, Alvarães e Litoral Norte e, finalmente, a conclusão das intervenções na área urbana do concelho estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU). 3. Para a execução do plano procurar-se-á um efetivo enquadramento dos projetos nos objetivos do PT2020, PRR e PT2030, nomeadamente: (i) Mobilidade Sustentável - consolidação das nossas eco e ciclovias que potenciem a adesão aos modos suaves e mobilidade ativa; (ii) Eficiência Energética - substituição progressiva dos equipamentos de iluminação pública e equipamentos/edifícios; (iii) Cultura - estabilização do Programa de Valorização do Património Construído e implementação do programa "***Embaixadores da Cultura Vianense***"; (iv) Infraestruturas/Ambiente - ampliação das redes de infraestruturas básicas (abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos); (v) Mais Inteligente - inovando, transformando e garantindo uma efetiva transição digital da administração, dos múltiplos agentes e do território; (vi) mais Verde - agindo para uma concreta descarbonização do concelho, cumprindo os objetivos da nossa Agenda 2030 para a Economia do Mar, alocando recursos financeiros que garantam a transição energética, apostando na energia renovável como a verdadeira alavanca no combate às mudanças climáticas; (vii) mais conectado - com redes estratégicas de transportes para todo o território municipal e redes digitais com a disponibilização de uma rede 5G, tanto quanto mais ampla possível; (viii) mais Social - aprofundar todas as políticas municipais que promovam o apoio à qualidade do emprego, da educação, das competências, da inclusão social e do acesso equitativo aos cuidados de saúde; (ix) mais próxima dos cidadãos, apoiando estratégias de desenvolvimento conduzidas a partir do local e o desenvolvimento urbano sustentável para todo o concelho. 4. Para as candidaturas aos programas de financiamento comunitário P2020, PRR e PT2030, destacam-se as identificadas ou com forte probabilidade de financiamento como: a **Nova Via**

de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva (Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva), a **Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 - Deocriste e EN202 - Nogueira**, as novas **Áreas de Acolhimento Empresarial** de Alvarães Norte, Barroselas, Vila Fria, Castelo de Neiva, Cardielos e do Centro Logístico a Sul do rio Lima, o novo Terminal de Cruzeiros, as novas Unidades de Saúde Familiar da Meadela, Alvarães e Litoral Norte, Estratégia Local de Habitação, o **Centro Tecnológico Internacional de Energias Renováveis Oceânicas** e o **Centro de Incubação/Aceleração do Mar** "***VianaSeaBusinessCenter***".

Grandes Opções do Plano



Educação, Ciência e Conhecimento - A **Educação** assume-se como um pilar fulcral para o desenvolvimento humano sustentável do concelho, da região e do país. Alinhado por este desiderato, e no âmbito das competências que lhe são conferidas, o Município continuará apostado em garantir as condições para o acesso à Educação de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, apostando na promoção do sucesso escolar e no processo interinstitucional de combate ao insucesso e abandono escolar, em parceria com os agrupamentos escolares. Para o ano de 2022, temos como prioridade a **elaboração** de um **Projeto Educativo Municipal**, transversal a todo o território e níveis de ensino, que permita desenvolver uma estratégia educativa articulada entre vários domínios (e.g. ciência, cultura, desporto, ambiente, etc.) e simultaneamente, reforçar os

Mod. 184/1

impactos dos projetos de desenvolvimento curricular existentes. Pretendemos também revitalizar a **Rede Escolar de Ciência** e de **Apoio à Investigação Científica**, dinamizando o potencial dos **Laboratórios** e **Unidade de Memória** instalados nas escolas sede de agrupamento do concelho de Viana do Castelo, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular conferida às escolas, e do **papel da ciência** na construção do conhecimento e de metodologias ativas nos processos de ensino e aprendizagem. Paralelamente, continuaremos a investir nos equipamentos educativos, assim como daremos continuidade ao Programa de Requalificação e Modernização do Parque Escolar do Concelho, reforçando também a capacidade infraestrutural necessária para a promoção plena da **Educação Digital**. Assim, da combinação dos Planos de Atividades e Plurianual de Investimento será garantido a fatia mais elevada do Orçamento, representando **8,4 M€ (13,4%)** nas Grandes Opções do Plano (GOP's). **Cultura** - Relativamente à Cultura, a candidatura de Viana do Castelo a **Capital Europeia da Cultura 2027** permitiu a reflexão e o diálogo dos cidadãos e das instituições culturais, na construção de um projeto comum mobilizador, que sintetizamos no lema **VIANA, MAR DE CULTURA**, que exprime todo o nosso potencial. Para além da elaboração de uma estratégia de desenvolvimento, alavancada pela cultura, esta candidatura permitiu criar uma consciência estratégica nos atores, predispondo-os a encetar um trabalho colaborativo, articulado e inclusivo, aberto à inovação e à mudança, com vocação e dimensão europeias, que será potenciado pela **criação** e **instalação** do **Conselho Municipal da Cultura**. Este projeto coletivo é a força motriz para integrar a oferta cultural no desenvolvimento de soluções urbanas sustentáveis, para a qualificação dos nossos agentes culturais, para estimular a criação artística e cultural, para fazer desta cidade um espaço de diálogo entre culturas, e de educação para uma cidadania, comprometida com a diversidade e aberta à afirmação da nossa dimensão europeia e internacional. Para além da aposta numa oferta cultural diversificada, com uma programação que associa formas de expressão tradicionais com outras mais contemporâneas, pretendemos ainda: 1. **Criar** um programa de **descentralização cultural nas freguesias** do concelho; 2. **Reforçar o programa de apoio à valorização do património histórico e religioso nas freguesias**, apostando na reabilitação destes edifícios, e potenciar o Turismo no âmbito do Caminho Português da Costa; 3. Implementar o Programa "***Embaixadores da Cultura Vianense***" visando a retoma da atividade de Grupos Folclóricos e Bandas Filarmónicas (apoio ao nível das infraestruturas, realização de atividades e deslocações para atuações fora do concelho); 4. Projetar os principais eventos

Mod. 184/1

culturais, reforçando a sua atratividade e relevância para a dinamização cultural, económica e estratégica de desenvolvimento do concelho. O ano de 2022 **marcará** o **início de um ciclo de investimentos materiais e imateriais** que pretendemos consolidar ao longo dos anos seguintes, resultando num esforço superior a 4,4 M€ (7,1%) nas Grandes Opções do Plano (GOP's). **Desporto e Lazer -** Viana do Castelo tem como ambição ser "***Cidade Europeia do Desporto 2023***", com o propósito de projetar a cidade no plano nacional, europeu e internacional como referência na área do desporto e do bem-estar. Somos um concelho que vive e respira desporto, resultado de uma extensa rede de clubes, associações e coletividades e, por isso, a visão do Município passa necessariamente pelo estímulo da prática desportiva formal e informal, investindo, nesse sentido, na formação de atletas, em técnicos e dirigentes, bem como no incentivo de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, promovem a prática desportiva, levando a bandeira de Viana do Castelo a todo o mundo. É objetivo do Executivo envolver e mobilizar a população vianense na promoção de uma filosofia de coesão em prol desta candidatura a "***Cidade Europeia do Desporto 2023***". Acreditamos que esta distinção nos incentivará a investir na priorização da política desportiva municipal, contribuindo para aumentar o número de praticantes de atividade física e conquistando melhores condições para os nossos atletas. Para isso, contamos com o envolvimento e participação ativa de todos os vianenses, atletas, clubes e associações na candidatura de "***Viana do Castelo Cidade Europeia do Desporto 2023***", difundindo o espírito de Viana do Castelo como uma Cidade Europeia do Desporto, que trabalha a inclusão das classes socialmente desfavorecidas e das pessoas com deficiência. Pretendemos que a candidatura seja um impulso para que, em espírito de união e mobilização com todas as coletividades e comunidade, continuemos a investir na formação das crianças e jovens, no acompanhamento dos seniores, estimulando o bem-estar físico e mental dos cidadãos de todas as idades e classes sociais, assegurando acima de tudo, a promoção e o desenvolvimento do **Desporto para Todos**, conforme estabelecido na Carta Europeia do Desporto para Todos. O Executivo pretende também potenciar as infraestruturas naturais de que o concelho dispõe, através da implementação de uma **ESTRATÉGIA MUNICIPAL PARA O DESPORTO DE NATUREZA**, consolidando a estratégia implementada nas Náuticas e consolidando outras atividades desportivas de natureza. Desta forma, procuraremos reforçar as INFRAESTRUTURAS DE DESPORTO DE NATUREZA (Outdoor), posicionando Viana do Castelo como destino de referência, capitalizando as condições naturais de mar, rio, vento, monte,

Mod. 184/1

praias e costa atlântica de excelência e requalificada. Daremos também continuidade à requalificação das infraestruturas existentes e iniciaremos a **CONSTRUÇÃO DA CIDADE DESPORTIVA**, criando um corredor verde desportivo entre a Praça Viana e o Complexo Desportivo Manuela Machado, dotando-o de infraestruturas de desporto e lazer. Outro dos desígnios do Executivo é criar condições para o AUMENTO DA PRÁTICA DO DESPORTO ADAPTADO através de protocolos entre o Município e os clubes para que criem secções de desporto adaptado, através da reestruturação e apetrechamento das infraestruturas desportivas. Pretende-se, ainda, aprofundar o APOIO AO RENDIMENTO DESPORTIVO através da criação de uma Unidade de Apoio de Alto Rendimento na Escola, em parceria com os Agrupamentos Escolares, e da criação do Gabinete de Otimização do Treino Desportivo, em parceria com o IPVC. **Saúde** - As consequências da COVID-19, doença qualificada pela Organização Mundial da Saúde como pandemia internacional, continuam presentes. As respostas do município, em articulação com os mais diversos agentes de proteção civil, agentes sociais e da saúde, permitiu aumentar a resiliência para fazer face a esta pandemia através da implementação de uma série de medidas que permitiram combater e mitigá-la: (i) **Testagem Covid19**; (ii) **Unidade de Apoio Covid19**; (iii) **Apoio para a aquisição de equipamentos e implementação do Centro de Vacinação**; (iv) **Reforço dos cuidados domiciliários**; (v) Apoio nos transportes, entre outras. O combate à pandemia não cessou, por isso, continuaremos a apoiar as populações, a implementar incentivos e apoios a entidades como a Cruz Vermelha, Bombeiros Voluntários e Instituições Particulares de Solidariedade Social. Neste sentido, os apoios incluirão a **disponibilização de testes, equipamentos de proteção individual** e **apoios às IPSS's** para aquisição de equipamentos de proteção individual, entre outros. **Asseguraremos**, sempre, que todos os cidadãos tenham **acesso a serviços de saúde de qualidade, independentemente** da sua **condição económica** e do **local** onde **residam**, bem como a **equidade na distribuição dos recursos**. A existência de inúmeros determinantes da saúde que podem influenciar a saúde das pessoas e das comunidades pressupõe uma perspetiva holística da saúde. A temática dos ambientes e estilos de vida saudáveis está fortemente associada aos fatores que mais influenciam a saúde: fatores comportamentais e de estilo de vida, genética, nível socioeconómico, educação, fatores geográficos ou ambientais, económicos, sociais e culturais, tipo e qualidade dos serviços de saúde prestados. As intervenções desenvolvidas no quadro deste domínio estratégico visam, a montante, promover a prevenção de doenças e a

Mod. 184 /1

adoção de estilos de vida saudáveis, e a jusante, melhorar a resposta do SNS às necessidades dos cidadãos (aumentando a qualidade da prestação de serviços e a abrangência da provisão de serviços), mas também torná-lo mais resiliente, conjugando respostas urgentes com o normal funcionamento do sistema, capaz de se adaptar às mudanças estruturais (e.g. envelhecimento da população) e, em simultâneo, resistir às pressões conjunturais (e.g. atual situação vivida com a pandemia). Por conseguinte, é uma prioridade não só apostar fortemente na saúde preventiva, na literacia em saúde e na proteção dos que não estão doentes, mas também dotar o sistema de saúde municipal de instrumentos tendentes a incrementar a capacidade de responder melhor e, de forma mais adequada, às necessidades e expectativas dos cidadãos, de se renovar e reorganizar e, simultaneamente, de reduzir as desigualdades, promovendo a acessibilidade, a proximidade, a equidade e a universalidade no acesso à saúde. Desta forma pretendemos: 1. **Definir** e **implementar** uma **Estratégia Municipal da Saúde**, com destaque para a temática da saúde mental, que garanta a criação de respostas residenciais na comunidade, assim como a implementação de um programa de apoio ao cuidador informal; 2. **Qualificar** as **instalações** e os **equipamentos** de saúde existentes, adaptando estes equipamentos aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde, assegurando melhores condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais, incluindo, em articulação com a ULSAM, um programa para requalificação e ampliação do hospital distrital, que garanta ganhos na qualidade dos serviços prestados e a implementação de novas valências/serviços de saúde; 3. Aumentar a capacidade de resposta na prestação de cuidados de saúde de proximidade com a **construção de 3 novas Unidades de Saúde** (Unidade de Saúde da Meadela, Alvarães e Litoral Norte - Afife, Carreço e Areosa); 4. **Implementar** um conjunto de projetos que visem a promoção de estilos de vida saudáveis; 5. Criar, em parceria com os cuidados primários da ULSAM, uma unidade de investigação, inovação e desenvolvimento para os cuidados de saúde na comunidade. **Coesão Social e Juventude -** A Coesão Social assume-se como uma das traves mestras das políticas adotadas pelo Executivo, pelo que o investimento na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos é absolutamente fundamental para um concelho socialmente justo e equilibrado. A rubrica da Coesão Social é uma vez mais reforçada, assumindo um papel de grande destaque no apoio às **Instituições de Solidariedade Social**, pois estas são os verdadeiros atores locais no combate às desigualdades sociais e no apoio às famílias em todas as faixas etárias. Com um investimento aproximado de

Mod. 184 /1

3 Me, pretendemos dar continuidade e reforçar o espaço de atuação da Rede Social de Viana do Castelo, através dos parceiros do Conselho Local de Ação Social, reforçar o investimento nos equipamentos das IPSS, e no apoio direto às famílias com o programa "***Mais Família***", que será constituído por um conjunto de ações e medidas de apoio à família, nomeadamente aumento de vagas nas creches, apoio à natalidade e outros. Com a conclusão do **Diagnóstico Social de Viana do Castelo** e do **Plano de Desenvolvimento Social**, documentos orientadores de toda a ação a desenvolver no Município, uma vez que integra um conjunto de projetos de acordo com as necessidades identificadas ao longo destes últimos dois anos, ficarão reunidas as condições para a consolidação das políticas públicas municipais no domínio social. No plano da ação, a população migrante continuará a ser apoiada através do **CLAIM** - Viana do Castelo e do **Plano Municipal para Integração de Migrantes**, tendo como objetivo alargar as respostas de apoio e orientação à comunidade migrante. Viana do Castelo **contará** também, a partir de janeiro, com uma **equipa** de **mediadores interculturais** que assumirão um papel fundamental neste apoio e orientação direta. Será, também, um ano exigente, resultado do processo de descentralização e respetiva conclusão, transferindo um conjunto de competências como o **Serviço de Apoio** e **Acompanhamento Social** e os protocolos de **RSI**, até agora geridos pela Segurança Social, implicando um aumento de recursos humanos associados e de respostas sociais prestadas pelo Município. **Continuaremos** a garantir um conjunto de **acordos** e **protocolos com as nossas IPSS's**, para que se mantenham com capacidade de intervenção e resposta às necessidades identificadas e urgentes da população, garantindo a sua viabilidade e sustentabilidade, em articulação com a Rede Social de Viana do Castelo, que será o motor para que todos estes apoios possam ser concretizados, **posicionando Viana do Castelo como um concelho socialmente ativo** e onde as desigualdades sociais são cada vez menores. O **investimento nas políticas de juventude** tem-se alicerçado numa clara resposta às necessidades identificadas pelos jovens, sendo estes parceiros e interlocutores do Município com vista à **estabilização** de uma **Política Municipal de Juventude**. É um crescimento conjunto e diário que visa garantir uma efetiva correspondência entre as necessidades sentidas pelos jovens e as políticas de juventude a ser implementadas no território. Com um orçamento aproximado de **200 mil €**, potenciaremos a auscultação dos jovens, através do **Conselho Municipal da Juventude** e do **Gabinete da Juventude**, no qual proporcionaremos um atendimento personalizado, ouvindo, dialogando e encaminhando. Pretendemos continuar a valorizar, incorporando novos parceiros na rede e incrementando novos benefícios no **Cartão Jovem Municipal**, visto que este tem como missão facilitar a fixação e vivência dos jovens em Viana do Castelo,

assumindo-se também como um veículo de informação, divulgação e promoção dos vários serviços do Concelho e do comércio tradicional local. Consolidaremos a atribuição de **Bolsas de Estudo** aos alunos matriculados ou inscritos no 1.º ciclo do ensino superior, residentes no Concelho de Viana do Castelo, com o objetivo de estimular a continuação dos estudos pelos alunos com menores recursos económicos. Os projetos **Jovens com Talento** e **Jovens Empreendedores** são uma aposta ganha do Município, tendo proporcionado a criação de projetos culturais e projetos empreendedores que resultaram em postos de trabalho ao permitirem aos jovens a criação do próprio emprego. Porque consideramos importante promover as **Associações Juvenis** e os **Jovens Talentos** do concelho, manteremos a **Revista da Juventude** e o **Podcast** "***Juventude à Conversa***" para que seja possível a toda a comunidade conhecer e reconhecer o que de melhor se faz no território pelas mãos da juventude. Finalmente, estabeleceremos como ambição a criação de um **Plano Municipal de Juventude** para concretizar todos os pressupostos para ser uma "***Cidade Amiga da Juventude***". **Habitação e Urbanização** A habitação assume também um papel estrutural no presente orçamento, resultado da Estratégia Local de Habitação (ELH) que está a ser desenhada pelo Município e que concretizou já a sua primeira fase através do Programa 1º direito. Nesta primeira fase, durante o ano de 2020 e 2021, foram identificadas através do diagnóstico das carências habitacionais do concelho, um universo de famílias que necessitam de algum tipo de resposta. Neste sentido, elaborou-se, aprovou-se e garantiu-se financiamento para a 1.ª fase da ELH que prevê um investimento total de **27 M€ até 2026, 18 M€** a executar pelo município na requalificação do parque habitacional, construção e aquisição de terrenos e/ou habitação para responder às necessidades identificadas, assim como a construção de uma unidade de alojamento temporário para sem-abrigo. Estando em fase de conclusão a 2.ª fase da ELH, temos como objetivo adotar uma estratégia de reequilíbrio do mercado, promovendo soluções diversificadas, economicamente sustentáveis e que estimulem a oferta para todos os estratos socioeconómicos, a preços compatíveis com o rendimento dos vianenses e atrativos para novos residentes. Responderemos através de soluções concretas a uma necessidade específica dos munícipes e famílias residentes no concelho. A **Reabilitação Urbana**, através do programa PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano), permitiu operacionalizar intervenções significativas na área urbana - Darque e na UF Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela -, no valor aproximado do **18,7 M€**, nomeadamente na requalificação de espaços público, ação que gerou um efeito indutor no investimento privado na reabilitação de edificado particular. A estratégia do Executivo para a Reabilitação Urbana no concelho disponibilizou um conjunto de incentivos, a empresas e

Mod. 184/1

particulares, como isenções no IMT e IMI, deduções no IRC e IRS e aplicação da taxa de IVA a 6% nas 9 Áreas de Reabilitação em vigor (ARU Alvarães, ARU Barroselas, ARU do Centro Histórico, ARU da Cidade Norte, ARU da Cidade Poente, ARU de Darque, ARU da Frente Atlântica, ARU da Frente Marítima da Amorosa e ARU da Frente Ribeirinha de Viana do Castelo). Assim, os resultados alcançados nos indicadores da Reabilitação Urbana no Concelho (mais de **1.275 edifícios reabilitados**) e o **significativo volume de investimento privado** (mais de **200 M€ nos últimos 8 anos**), mobilizam-nos para avançarmos para a delimitação de mais duas novas Áreas de Reabilitação Urbana, concretamente para Lanheses e para Vila Nova de Anha. **Desenvolvimento Económico -** É objetivo do Executivo continuar a desenvolver uma estratégia sólida de desenvolvimento e atração/fixação de investimentos âncora de referência local e internacional que consolidem os Clusters existentes, bem como atraia e fixe os emergentes, nomeadamente no domínio da Economia Azul/Economia do Mar, estabelecendo o ambiente e condições para a concretização da **Agenda2030** "***Economia do Mar***" e dos seus objetivos: (i) Centro Tecnológico Internacional de Energias Renováveis Oceânicas; (ii) Plataforma Integrada de Desenvolvimento Sustentável e de Aceleração da Inovação Azul, Ancorada no Porto Marítimo; (iii) Alavanca da re-industrialização Azul Através da Construção, Reparação e Conversão Naval; (iv) Destino de Excelência de Experiências Náuticas Sustentáveis de Alto Valor Acrescentado. Aliança entre Tecnológico, Turismo, Recreio, Desporto, Educação, Literacia e Cultura; (v) Maternidade de Vida Marinha com Aquacultura e Pesca Sustentáveis e (vi) Rede de Produtores da Economia do Mar em Viana do Castelo, sobre o lema "***Retoma Através do Mar***". As transições climática e digital oferecem-nos uma enorme **oportunidade** para que tudo aconteça e seja consequência da **adoção/incremento** de tecnologias no concelho e nos seus atores, concorrendo para um **verdadeiro território inteligente**, usando a tecnologia para incrementar **qualidade de vida**, desenvolvimento económico, sustentabilidade e, agora, resiliência que, neste momento chave de desenvolvimento e de desafios económico e social, funcionará como princípio de **acelerador** para a **transição digital** do Concelho. É fundamental estabelecer um real **Ecossistema de Inovação**, que alcance Políticas Públicas sábias e inteligentes e que garanta um "***O território encarado como um centro de facilidade, voltada para o futuro***", que **fomente** a inclusão da atividade industrial, mas também do comércio local de proximidade que ocorra no ambiente da **economia digital**. Assim, vamos continuar a apostar nas infraestruturas que melhorem a conectividade e a competitividade do Concelho, **num**

Mod. 184/1

esforço de investimento 4 vezes superior ao Plano de Atividades Orçamento de 2021. **Comunicações e transportes** - Nesta rubrica destacam-se dois dos mais significativos investimentos considerados estruturantes: a **Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva** (Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva) e a **Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 – Deocriste e EN202 – Nogueira**, com financiamento garantido através do PRR. A requalificação e conservação da rede viária municipal e das passagens desniveladas serão sempre investimentos necessários e importantes que teremos em conta. Salienta-se, ainda, o investimento a realizar no âmbito da mobilidade sustentável, através do desenvolvimento de um Plano Estratégico, na consolidação das ciclovias e ecovias e em especial a travessia pedonal do rio Lima. Pretende-se desenvolver infraestruturas e o desenho urbano, designadamente na matéria dos modos suaves, dos sistemas de circulação viária e de estratégias coerentes de estacionamento, compatíveis com novas exigências quer de mobilidade, quer de qualidade do ambiente urbano, promotoras da descarbonização e humanização do território. Pretendemos promover a implementação, logo que concluído o processo concursal para atribuição de novo operacional interurbano e intermunicipal pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, para garantir o ajustamento no sistema de transportes públicos e escolares e da inter-relação entre os diversos modos rodoviário e ferroviário, em termos de rede e do seu ajustamento às especificidades locais, da qualificação dos pontos de paragem e interface e da introdução de tecnologias de suporte. **Ambiente, Qualidade de Vida e Transição Climática** - O Ambiente tem de ser visto de uma forma integrada e sustentável, que se cruza com as várias rubricas deste orçamento, sobretudo para dar respostas aos eventos ocorridos ou que possam ocorrer fruto das alterações climáticas. O bem-estar de todos, a proteção do ambiente e o combate às alterações climáticas, assim como erradicação da pobreza e a promoção da prosperidade, são os objetivos de um desenvolvimento sustentável. É nesse propósito que a rubrica do ambiente se projeta, dando por isso importância à educação ambiental e aos investimentos que assegurem a estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas. Na rubrica ambiente, a aposta passa pela continuidade da importância dada ao abastecimento de águas e rede de drenagem de águas residuais e pluviais. Foram incluídos nesta rubrica os espaços florestais através do Plano Municipal de Execução de Gestão Integrada de Fogos Rurais em substituição do Plano Municipal de Defesa da Floresta, onde se inclui a rede de defesa da floresta contra incêndios, que integra as faixas de gestão de combustíveis, a rede de pontos de água e a rede

Mod. 184 /1

viana florestal. A requalificação de áreas naturais, dos espaços classificados como Monumentos Naturais, Rede Natura 2000, a rede hidrográfica e margens de rios, as praias e, em particular, as potenciais áreas protegidas como Serra D'Arga, Afife e Montedor e ainda o Estuário Inferior do Lima, são domínios em que queremos particularmente investir e dar prioridade. Os equipamentos existentes e a dinamizar, como os Observatórios do Litoral Norte, o Observatório Internacional da Serra D'Arga, onde se deve realçar o Instituto Internacional de Equinologia, as Portas do Geoparque, o Parque Ecológico Urbano, assim como todos os trilhos da Rede Municipal dos Percursos Pedestres e a criação de uma rede de Miradouros e Parque de Recreio e Lazer, são investimentos a que queremos dar continuidade e valorizar, relacionando sempre o ambiente com a educação, a cultura, a saúde e o desporto. A agricultura e os espaços rurais do concelho não serão esquecidos, através do parque agrícola na área do PIERACA e de uma bolsa de terrenos. Pretende-se estimular a cultura dos terrenos abandonados e apoiar os jovens nesses investimentos, incentivando a produção local e tradicional e biológica quanto possível. No domínio das infraestruturas básicas pugnaremos, junto das Entidades Águas do Norte e Águas do Alto Minho, pelos investimentos na requalificação/renovação e ampliação de redes de abastecimento de água e saneamento. No domínio resíduos sólidos urbanos, e com selagem definitiva do atual aterro em 2022, cimentaremos projetos como o da compostagem, separação e da sensibilização para a mudança de comportamento sustentáveis.

Coesão Territorial / Freguesias

Mod. 184 /1

Desejamos um território cada vez mais coeso, resultante de um sistema que promove a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, pelo que continuaremos a promover uma cada vez melhor articulação com as Uniões e Juntas de Freguesia, porque são os nossos agentes de desenvolvimento integrado e o garante da Coesão Territorial e Social do concelho. Assim, para continuar a garantir o desenvolvimento da Cultura e do Desporto como fatores de Coesão Social e Territorial, onde todos estabelecemos a estratégia, criamos cultura, executamos, exibimos e difundimos a nossa identidade e os nossos bens culturais, desportivos e sociais, estabelecemos **8,1 M€** (**12,2%** das Grandes Opções do Plano), no Plano de Atividades Municipais para investimento da iniciativa das Uniões e Juntas de Freguesias. **Serviços e Proteção Civil** - A prioridade da ação na área da proteção civil continuará a assentar na salvaguarda de pessoas, bens e animais de companhia. Daremos continuidade ao projeto, desenho e implantação de um **Centro Municipal de Operações de Socorro**, órgão de coordenação de toda a atividade operacional de socorro e emergência, estrutura permanente e integrada que apoiará, em exclusivo, a **Comissão de Proteção Civil Municipal**. No sentido de aprofundar a capacidade de intervenção de todos os serviços, retomaremos e consolidaremos os programas de aquisição de veículos operacionais, de formação e o aumento do efetivo, garantindo a capacidade de operacionalização de todas as saídas de emergência e socorro, bem com concluiremos o Centro Municipal de Operações de Socorro, em fase avançada de construção. **Governança, Transição Digital e Inovação** - O presente que vivemos é absolutamente exigente, oferecendo-nos grandes desafios, mas também grandes oportunidades. A Economia 4.0 e a futura 5.0 (que reequilibrará a relação entre a máquina e o Homem) contribuiu para a exponencial digitalização da sociedade e da economia, obrigando-nos a garantir uma efetiva transição digital de Viana do Castelo para um concelho mais digital e, consequentemente, mais competitivo e reconhecido internacionalmente. Paralelamente temos cidadãos e eleitores mais conscientes da sua corresponsabilidade sobre a "Polis" e a sua gestão, que procuram modelos e mecanismos bem estabelecidos de transparência e exigem papéis diferentes de atuação do poder público e autárquico, procurando para si uma forma própria de se relacionar com eles e indagando a promoção de mudanças disruptivas e impactantes, as quais implicam grandes transformações das políticas públicas e respetivos relacionamentos, novos modelos de administração que garantam a patilha de informação e participação social. Assumimos a digitalização como motor

Mod. 184/1

transversal de crescimento e inovação em todos os setores de intervenção municipal. É nosso objetivo reestruturar a instituição Município e respetiva organização, adequando-a a uma sociedade atuante e digital, garantindo uma instituição de confiança que assente a sua missão numa contínua melhoria e proximidade e que avalize uma gestão municipal aberta à sociedade e às empresas, impactando o concelho nos contextos local, regional e internacional. Assim, aproveitaremos o potencial transformador do digital para posicionar o município, nos diferentes sectores, na vanguarda do Digital e da Inovação com: 1. Instalação de incubadoras para a criatividade e arte digital, com ligação ao ensino superior, contribuindo para a afirmação de Viana do Castelo como uma "***Smart City***"; 2. Capacitação e inclusão digital, através da criação de um programa de digitalização para as escolas, criação de um programa de formação intensiva e especializada na área digital para profissionais empregados e desempregados e lançar uma **Academia Criativa** para a inclusão digital; 2. Transformação digital do tecido empresarial através da criação de um "***Digital Innovation Hub***" - redes colaborativas que incluem centros de competências digitais específicos, com o objetivo de facilitar a disseminação e adoção de tecnologias digitais avançadas por parte das empresas; 3. Promoção da transição digital do município, melhorando processos internos e apostando na desmaterialização em todas as áreas, agilizando a comunicação entre a sociedade e os serviços municipais. Finalmente, todas as opções estratégicas e ações/projetos assumidos neste Plano de Atividades e Orçamento, serão tanto mais viáveis, com a sua aceitação e aprovação pelos Órgãos Municipais (Câmara e Assembleia Municipal) e resultado de um processo de partilha e construção com os agentes relevantes do território, destacando o nosso Conselho Empresarial Estratégico, o Instituto Politécnico e todos os Movimentos Empresariais, Sociais, Cooperativos e rede de parceiros institucionais e outros que o Município integra." E "**PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DOS SMVC PARA O ANO DE 2022 -** Os Serviços Municipalizados de Viana do Castelo (SMVC) iniciam um novo ciclo de gestão (2021-2024), um novo executivo municipal e um novo conselho de administração dos SMVC. Estando em curso a conclusão do plano estratégico 2021-2030 no âmbito do Sistema Público Municipal de Gestão de Resíduos Urbanos (SPMGRU), como forma de preparar o futuro neste domínio, mantendo Viana do Castelo na linha da frente dos municípios com melhores práticas e alinhado com o Plano Estratégico Nacional para os resíduos urbanos e com o plano de investimentos concretizado pelo Sistema de Gestão Resíduos Urbanos gerido pela Resulima, será um ano de grandes desafios e de concretização de linhas estratégicas para o futuro. Continuaremos a apostar na formação e no bem-estar dos nossos colaboradores, recursos essenciais para manter o bom funcionamento dos SMVC. A certificação integral

Mod. 184 /1

de toda a organização, nomeadamente em termos dos normativos da qualidade, ambiente, higiene, segurança e saúde, de responsabilidade social e investigação, desenvolvimento e inovação continuará a ser uma aposta estratégica para que possamos estar na linha da frente na altura de aceder a candidaturas para melhoria dos sistemas de recolha de resíduos e inovação através de alguns projetos piloto que estão a ser preparados. Esperança! Será uma das palavras mais utilizadas em 2022, acreditamos que será um ano de retoma a todos os níveis e um ano onde também os mais novos terão um papel fundamental na preparação de um futuro mais amigo do ambiente em Viana do Castelo. Pretendemos aprofundar a parceria com a academia, designadamente, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo e as escolas do concelho, no desenvolvimento de projetos dirigidos diretamente à gestão de resíduos urbanos, como a gamificação e o desenvolvimento de soluções informáticas que proporcionem uma gestão ainda mais eficaz. Reforçaremos as ações de sensibilização nas escolas em parceria com a CMVC, através do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA), com o objetivo de envolver as crianças e jovens na mudança ainda necessária de paradigma no que respeita à separação dos resíduos. Todo o trabalho que pretendemos fazer não seria possível sem o reforço da participação dos SMVC na rede de parcerias a que pertence, esta, é também uma aposta crucial para atingir as metas a que nos propomos, é nestes fóruns que encontramos os parceiros adequados para evoluir e partilhar o que de melhor se faz nacional e internacionalmente. Estas parcerias, nomeadamente: a **Associação de Limpeza Urbana** (Parceria para cidades + inteligentes e sustentáveis), a **Associação para a Gestão de Resíduos** (ESGRA) e a **Association of Cities and Regions for sustainable Resouce Management** (ACR+), permitem-nos adquirir e partilhar conhecimento no domínio da gestão dos resíduos e da limpeza pública. Não será descurada a procura de índices crescentes de melhoria de prestação de serviços à população do nosso concelho, estes que são os parceiros de excelência dos SMVC, os cidadãos de Viana do Castelo. (a) Luís Nobre.". Seguidamente procedeu-se à discussão dos documentos tendo intervindo os seguintes Vereadores:- PAULO VALE que referiu que o Plano e Orçamento são documentos de caracter politico mas o que se espera é que sejam tao rigorosos quão possível. Disse também que derivado da situação pandémica desde há 2 anos que assistimos a orçamentos controlados e este mantem perspetivas de despesas elevadas nesta matéria pressupondo que a pandemia ira prolongar-se ainda por muito tempo. Os projetos selecionados parecem meritórios, mas criticou o facto de o cálculo do endividamento não levar em consideração as deliberações de subsídios ou transferências para Juntas de Freguesia ou outras entidades. CLAUDIA MARINHO referiu que o Plano e Orçamento são demasiado otimistas relativamente aos valores reportados ao ano anterior e que no que toca as grandes Opções do Plano é agora muito diferente daquelas que foram aprovadas

Mod. 184 /1

no ano anterior. Acrescentou também que as verbas destinadas a Desporto e Lazer foram reduzidas. ILDA ARAUJO NOVO - Antes de mais, permita-me senhor Presidente que me penitencie perante a senhora Vereadora da CDU porque, por desvalorização inicial e, posteriormente, por mero esquecimento, não lhe dei a razão devida quando propôs, a seu tempo – não há tanto tempo assim -, que o prazo de entrega da documentação relativa às reuniões fosse entregue com 5 dias de antecedência dado permitir haver uma necessidade de reflexão mais aprofundada. Ora, só perante o facto do tempo escasso que tivemos para análise da documentação respeitante ao Plano e Orçamento é que me recordei não ter dado o enfase necessário a esta parte da sua proposta que, espero num futuro não longínquo, o CDS possa a secundar e possamos convencer o senhor Presidente a introduzir no regimento, um período mais alargado, ou seja, 5 dias uteis, pelo menos quando se tratar de analisar o Plano e Orçamento. Intervenção: Senhor Presidente, permita-me que diga, com toda a franqueza e frontalidade, que o Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal é, em certa medida, decepcionante. Tendo presente que se trata de planos plurianuais, que agora são 5 anos, existe e constata-se a natural transição de intenções a executar ao longo do tempo. Contudo, mesmo que se considere, por exemplo, os atrasos na aprovação de candidaturas a Fundos Comunitários, os atrasos na execução de obras, os imponderáveis que impediram mesmo o seu início, ou os constrangimentos provocados pela Covid, a verdade é que a nota explicativa das situações, que são demasiadas, em que se verifica um elencar de intenções muito vagas, não substantivas e "pouco arrumadas". E um par de imprecisões. Que gostaria que me esclarecesse ou me corrigisse. E, já agora, uma minudência, como poderá considerar: tendo presente o formato do ano transato - que melhorara, e muito, o do ano anterior -, a forma escolhida para a apresentação diminuiu a facilidade da sua leitura e apreensão. Continuando. 1ª imprecisão e que importa corrigir: Logo no início, no enquadramento, afirma-se que a dissolução da AR impede a activação dos diversos instrumentos financeiros europeus (PT2020, PRR e o PT2030) quando de facto pode, sim, atrasar a sua execução mas não a activação. Alguns exemplos: **Na Educação -** A prioridade de elaboração de um Projecto Educativo Municipal, Independentemente do seu objectivo, primeiro realça *"(...) reforçar os impactos dos projectos de desenvolvimento curricular existentes"*. Pergunto: Que impactos? E

Mod. 184 /1

em quê? Como? Não se explica, não se concretiza. Vago. Abstracto. Quando se refere a continuidade do programa de Requalificação e Modernização do Parque Escolar do Concelho, verificamos que, lamentavelmente, não se menciona qualquer intenção de intervencionar a Escola que o CDS sugeriu merecer uma atenção redobrada, a EB-2,3 da Abelheira, que, como realçámos, trabalha a sua oferta de Educação Inclusiva em condições deploráveis, indignas até. 2ª imprecisão e corrija-me se me engano na interpretação: A menção de que a Educação é a fatia mais elevada do Orçamento nas Grandes Opções no Plano não parece correcta. Da página 38 do Orçamento retira-se que o peso relativo da Educação, que é de 13,38%, é substancialmente inferior ao previsto para a Habitação e Urbanização, que atinge os 19,51%. **Na Cultura -** Lê-se: *"O ano de 2022 marcará o início de investimentos materiais e imateriais que pretendemos consolidar ao longo dos anos seguintes"*. Sem mais?! Mas quais? Exemplos? Não há nem um? **No Desporto e lazer -** Quando se afirma que através de uma Estratégia Municipal para o Desporto de Natureza se pretende *"consolidar a estratégia implementada nas Náuticas e consolidando outras actividades desportivas de natureza"*. Querem dizer no âmbito da Natureza? Que outras actividades são? Também dizem que pretendem criar *"um corredor verde desportivo entre a praça Viana e o Complexo Desportivo Manuela Machado"*. De que forma, através de que espaços? Qual o trajecto? **Na Saúde -** Preconizam-se uma série de apoios - que não se questionam - para combater a Covid. Mas depois surge a referência a *"Apoio nos transportes, entre outras"*, Entre outras? Quais? Ou exemplificam ou não deveriam usar esta expressão pois "não vale tudo"... O mesmo sucede quando se mencionam *"apoios às IPSS's para aquisição de equipamentos de protecção individual, entre outros"*. Não deveria ser apoio financeiro!? E "entre outros", outra vez? Logo a seguir vem um parágrafo muito confuso, com repetição de conceitos e pressupostos, que parece apenas pretender salientar – e aqui bem -, no parágrafo seguinte, a prioridade na saúde preventiva. Mas assim sendo esse parágrafo anterior, é inútil. Por outro lado, declarar a intenção de *"implementar um conjunto de projectos que visem a promoção de estilos de vida saudáveis"*, não chega. Quais projectos? **Na Coesão Social e Juventude -** Exemplifica-se, desta feita bem, o que se pretende, apesar de também surgir novamente a expressão *"e outros"*. No entanto, os novos benefícios do Cartão Jovem Municipal não são referidos. Abreviando. **Nas Comunicações e Transportes** São referidas passagens

Mod. 184 /1

desniveladas, a requalificar e conservar, pelo que, subentende-se, haverá algumas em mente. Quais? Há necessidade, prioridades já identificadas? Para terminar. **Foi um gosto poder ler** que *"temos cidadãos e eleitores mais conscientes da sua corresponsabilidade sobre a "Polis" e a sua gestão (...), que implicam grandes transformações....nos respectivos relacionamentos ... que garantem a partilha de informação (...).* Na minha modesta opinião, esta partilha de informação, contradiz a decisão aprovada pela maioria de não permitir a gravação e a transmissão online das reuniões camarárias mas acredito que lá chegaremos. Concluindo. Tudo somado, não vislumbramos razões suficientes e ponderosas para apoiar o Plano de Actividades em apreço, que se revela ser pouco mais que um plano de intenções. Não nos revemos na ligeireza e vacuidade da apresentação de algumas das propostas vertidas na nota explicativa. Não podemos votar favoravelmente, dada a incerteza que decorre de um Plano de Actividades que não evidencia nem concretiza um verdadeiro conteúdo e não inclui formas de realização. Assim sendo, o CDS abstém-se na votação do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal para 2022. Já no que respeita ao Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados, o CDS vota favoravelmente. Contudo, entendemos que deveria ser melhorada a redacção e pontuação de algumas afirmações. EDUARDO TEIXEIRA questionou a razão porque a dotação da verba para aquisição de bens e serviços externos afetos à presidência é de mais de dois milhões de euros. Referiu também que a Câmara Municipal deveria centrar-se no aumento do poder de compra e no apoio em geral aos vianenses. Finda a discussão e analisados todos os documentos, procedeu-se à votação tendo-se obtido o seguinte resultado:- 5 votos a favor 2 votos contra e 2 abstenções, pelo que foi deliberado propor os referidos documentos à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com as disposições conjugadas do artigo 33º, número 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação e do Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Por último, foi ainda deliberado que os mencionados documentos não ficassem transcritos na acta, pelo que, depois de assinados por todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de actas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto. Esta deliberação foi tomada por maioria com os

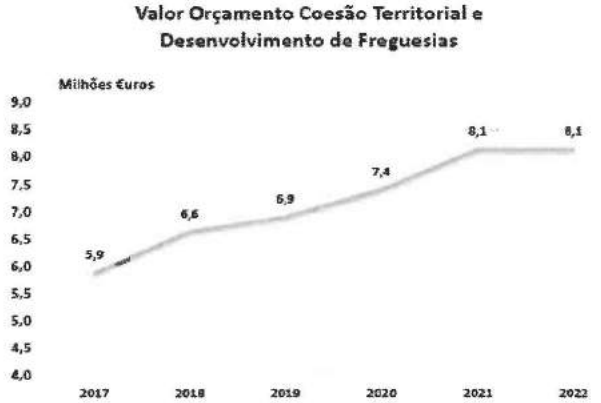
Mod. 184/1

votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Manuel Vitorino, Carlota Borges, Ricardo Rego, Fabíola Oliveira os votos contra dos Vereadores Eduardo Teixeira e Paulo Vale e a abstenção das Vereadoras Ilda Araújo Novo e Cláudia Marinho. Por último, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:- **"DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD** – Na sequência reunião de 14 de Dezembro de 2021 da Camara Municipal de Viana do Castelo e relativamente à apreciação do ponto n.º 6º da Ordem de Trabalhos (OT) – **Plano de atividades e orçamento da CMVC e SMVC** - 2022, no que se refere à análise do documento e votação dos Vereadores do PSD, cumpre-nos dizer o seguinte: Relativamente ao Plano de Atividades e Orçamento, alem de se tratar de um documento eminentemente político assente numa estratégia delineada pelo Executivo para o Município, em muitas das situações não passa de um plano de intenções consubstanciado em projetos e programas de ação, que se não forem devidamente ajustados a um rigoroso cabimento orçamental e a um grau elevado de previsibilidade das despesas e das receitas, dificilmente passarão de intenções e, por isso, só servirá para iludir os incautos ao prometer a "lua no fundo do poço". Nesse sentido o Orçamento Municipal deve ser um instrumento rigoroso de Gestão assente num elevado grau de previsibilidade quer das receitas quer das despesas, que permita com elevada fiabilidade executar as atividades ao longo do exercício. Pelo que se torna evidente que o documento inicial do Orçamento, analisado, discutido e aprovado pela Assembleia Municipal deva ser respeitado, sendo uma ferramenta importante de avaliação do Órgão deliberativo perante o grau da sua execução. A classificação de um mau orçamento é aquela a que obriga a várias revisões orçamentais que, apesar de consignadas na Lei, deverão ser restringidas ao estritamente necessário e devidamente fundamentadas de forma a não desvirtuar as metas e os objetivos que levaram à aprovação do Orçamento, sendo que o seu grau de execução é um importante instrumento de avaliação da estratégia política do Executivo. A leitura que se retira do enquadramento do Plano de Atividades e Orçamento para 2022, é da necessidade de uma maior prudência nas avaliações dos projetos e maior exigência na assertividade das opções estratégicas, o que também obriga a uma maior resiliência face às dificuldades, algumas ainda desconhecidas, decorrentes da pandemia provocada pela disseminação do vírus da SARS-CoV-2 - Covid-19, como é referido logo no primeiro parágrafo do documento «... *Nunca às políticas públicas e aos seus decisores foi imposta uma ação tão exigente, celeridade e assertividade nas opções estratégicas, orçamentais e na capacidade de decisão transversal em domínios, seja na economia, educação, cultura, saúde, coesão social e territorial e nas transições climática e digital.*». A necessidade de uma maior coerência e contenção das despesas face à previsível continuação da desaceleração da economia, fica patente logo no segundo parágrafo quando se afirma que « *A desaceleração da economia, resultante dos sucessivos confinamentos, prejudicou significativamente as receitas diretas e indiretas do Município, sendo prudente espectar um cenário semelhante para o ano de 2022 - já consumado ao nível do IVA resultante da atividade turística nos anos de 2020/21 - que deve, numa assunção responsável, influenciar a estrutura orçamental do*

presente Plano de Atividades e Orçamento». A assunção de uma diminuição de receita para próximo ano no valor de 1.4 M€, referente à diminuição da atividade do Turismo, contrapõe com o otimismo relativamente ao aproveitamento da sobreposição dos quadros comunitários de apoio PT2020 e o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), no primeiro caso com o aproveitamento do *"Overbooking"* e no segundo caso com possibilidade de captação de 42 m€ até 2026 em financiamentos a 100% *«... nos domínios da saúde e social, e cirurgicamente na rede rodoviária, habitação, centros de investigação e valorização do território, eficiência energética, transições climática e digital».* Não retirando o mérito dos objetivos do plano nas várias áreas apontadas, como seja a saúde, a cultura e a revitalização do comércio, não se entende que se aponte como grande probabilidade de obtenção financiamento comunitário, no âmbito do PT2020 e PRR, em duas grande obras rodoviárias, Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 - Deocriste e EN202 - Nogueira e a Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva (Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva), quando se diz que a aplicabilidade dos fundos comunitários serão *«cirurgicamente na rede rodoviária».* Relativamente às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022 e comparativamente com o ano de 2021, verifica-se uma tendência de continuidade na estratégia anterior.

Verifica-se um aumento na área da habitação e urbanização e desenvolvimento económico e um ligeiro reforço na área da saúde e coesão social, com redução nas áreas do ambiente e qualidade de vida, comunicações e transportes, proteção civil, desporto laser e cultura, com estagnação na coesão do território e desenvolvimento das freguesias.

Coesão Territorial / Freguesias



O que significa que não irá existir aumento nas transferências para as freguesias, contradizendo a argumentação utilizada da definição dos objetivos estratégicos quanto ao desenvolvimento das freguesias que, cada vez mais, são o garante da coesão Territorial e social do concelho *«Desejamos um território cada vez mais coeso, resultante de um sistema que promove a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, pelo que continuaremos a promover uma cada vez melhor articulação com as Uniões e Juntas de Freguesia, porque são os nossos agentes de desenvolvimento integrado e o garante da Coesão Territorial e Social do concelho».* Quanto aos Pressupostos de Execução

Orçamental para 2022, mantemos a reserva quanto à Margem de Endividamento do Município, que está assente na contabilização da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais que não nos parece real, pela análise empírica que fazemos não nos parece estar contabilizada a divida assumida pelas freguesias através das famosas "deliberações". Genericamente o orçamento apresenta valores globais idênticos aos apresentados no orçamento de 2021, ou seja, o rigor, a exigência e a contenção face à incerteza económica que está patente no preambulo do enquadramento do plano de atividades, esvazia-se na apresentação de um orçamento para 2022 com uma diferença de apenas 8.500€ face ao orçamento de 2021.

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2022

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes ..... De capital ..... Outras	63.158.311,45 45.120.170,66	Correntes ..... De capital	50.493.279,08 72.785.203,03
Total	108.278.482,11	Total	108.278.482,11
Serviços Municipalizados	5.258.670,00	Serviços Municipalizados	5.258.670,00
Total Geral	113.537.152,11	Total Geral	113.537.152,11

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2021

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes ..... De capital ..... Outras	61.232.319,21 47.054.168,71	Correntes ..... De capital	46.77[illegible]216,[illegible] [illegible],64[illegible],14
Total	[illegible]	Total	[illegible]
Serviços Municipalizados	5.931.224,[illegible]	Serviços Municipalizados	5.931.224,[illegible]
Total Geral	[illegible]	Total Geral	[illegible]

Relativamente às dotações para o ano de 2022 face ao orçamento de 2021 verifica-se um incremento na previsão da coleta de impostos o que indicia a existência de margem para implementar medidas de alívio dos impostos municipais nomeadamente o IMI e a Derrama, conforme proposto pelo PSD.

Mod. 184 /1

Câmara Municipal de Viana do Castelo

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2022

R E C E I T A S	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRETOS	23.343.812,74	21.8
02 IMPOSTOS INDIRETOS	312.412,55	0.3
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	1.085.823,84	1.0
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	18.842,75	0.0
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.965.706,94	27.7
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	7.174.635,55	6.6
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.217.964,09	1.1
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	63.159.311,45	58.3
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	517.230,22	0.5
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	32.098.493,32	29.6
11 ATIVOS FINANCEIROS	1.000,00	0.0
12 PASSIVOS FINANCEIROS	12.223.441,12	11.3
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	250.000,00	0.2
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	45.120.164,66	41.7
TOTAL GERAL	108.279.482,11	100.0

D E S P E S A S	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	23.936.097,06	22.1
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	22.485.880,48	20.8
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	220.342,80	0.2
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.500.258,20	7.8
05 SUBSÍDIOS	5.500,00	0.0
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	499.200,00	0.4
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	55.693.278,08	51.4
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	33.895.847,45	31.3
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.593.342,50	8.9
09 ATIVOS FINANCEIROS	751.364,70	0.7
10 PASSIVOS FINANCEIROS	8.196.352,84	7.6
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	240.282,00	0.2
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	52.585.203,03	48.6
TOTAL GERAL	108.278.482,11	100.0

Numa análise mais minuciosa ao orçamento e do lado da despesa, tivemos dúvidas quanto aos valores inscritos na conta D2 – Aquisição de bens e serviços, concretamente na rubrica 0201 PRESIDENCIA, onde foi inscrito o valor de 4.416.900,00€, o que representa um aumento significativo face ao valor de 2021 de 2.512.700,00€ e cuja explicação do Senhor Presidente da Camara não foi convincente, bem como a sub-rubrica 020107 VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS onde foram inscritos 190.000,00€ onde também não obtivemos qualquer explicação plausível para esta verba.

D2			**Aquisição de bens e serviços**	**22.485.880,48**	**22.485.880,48**	**18.730.922,32**	**18.586.485,00**	**19.122.033,03**	**18.518.732,48**
	01		ASSEMBLEIA MUNICIPAL	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
		02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
		0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
		020225	OUTROS SERVIÇOS	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	02		CAMARA MUNICIPAL	22.484.880,48	22.484.880,48	18.729.922,32	18.585.485,00	19.121.033,03	18.517.732,48
	0201		PRESIDENCIA	4.416.900,00	4.416.900,00	4.005.396,20	4.004.718,00	4.022.052,20	4.024.730,36
		02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	4.416.900,00	4.416.900,00	4.005.396,20	4.004.718,00	4.022.052,20	4.024.730,36
		0211	AQUISIÇÃO DE BENS	349.900,00	349.900,00	383.396,20	384.718,00	386.052,00	384.730,36
		020101	MATERIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00
		020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	500,00	500,00	600,20	600,00	600,20	500,00
		02010201	GASOLINA	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
		02010202	GASOLEO	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
		020103	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
		020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	190.000,00	190.000,00	213.000,00	213.000,00	213.000,00	213.000,00
		020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	13.000,00	13.000,00	13.496,00	13.518,00	13.740,00	13.964,00
		020112	MATERIAL DE TRANSPORTE- PEÇAS	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
		020114	OUTRO MATERIAL - PEÇAS	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
		020115	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	26.500,00	26.500,00	26.500,00	26.500,00	26.500,00	26.500,00
		020117	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00

Face ao exposto e dado que se trata de um orçamento idêntico ao de 2021 onde foram necessárias três revisões orçamentais para aproximar os valores previsionais à execução do Plano de Atividades, facto que indicia a continuação da falta de rigor na presivilidade dos valores da receita e da despesa, denotando falta de estratégia quanto à programação das atividades a desenvolver e na sua adequação às necessidades previstas para ano de 2022, antecipando-se desde já, o recurso a operações de "cosmética" para ajustar o níveis de execução orçamental ao longo do anos de 2022. Porque o Plano de Atividades e Orçamento deve

ser um documento essencial na gestão do Município e, por isso, ser imprescindível imprimir maior rigor e objetividade na programação das atividades e não um plano de intenções investido de retórica que não responde aos interesses e anseios do Vianenses, pelo que os Vereadores do PSD votaram contra o Plano de Atividades e Orçamento para 2022. (a) Eduardo Teixeira; (a) Paulo Vale.". "**DECLARAÇÃO DE VOTO DO CDS/PP –** O Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal é, em certa medida, decepcionante. Tendo presente que se trata de planos plurianuais, que agora são de 5 anos, existe e constata-se nos seus objectivos, com que se concorda, a natural transição de intenções a executar ao longo do tempo, nomeadamente considerando os eventuais atrasos na aprovação de candidaturas a Fundos Comunitários, ou os atrasos na execução de obras, ou os imponderáveis que impediram mesmo o seu início, ou os constrangimentos provocados pela Covid. Contudo, a verdade é que na nota explicativa das Grandes Opções do Plano, surgem demasiadas afirmações, em que se verifica um elencar de intenções muito vagas, não substantivas e ideias até "pouco arrumadas", num documento desta importância. Não vislumbramos razões suficientes e ponderosas para apoiar o documento em apreço, que se revela ser pouco mais que um plano de intenções imprecisas, ou seja, não nos revemos nalguma ligeireza e vacuidade da apresentação de parte das propostas inclusas. Consequentemente, não podemos votar favoravelmente, dada a incerteza que decorre de um Plano de Actividades que não evidencia nem concretiza um verdadeiro conteúdo e não inclui formas de realização claras. Assim sendo, o CDS abstém-se na votação do Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal para 2022. Já no que respeita ao Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados, o CDS vota favoravelmente. (a) Ilda Araújo Novo.". e "**DECLARAÇÃO DE VOTO DA CDU –** A situação que ainda estamos a viver, decorrente do surto epidémico, confirma a nossa visão sobre o papel do Poder Local Democrático e no papel determinante que este tem na capacidade de resposta aos problemas do concelho. Não podemos deixar ainda de referir e reforçar, que o processo de transferência de competências, em que o PS se juntou ao PSD (ou vice-versa), veio fragilizar ainda mais o poder local e desresponsabilizar o estado de funções bastante relevantes e essenciais no estado central. Tem sido diversa a produção legislativa decorrente do surto epidémico, abrangendo muita dela as autarquias locais, valorizando muitas destas medidas legislativas com implicações em diversos domínios, estas poderão ser essenciais para a resposta à população, mas em contrapartida podem ser também destrutivos para as autarquias. Algumas destas medidas adotadas surgiram com base em propostas apresentadas pelo PCP, outras há, no entanto, que mereceram a nossa oposição e que não asseguram o normal exercício de competências de cada um dos níveis de administração ou que distorcem o fim de instrumentos de gestão financeira já existentes. Tem-se vindo a abrir espaços para que as autarquias locais assumam intervenções que devem ser assumidas pelo governo não sendo possível ainda determinar o impacto financeiro decorrente da situação. A CDU, já em junho de 2020, alertava para o impacto social e financeiro que poderia advir e que agora vemos explanado neste Plano de Atividades e

Orçamento para 2022, que passo a referir: ⇨O aumento geral da despesa corrente; ⇨A tendência para assumir encargos e responsabilidades que não são da administração local, nomeadamente a nível das medidas de prevenção e de combate ao surto epidémico, das respostas sociais e de uma intervenção desproporcionada no apoio às empresas e o comercio tradicional; ⇨A diminuição de impostos municipais, como é o caso do IMT e de uma previsível quebra na receita de IMI como se verificou; ⇨ A médio prazo e fruto da situação anterior, a diminuição da capacidade futura de endividamento decorrente da redução global das receitas correntes. ⇨ Também a médio prazo e em virtude da redução da cobrança de IVA, IRC e IRS, uma diminuição na participação nos impostos do Estado; ⇨ Um previsível regresso de medidas de contenção financeira tomadas pelo governo e pelo Estado, com reduções extraordinárias da participação nos impostos do Estado; ⇨ Em termos financeiros, acresce a estas situações o facto de estarmos a entrar num processo de transição entre dois períodos de programação comunitária, cuja definição concreta se vai atrasar em função da necessidade de discutir a reafectação de recursos, o que vai ocasionar dificuldades na obtenção de fundos para investimentos municipais. Dado continuarmos a não ter, por parte dos Senhores Vereadores com pelouros, informação concreta sobre os problemas com que se debatem nem sobre os caminhos que se propõem trilhar para os resolver, basearemos a nossa análise no volume das verbas orçamentadas quer para as receitas quer para as despesas e, sobretudo, nas verbas orçamentadas para o desenvolvimento das Grandes Opções do Plano para 2022. Da análise, essencialmente política, que nos compete fazer, destacamos do quadro 1 (Receitas): 1- Devido aos efeitos na economia local e nacional provocados pela covid 19, já foram votadas duas propostas de redução dos orçamentos aprovados. Apesar de se terem votado essas duas enormes reduções nos últimos dois anos, apresenta-se um orçamento otimista fase a 2022, com menos 8.488€ do que anterior. Apetece dizer que "antes da vontade deve imperar a razão" com uma redução no apresentado. 2- Prevê-se um aumento de 1.922.003€ nas despesas corrente e pelo contrário uma diminuição de 1.922.003€ nas despesas de capital, que poderá ser enormemente maior se se tiver de aprovar nova redução do orçamento no final do ano.

Quadro1 – Receitas

Dotações iniciais		
Receitas	**Montantes**	
Receitas correntes	**2022**	**2021**
Impostos diretos	**23.343.812,74**	**+649.652€**
Impostos indiretos	**342.418,55**	**-108.586€**
Taxas, multas e outras penalidades	**1.065.829,84**	**+163.053€**
Rendimentos de propriedade	**18.848,75**	**-1.266.00€**
Transferências correntes	**29.995.706,94**	**+1.088,666€**
Venda de bens e serviços correntes	**7.174.625,55**	**+1.369,€**
Outras receitas correntes	**1.217.069,08**	**- 4.236,00€**

Mod. 184/1

Total das receitas correntes	**63.158.311,45**	**+1.925.996€**	
Receitas de capital			
Venda de bens de investimento	**547.230,22**	-142.324€	
Transferências de capital	**32.098.499,32**	**+2.417.673€**	
Ativos financeiros	**1.000€**	**igual**	
Passivos financeiros	**12.223.441,12**	-4.201.833€	
Outras receitas de capital	**250.000,00**	**igual**	
Total das receitas de capital	**45.120.170,66**	-1.934.485€	
Totais gerais	**108.278.482,11**	**-8.488€**	

No que concerne às verbas orçamentadas e às prioridades definidas na Estrutura das Grandes Opções do Plano, explanadas no quadro2 – GOPs – Grandes Opções do Plano

Quadro 2 . GOP

Pelouros	2021	2022	Diferenças observadas
Habitação e Urbanização	**10.620.998,65**	**12.315.209,19**	
Cultura	**10.000.220,13 (cultura, desposto e lazer**	**4.490.124,86**	**-1.543.940€**
Desporto e lazer		**3.966.156,78**	
Coesão Territorial/Des. Freguesias	**8.130.740,00**	**igual**	
Ambiente e Qualidade de Vida	**7.239.306,99**	**6.483.479,59**	-755.827€
Educação	**8,890,833,18**	**8.444.242,26**	-446.591€
Comunicações e Transportes	**5,448.306,21**	**2.638.000,00**	-2.810.36€
Serviços Municipais	**3.262.340,43**	**3.070.741,02**	-195.599€
Coesão Social	**2.735.535,89**	**2.972.000,00**	**+236.468€**
Transferências entre Administrações	**2.158.158,80**	**1.756.158,80**	-402.500€
Ativos Financeiros	**1.530.036,03**	**791.364,70**	-738.672€
Desenvolvimento Económico	**1.762.579,56**	**4.774.000,00**	+3.011.421e
Proteção Civil	**1.591.608,47**	**1.420.844,22**	-170.764€
Ciência, Conhecimento e Inovação	**513.824,85**	**110.650,00**	-403.174€
Saúde	**748.551,74**	**1.748.704,05**	**+1.000.153€**
Totais	**64.633,037,93**	**63.112.415,47**	**-1.520.622€**

1 - Pela primeira vez, um valor inferior ao previsto para o ano de 2022, de 1.5520.622€; 2 - Ciência, conhecimento e inovação, apenas com 21,5% do orçamentado no ano de 2021; 3 - Cultura com menos 1.543.941€ do que o orçamentado no ano de 2021; 4 - Comunicações e transportes, menos 2.810.301€ do que orçamentado em 2021; 5- Coesão territorial/desenvolvimento das freguesias com o mesmo montante do ano anterior; 6- Saúde com mais 1.000.153€ do que em ano anterior; 7- Desenvolvimento económico com mais 3.011.421€ do que o ano de 2021. Das opções apresentadas pelo executivo em maioria PS a reflexão leva-nos a questões sobre o bem estar da população do concelho de Viana do Castelo. É o caso da mobilidade onde o investimento é bastante inferior ao ano transato. Como podemos falar em desenvolvimento se as ligações entre freguesias e por sua vez com o concelho ou até mesmo

Mod. 184 /1

distrito são meramente operações cirúrgicas em ambulatório? Desenvolvimento territorial e desenvolvimento económico estão interligados e não alienados um do outro, tal como a cultura está ligada ao desenvolvimento de um concelho e da sua população. Até para a cultura existe um decréscimo para o seu desenvolvimento expressivo numa altura em que tanto precisa de ser apoiada. Na educação observamos que cada vez mais é exigido mais e melhor mas com menos. Isto leva-nos a reforçar o que temos dito sobre a maleabilidade e o processo errôneo que foi e é a transferências de competências para as autarquias. O estado demite-se da sua responsabilidade e coloca estas grandes responsabilidade nos municípios, apraz-nos dizer "salvem-se como puderem". A educação é fundamental e essencial no desenvolvimento das pessoas. O desenvolvimento tem de ser global e não fracionado sem desenvolvimento global a evolução é meramente estética e residual. Continuamos a questionar este executivo em maioria se as verbas, provenientes do Poder Central, dão cobertura à transferência de competências. Assim, e do resultado dos contactos diretos com a população ao longo deste mandato, os representantes dos eleitos da CDU-PCP/PEV nos órgãos municipais (Câmara, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia) continuam a apresentar e a defender algumas propostas que visavam, sobretudo, melhorar as condições de vida em Viana do Castelo e contribuir para o bem-estar da sua população. Dentro dessa série de propostas, destacamos com maior relevo: - **Proporcionar em parceria com a ULSAM** uma descentralização das respostas integradas de especialidade (oncológica e de cardiologia) para um edifico exterior à unidade de saúde local, promovendo melhores cuidados de saúde em áreas que requerem maior especialidade e maiores cuidados. - **Acrescentar, no prolongamento da ligação da Ciclovia Litoral que irá ligar Caminha, Viana e Esposende,** a (re)construção de uma travessia pedonal e clicável sobre o Rio Lima; - **Assegurar um sistema eficaz de transportes públicos** permanentes que garanta ligações; - **Assegurar os mini autocarros** no circuito urbano alargando o seu itinerário entre todas as freguesias do concelho e polos industriais; - **Negociar com o Governo a abolição imediata do pórtico do Neiva** e reverter o processo das portagens na A28. - **Criação do Museu de Ciência e Investigação ligado ao mar; – Proporcionar a construção de um centro de treino** para desportos da natureza, trail e trial bike; - **Promover** a "Arte saiu à Rua" - **Incentivar a criação** de uma oferta permanente de creches no concelho. E entre outras das nossas propostas. A construção de um Plano de atividades e orçamento, não é tarefa fácil, bem sabemos, mas quando olhamos para o documento aqui apresentado, ficamos com a sensação de que estamos perante uma oportunidade perdida. Uma oportunidade perdida, da maioria PS no executivo, mostrar que está disponível para ouvir e poder adotar algumas das propostas, que a oposição possa ter que melhorem o orçamento. Mas não, ao contrário de bons exemplos da gestão autárquica, onde se fazem reuniões ao abrigo do estatuto do direito de oposição, e se englobam algumas das propostas da oposição no documento final, a maioria absoluta deste executivo não deixa que tal heresia possa acontecer. Ouvem-se as forças políticas, por um mero

Mod. 184 /1

formalismo legal, pois não interessa as propostas que são feitas, o orçamento é aquilo que o PS quer e mais nada. Não interessa se são boas propostas e exequíveis, não interessa se os custos dessas propostas são residuais para o orçamento, como algumas das apresentadas pela vereadora da CDU. É certo que tem maioria absoluta e que do ponto de vista legal o podem fazer, mas não pode o presidente da câmara ficar admirado e expressar a sua admiração como express ou na reunião de câmara, quando a CDU não vota favoravelmente o orçamento. Assim, pelas razões acima expostas, apesar de encontrarmos aspetos que teremos de considerar como positivos no documento, consideramos que poderia ser feito muito mais, principalmente em áreas prioritárias, mas tal não aconteceu, pelo que a CDU irá abster-se nesta votação. (a) Cláudia Marinho.". (a) Cláudia Marinho.". "**DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS –** Os eleitos pelo Partido Socialista, votaram favoravelmente o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022 da Câmara Municipal de Viana do Castelo e dos Serviços Municipalizados, num valor global que ascende a 113,5 milhões de euros, correspondendo 108 milhões de euros à Câmara Municipal e 5,258 milhões de euros aos SMVC. Este voto favorável, deve-se ao facto de os eleitos se reverem nas Grandes Opções do Plano e entenderem que, mesmo afetado por 20 meses de vivência pandémica, este instrumento assenta na melhor estratégia e nas melhores opções orçamentais, que são transversais a todos domínios, seja para economia, educação, cultura, saúde, coesão social e territorial e nas transições climáticas e digitais, promovendo todos os agentes económicos e socias do concelho e consequentemente, melhorando a qualidade de vida das famílias Vianenses. Este plano reflete também, a capacidade, atual e futura, que o Município mantém na captação de Fundos Comunitários. Nas Grandes Opções do Plano, destacam-se as rubricas com Habitação e Urbanização, que ascendem a 12,32 milhões de euros, a Educação, com um orçamento de 8,44 milhões de euros e a Coesão do Território e o Desenvolvimento das Freguesias com 8,13 milhões. (a) Luís Nobre; (a) Manuel Vitorino; (a) Carlota Borges; (a) Ricardo Rego; (a) Fabíola Oliveira."- - - - - - - - - - - - - - - - - -

- - - Está conforme o original. -

- - - A ata de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião. -

- - - Viana do Castelo e Departamento de Administração Geral, vinte de dezembro do ano dois mil e vinte e um.- -

(DOCUMENTO Nº 11)

CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Declaração de voto referente ao Plano de Atividades e Orçamento 2022- CMVC e AM

A situação que ainda estamos a viver, decorrente do surto epidémico, confirma a nossa visão sobre a importância do papel do Poder Local Democrático e no papel determinante que tem na capacidade de resposta aos problemas do concelho.

Não podemos deixar ainda de referir e reforçar, que o processo de transferência de competências, em que o PS se juntou ao PSD (ou vice-versa), para além de desresponsabilizar o estado em funções bastante relevantes e essenciais do estado central, veio criar fragilidades ao Poder Local Democrático no desenvolvimento das competências próprias que eram legalmente determinadas.

Tem sido diversa a produção legislativa decorrente do surto epidémico, abrangendo muita dela as autarquias locais, valorizando muitas destas medidas legislativas com implicações em diversos domínios, poderão ser essenciais para a resposta à população, mas que, em contrapartida podem ser também destrutivos para as autarquias. Algumas destas medidas surgiram com base em propostas apresentadas pelo PCP. Outras há, no entanto, que mereceram a nossa oposição e que não asseguram o normal exercício de competências de cada um dos níveis de administração ou que distorcem o fim de instrumentos de gestão financeira já existentes. Tem-se vindo a abrir espaços para que as autarquias locais assumam intervenções que devem ser assumidas pelo governo não sendo possível ainda determinar o impacto financeiro decorrente da situação.

A CDU, já em junho de 2020, alertava para o impacto social e financeiro que poderia advir e que agora vemos explanado neste Plano de Atividades e Orçamento para 2022, que passo a referir:

O aumento geral da despesa corrente;

A tendência para assumir encargos e responsabilidades que não são da administração local, nomeadamente a nível das medidas de prevenção e de combate ao surto epidémico, das respostas sociais e de uma intervenção desproporcionada no apoio às empresas e o comercio tradicional;

A diminuição de impostos municipais, como é o caso do IMT e de uma previsível quebra na receita de IMI como se verificou;

A médio prazo e fruto da situação anterior, a diminuição da capacidade futura de endividamento decorrente da redução global das receitas correntes.

Também a médio prazo e em virtude da redução da cobrança de IVA, IRC e IRS, uma diminuição na participação nos impostos do Estado;

Um previsível regresso de medidas de contenção financeira tomadas pelo governo e pelo Estado, com reduções extraordinárias da participação nos impostos do Estado;

Em termos financeiros, acresce a estas situações o facto de estarmos a entrar num processo de transição entre dois períodos de programação comunitária, cuja definição concreta se vai atrasar em função da necessidade de discutir a reafetação de recursos, o que vai ocasionar dificuldades na obtenção de fundos para investimentos municipais.

Dado continuarmos a não ter, por parte dos Senhores Vereadores com pelouros, informação concreta sobre os problemas com que se debatem nem sobre os caminhos que se propõem trilhar para os resolver, basearemos a nossa análise no volume das verbas orçamentadas quer para as receitas quer para as despesas e, sobretudo, nas verbas orçamentadas para o desenvolvimento das Grandes Opções do Plano para 2022.

Da análise, essencialmente política, que nos compete fazer, destacamos do quadro 1 (Receitas):

1- Devido aos efeitos na economia local e nacional provocados pela covid 19, já foram votadas duas propostas de redução dos orçamentos aprovados. Apesar de se terem votado essas duas enormes reduções nos últimos dois anos, apresenta-se um orçamento otimista fase a 2022, com menos 8.488€ do que anterior. Apetece dizer que "antes da vontade deve imperar a razão" com uma redução no apresentado.

2- Prevê-se um aumento de 1.922.003€ nas despesas corrente e pelo contrário uma diminuição de 1.922.003€ nas despesas de capital, que poderá ser enormemente maior se se tiver de aprovar nova redução do orçamento no final do ano.

Quadro1 – Receitas

Dotações iniciais			
Receitas	**Montantes**		
Receitas correntes	**2022**	**2021**	
Impostos diretos	**23.343.812,74**	**+649.652€**	
Impostos indiretos	**342.418,55**	**-108.586€**	
Taxas, multas e outras penalidades	**1.065.829,84**	**+163.053€**	
Rendimentos de propriedade	**18.848,75**	**-1.266.00€**	
Transferências correntes	**29.995.706,94**	**+1.088,666€**	
Venda de bens e serviços correntes	**7.174.625,55**	**+1.369,€**	
Outras receitas correntes	**1.217.069,08**	**- 4.236,00€**	
Total das receitas correntes	**63.158.311,45**	**+1.925.996€**	
Receitas de capital			
Venda de bens de investimento	**547.230,22**	**-142.324€**	
Transferências de capital	**32.098.499,32**	**+2.417.673€**	
Ativos financeiros	**1.000€**	**igual**	
Passivos financeiros	**12.223.441,12**	**-4.201.833€**	
Outras receitas de capital	**250.000,00**	**igual**	
Total das receitas de capital	**45.120.170,66**	**-1.934.485€**	
Totais gerais	**108.278.482,11**	**-8.488€**	

No que concerne às verbas orçamentadas e às prioridades definidas na Estrutura das Grandes Opções do Plano, explanadas no quadro2 – GOPs – Grandes Opções do Plano

Quadro 2 . GOP

Pelouros	**2021**	**2022**	**Diferenças observadas**
Habitação e Urbanização	**10.620.998,65**	**12.315.209,19**	
Cultura	**10.000.220,13 (cultura, desposto e lazer**	**4.490.124,86**	**-1.543.940€**
Desporto e lazer		**3.966.156,78**	
Coesão Territorial/Des. Freguesias	**8.130.740,00**	**igual**	
Ambiente e Qualidade de Vida	**7.239.306,99**	**6.483.479,59**	**-755.827€**
Educação	**8,890,833,18**	**8.444.242,26**	**-446.591€**
Comunicações e Transportes	**5,448.306,21**	**2.638.000,00**	**-2.810.36€**
Serviços Municipais	**3.262.340,43**	**3.070.741,02**	**-195.599€**
Coesão Social	**2.735.535,89**	**2.972.000,00**	**+236.468€**
Transferências entre Administrações	**2.158.158,80**	**1.756.158,80**	**-402.500€**
Ativos Financeiros	**1.530.036,03**	**791.364,70**	**-738.672€**
Desenvolvimento Económico	**1.762.579,56**	**4.774.000,00**	**+3.011.421€**
Proteção Civil	**1.591.608,47**	**1.420.844,22**	**-170.764€**
Ciência, Conhecimento e Inovação	**513.824,85**	**110.650,00**	**-403.174€**
Saúde	**748.551,74**	**1.748.704,05**	**+1.000.153€**
Totais	**64.633,037,93**	**63.112.415,47**	**-1.520.622€**

1 - Pela primeira vez, um valor inferior ao previsto para o ano de 2022, de 1.5520.622€;

2 - Ciência, conhecimento e inovação, apenas com 21,5% do orçamentado no ano de 2021;

3 - Cultura com menos 1.543.941€ do que o orçamentado no ano de 2021;

4 - Comunicações e transportes, menos 2.810.301€ do que orçamentado em 2021;

5- Coesão territorial/desenvolvimento das freguesias com o mesmo montante do ano anterior;

6- Saúde com mais 1.000.153€ do que em ano anterior;

7- Desenvolvimento económico com mais 3.011.421€ do que o ano de 2021.

Das opções apresentadas pelo executivo em maioria PS a reflexão leva-nos a questões sobre o bem estar da população do concelho de Viana do Castelo. É o caso da mobilidade onde o investimento é bastante inferior ao ano transato. Como podemos falar em desenvolvimento se as ligações entre freguesias e por sua vez com o concelho ou até mesmo distrito são meramente operações cirúrgicas em ambulatório? Desenvolvimento territorial e desenvolvimento económico estão interligados e não alienados um do outro, tal como a cultura está ligada ao desenvolvimento de um concelho e da sua população. Até para a cultura existe um decréscimo para o seu desenvolvimento expressivo numa altura em que tanto precisa de ser apoiada.

Na educação observamos que cada vez mais é exigido mais e melhor mas com menos. Isto leva-nos a reforçar o que temos dito sobre a maleabilidade e o processo erróneo que foi e é a transferências de competências para as autarquias. O estado demite-se da sua responsabilidade e coloca estas grandes responsabilidade nos municípios, apraz-nos dizer " salvem-se como puderem". A educação é fundamental e essencial no desenvolvimento das pessoas. O desenvolvimento tem de ser global e não fracionado sem desenvolvimento global a evolução é meramente estética e residual. Continuamos a questionar este executivo em maioria se as verbas, provenientes do Poder Central, dão cobertura à transferência de competências.

Assim, e do resultado dos contactos diretos com a população os representantes dos eleitos da CDU-PCP/PEV nos órgãos municipais (Câmara, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia) continuam a apresentar e a defender algumas propostas que visavam, sobretudo, melhorar as condições de vida em Viana do Castelo e contribuir para o bem-estar da sua população.

Dentro dessa série de propostas, destacamos com maior relevo:

- **Proporcionar em parceria com a ULSAM** uma descentralização das respostas integradas de especialidade (oncológica e de cardiologia) para um edifico exterior à unidade de saúde local, promovendo melhores cuidados de saúde em áreas que requerem maior especialidade e maiores cuidados.
- **Acrescentar, no prolongamento da ligação da Ciclovia Litoral que irá ligar Caminha, Viana e Esposende**, a (re)construção de uma travessia pedonal e ciclável sobre o Rio Lima;
- **Assegurar um sistema eficaz de transportes públicos** permanentes que garanta ligações todas as freguesias do concelho e polos industriais;
- **Assegurar os mini autocarros** no circuito urbano alargando o seu itinerário;
- **Negociar com o Governo a abolição imediata do pórtico do Neiva** e reverter o processo das portagens na A28;
- **Criação do Museu de Ciência e Investigação ligado ao mar;**
- **Proporcionar a construção de um centro de treino** para desportos da natureza, trail e trial bike;
- **Promover** a "Arte saiu à Rua";
- **Incentivar a criação** de uma oferta permanente de creches no concelho.

E entre outras das nossas propostas.

A construção de um Plano de atividades e orçamento, não é tarefa fácil, bem sabemos, mas quando olhamos para o documento aqui apresentado, ficamos com a sensação de que estamos perante uma oportunidade perdida.

Uma oportunidade perdida, da maioria PS no executivo, mostrar que está disponível para ouvir e poder adotar algumas das propostas, que a oposição possa ter que melhorem o orçamento. Mas não, ao contrario de bons exemplos da gestão autárquica, onde se fazem reuniões ao abrigo do estatuto do direito de oposição, e se englobam algumas das propostas da oposição no documento final, a maioria absoluta deste executivo não deixa que tal heresia possa acontecer.

Ouvem-se as forças políticas, por um mero formalismo legal, pois não interessa as propostas que são feitas, o orçamento é aquilo que o PS quer e mais nada. Não interessa se são boas propostas e exequíveis, não interessa se os custos dessas propostas são residuais para o orçamento, como algumas das apresentadas pela vereadora da CDU.

É certo que tem maioria absoluta e que do ponto de vista legal o podem fazer, mas não pode o presidente da câmara ficar admirado e expressar a sua admiração como expressou na reunião de câmara, quando a CDU não vota favoravelmente o orçamento.

Assim, pelas razões acima expostas, apesar de encontrarmos aspetos que teremos de considerar como positivos no documento, consideramos que poderia ser feito muito mais, principalmente em áreas prioritárias, mas tal não aconteceu, pelo que a CDU irá abster-se nesta votação.

Viana do Castelo, 20 de Dezembro de 2021

O eleito da CDU na AM

(DOCUMENTO Nº 12)

1. ASSEMBLEIA MUNICIPAL
   a. Ordem de trabalhos de 20 de Dezembro de 2021
   b. Ponto 2 - Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal 2022

O PLANO E ORÇAMENTO, documento base de toda a estratégia política da Câmara Municipal, deveria constituir um contrato com a comunidade capaz de representar expectativas e compromissos firmados na base do rigor e da transparência.

Em 2020, na preparação do ANO ELEITORAL-2021, a Câmara Municipal de Viana do Castelo aprovou o Orçamento e Grandes Opções do Plano, como sendo o maior orçamento de sempre, no valor e 114 milhões de euros.

Um ano antes, para um orçamento previsional de cerca de 107.000.000,00€, o nível de execução orçamental quedou-se afinal na ordem dos 70.000.000,00€.

Resta-nos por enquanto, aguardar pela demonstração dos resultados da governação municipal em 2021.

No que diz respeito à apreciação do PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO (PAO) para 2022, não podemos deixar de o apreciar senão como, a configuração de um contrato entre o PARTIDO SOCIALISTA e o eleitorado que lhe conferiu a responsabilidade da governação municipal durante os próximos 4 anos.

Ora, afinal o que se verifica é que as GRANDES PROMESSAS não são perceptíveis na sua tradução prática em termos de afectação de meios financeiros às ditas promessas eleitorais, para alem da inócua previsão de despesa de 1.000,00€ aplicável a múltiplas rubricas, o que dará lugar a sucessivas alterações orçamentais.

Desde logo se verifica que não são perceptíveis quaisquer opções estratégicas no que concerne à busca de soluções para conter o êxodo da população através de acções concretas na COESÃO TERRITORIAL e para a qual concorre directamente a revisão dos instrumentos de ordenamento do território com especial importância o PLANO DIRECTOR MUNICIPAL.

Do mesmo modo, carece da criação de alternativas na oferta de HABITAÇÃO através da oportunidade de aquisição de habitação própria ou do arrendamento acessível.

Também do mesmo modo, fica por esclarecer qual o apoio dedicado à FAMÍLIA através de medidas fundamentais destinadas ao alargamento de estruturas e equipamentos integrados no sistema de apoio à 1ª Infância e 3ª Idade.

Factor essencial para a fixação de residentes e das suas famílias, não existe qualquer demonstração de vontade política quanto à implementação de uma nova forma de abordagem do sistema de MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES dentro do município como também na relação de Viana com o seu "inter-land" em que o grande Porto e Braga são eixos de empregabilidade da maior importância.

Neste mesmo campo, não se vislumbra qualquer acção tendente a alterar o "modus" de estacionamento e circulação automóvel dentro do perímetro da cidade com particular incidência no parqueamento automóvel em subterrâneo concessionado.

A estratégia de desenvolvimento económico esquece a necessidade de integrar e consolidar de forma adequada no território municipal as diversas ZONAS EMPRESARIAIS EXISTENTES, esgotando e diversificando a capacidade de acolhimento de novas empresas e ao mesmo tempo dotando-as de infra-estruturas e de equipamentos adequados aos seus universos laborais.

A instalação de pequenas unidades destinadas a actividades económicas pode e deve ser feita através de medidas de compatibilidade de usos em espaços urbanos sem que seja necessária a deslocalização de pessoas.

O sistema de acessibilidades, para além da reserva de espaços canais necessários à instalação futura de novos traçados de vias e pontes, deverá em primeiro lugar reabilitar a rede viária dotando-a de adequadas condições de segurança de pessoas e bens.

Mas também a ACTIVIDADE ECONÓMICA carece de soluções no que diz respeito à defesa do COMÉRCIO TRADICIONAL integrado nos espaços urbanos municipais, totalmente indefeso perante a contínua invasão das médias e grandes superfícies.

Considerando a elevadíssima carga fiscal que hoje impera de forma oculta ou directa sobre pessoas e empresas, entendemos que a Autarquia deveria afirmar-se pela prática dos mais reduzidos coeficientes de cobrança.

O apoio à PRODUÇÃO DO CAMPO, à revitalização do território rural e ao sistema de comercialização dos seus produtos artesanais no Mercado Municipal ocupa lugar vazio no Plano e Orçamento.

Tal como a COMUNIDADE PISCATÓRIA se vê privada das mais elementares condições de trabalho resultantes da incapacidade de renovação da sua frota, ausência total de infra-estruturas de manutenção, reparação e acostagem das embarcações, sem que se vislumbrem acções objectivas que premeiem o produto da pesca através de um sistema de comercialização que valorize o pescador e não, o intermediário.

No plano da estratégia de reforço da atractividade de Viana no plano interno e externo, menospreza a importância da promoção e qualificação da OFERTA TURÍSTICA. Confunde a imperiosa necessidade do aumento da taxa de ocupação dos empreendimentos turísticos e do alojamento de férias e respectivos períodos de permanência de hóspedes com o crescimento descontrolado de unidades hoteleiras de que poderá resultar o risco da "canibalização" de preços e a subsequente insustentabilidade dessas unidades.

Do PAO não é perceptível qualquer estratégia de valorização imediata da frente ribeirinha da cidade onde as MARINAS DE VIANA, o terminal de acostagem de NAVIOS DE CRUZEIRO e a gare de AUTOCARROS DE TURISMO estão completamente omissos.

Como também não se vislumbra qualquer estratégia de combate à secundarização de Darque e da sua integração de pleno direito no espaço urbano, reforçando o seu papel de "Porta de Entrada-Sul" da cidade, valorizando a sua magnifica zona ribeirinha. Já não

falando da ligação do novo acesso ao porto comercial que prevê a requalificação do troço da alameda do cabedelo entre a Sede de Escuteiros e a rotunda do Cabedelo

No plano do combate à CRISE CLIMÁTICA desconhece-se o papel do PAO no que concerne aos objectivos de reflorestação do território municipal, onde se torna decisivo a elaboração do cadastro de propriedade e medidas de apoios aos movimentos associativos de proprietários florestais e infra-estruturas de manutenção deste território.

A EDUCAÇÃO E O DESPORTO, componentes essenciais para embate perante os desafios do futuro, carecem de clarificação quanto ao seu papel no encaminhamento para as vias profissionais. O desporto escolar que não pode ser desligado do desporto associativo, exige uma clarificação do seu papel nos tempos curriculares. Por outro lado, a importância estratégica dos nossos recursos naturais exige igualmente a maximização do seu aproveitamento e interacção ao nível desporto natureza, designadamente na interligação dos aglomerados de Lanheses, Santa Marta de Portuzelo e Barroselas com os rios Lima e Neiva.

No período actual do ano económico seria essencial garantir a estabilidade adequada a todos os parceiros sociais com a indicação dos meios adequados de financiamento de forma a proporcionar os seus planeamentos de actividade de forma atempada. Tal situação não se verifica.

No que diz respeito às entidades participadas pela Autarquia, designadamente a VIANAPÓLIS, POLIS DO LITORAL e ÁGUAS DO ALTO MINHO, é absolutamente imprescindível o conhecimento dos seus Planos de Actividades e Orçamentos tal como é necessária a divulgação pública dos seus Relatórios de Contas.

De igual modo, do PAO não consta qualquer intensão de proporcionar e exigir, a bem da transparência das finanças municipais, às entidades beneficiárias de transferências do município, a demonstração publica dos seus relatórios de contas na "internet", afectando para efeito os recursos financeiros adequados.

Essencial à operacionalidade do PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO coloca-se a eficácia da resposta dos serviços municipais face aos desafios da governação municipal e das pretensões dos seus munícipes, empresários ou estruturas sociais.

Por outro lado, também não se compreende, a razão de ser do elevado montante financeiro dedicado a PLANEAMENTO E PROJECTO, dada a disponibilidade e a alta qualificação técnica do quadro de pessoal que tem ao seu serviço.

Com os fundamentos acima expressos, declaro e expresso o meu VOTO CONTRÁRIO à aprovação do PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL 2022.

VIANA DO CASTELO, 21/ 12/ 2021

Daniel Robalo

(DOCUMENTO Nº 13)

CDS-PP

Ponto 2 – da OT -Planos de Actividades e Orçamento da Câmara Muniicipal e SMVC – posição e sentido de voto do CDS

Senhora Presidente e senhores secretários,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhores Vereadores,

Senhores Deputados

Minhas senhoras e meus senhores:

Estes são os primeiros planos e orçamentos do presente mandato.

Naturalmente os primeiros são sempre merecedores de alguma expetativa. E de redobrada atenção e cuidado das oposições. Estes não fogem a esta regra quase consuetudinária da vida política municipal.

Pois bem: lemos e relemos os planos e os orçamentos com os cuidados e atenções que são merecedores.

Uma primeira nota em termos de crítica construtiva: não parece que a forma de apresentação escrita do Plano e Orçamento da Câmara Municipal permitam uma leitura fácil, intuitiva e célere. Julgamos que o Plano e Orçamento dos SMVC, por mais enxutos, são bem mais legíveis para o cidadão comum. Impõe-se, na nossa modesta opinião, alguma melhoria neste âmbito, que julgamos não trará grande despesa.

Quanto ao cerne do Plano e Orçamento da Câmara Municipal alcançamos que este sustenta o conjunto das suas atividades para o próximo ano e anos seguintes em 3 grandes pilares: a Educação, a Coesão Territorial e Desenvolvimento das Freguesias e a Habitação. Nada a opor. É uma opção. Mas impunha-se e impõe-se que a sua concretização se sustentasse em ações concretas, com calendários, instrumentos de avaliação e medição dos seus impactos, ~~pelo menos~~, económicos, sociais, qualidade de vida, ambientais, prosperidade. Se não avaliarmos e medirmos, lamentamos, mas continuamos a "navegar à vista".

Quer isto dizer que este Plano de Atividades é uma redação de propósitos e de boas-vontades, mas que não chegam a nossa ver, para a urgência, que é inadiável, de Viana, concelho, inverter e combater o seu declínio económico, comercial e populacional.

De forma simples, mas coerente, por pertinente, sufragamos e aderimos à posição adotada pela nossa vereadora, Ilda Araújo na Câmara Municipal: abstemo-nos na aprovação do

Plano e Orçamento da Câmara Municipal e votamos favoravelmente a aprovação do Plano e Orçamento dos SMVC.

Os eleitos do CDS/PP na Assembleia Municipal de Viana do Castelo,

Viana do Castelo, 20 de Dezembro de 2021

(DOCUMENTO Nº 14)

Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2022

Muito boa noite

Começo por cumprimentar a

Sra. Presidenta da Assembleia Municipal e demais membros da mesa

Sr. Presidente da Camara Municipal, as Sra.s e Sr.s Vereadoras presentes

Sra.s e Sr.s Deputados

Minhas Sra.s e meus Sr.s

A situação excecional em que vivemos, que é, alias, a situação mais excecional no tempo das nossas vidas coloca-nos perante um contexto de perspetivas pouco risonhas pelo que, um documento como o Plano de Atividades e Orçamento do Município reveste-se de uma importância redobrada pela confiança, esperança e pelo respaldo que deve transmitir e dar a toda a nossa comunidade.

Ainda assim, o exercício de 2022 não fica mais prejudicado graças aos enormes esforços e contributos, nomeadamente, de todos os agentes da saúde e respetivos auxiliares, aos professores e restante comunidade educativa, as nossas instituições sociais, aos nossos empresários e comerciantes e, de uma forma geral a toda a população do nosso concelho que se debateu e debate, de uma forma resiliente, contra este flagelo que á pandemia, agora mais controlado é certo, mas com o desfecho ainda imprevisível.

E portanto, permitam-me que, antes de mais, aproveite esta oportunidade para enaltecer, a atitude e esforço das nossas populações que, no entanto, todos vamos ter ainda de continuar.

Muito obrigado.

Sendo o Plano de Atividades e Orçamento um exercício de opções entre as receitas e as despesas que visa levar a influenciar atitudes de famílias, das empresas, das instituições, enfim todos os dos diferentes agentes económicos deve também apontar caminhos de como vamos crescer, de como vamos recuperar do lugar onde nos encontramos, quais as medidas que vão ser dirigidas às famílias, às empresas, às instituições e a cada um de nós.

O Plano de Atividades e Orçamento é portanto, um instrumento de carater político para influenciar atitudes que visem um futuro, o melhor possível, e sustentável para a nossa comunidade, para a nossa economia, com base num plano estratégico delineado pelo executivo que deverá ser claro, mobilizador e ambicioso verdadeiramente transformador de vidas de que estamos órfãos e vamos agindo ao sabor das circunstâncias.

Este documento deve pautar-se, portanto, pelo máximo de rigor e prudência, quer ao nível das receitas quer ao nível das despesas ai contempladas que, depois de ai inscritas devem ser estritamente respeitadas ao longo do exercício

Caso contrário, não passará apenas de uma fantasia desviando das metas e dos objetivos que levaram à sua aprovação inicial, depois de devidamente analisados e discutidos nesta Assembleia, que permitirá aferir e avaliar a ação e a estratégia políticas do Executivo pelo seu nível de execução.

O Plano de Atividades e Orçamento apresentado para o ano de 2022 prevê uma receita de 113,5 milhões de euros que, nesta altura, deveria já contar com o reforço das verbas do Orçamento do Estado para os Municípios e Freguesias, tantas vezes e há tanto tempo apregoado, mas que, infelizmente continuamos a não assistir.

O documento em análise têm de passar de uma só distribuição das receitas, sem uma estratégia forte para influenciar a evolução da atividade económica, para dar lugar à criação de verdadeiros mecanismos por forma a incentivar a atividade das empresas e famílias, tem de criar incentivos aos investidores, tem de proporcionar o aumento da competitividade, da promoção e valorização do nosso território, criar mais e melhores postos de trabalho e não só medidas de troca sem uma estratégia ou objetivo.

Só esta é a forma de potenciar a resiliência dos nossos agentes económicos e as receitas futuras do município decorrentes da maior dinâmica económica e não ficar somente reféns do aproveitamento dos quadros comunitários ou de outro género que possam vir a surgir.

Pela análise das propostas constantes no documento em apreço existem muitas rubricas e com valores muito significativos que se encontram insuficientemente informadas, sucessivamente na rubrica de "outras" e "outros" e portanto, sem a devida concretização, o que dificulta brutalmente a análise do documento e o seu claro alcance tornando-o opaco o que nos aflige pelo que, ficamos apenas na expectativa da bondade e do mérito dos projetos e ações constantes deste documento. Esperávamos bastante mais deste documento.

Neste sentido, o que está a ser pedido a esta assembleia parece não passar de um cheque em banco.

Os fundos que se encontrão disponíveis, a que o executivo tem vindo a candidatar o município, matéria em que aliás o PSD se revê, devem ser utilizados para corrigir os aspetos bloqueadores do crescimento económico da nossa região.

Sabendo da grande expectativa que é colocada nas candidaturas formuladas, aproveitamos a oportunidade para questionar o executivo sobre o ponto de situação em que se encontram as contratualizações das candidaturas aos diferentes programas de financiamento comunitário como o PT2020, PRR e PT2030.

Também, no referido documento parece ser feita vista grossa ao facto de, agora, e desde o início deste segundo semestre do corrente ano de 2021, se juntarem as implicações da forte crise dos preços das diferentes energias (que viram os seus preços mais do que a triplicar) quer ao nível do gás, quer ao nível da eletricidade quer ao nível do combustível e que, neste documento, nada parece estar previsto ou antecipado e, cujas consequências se vão instalando crescentemente ao nível da economia, factos estes que, de forma alguma, poderiam ser ignorados e/ou descorados quer ao nível do seu impacto direto na gestão do município, quer ao nível da população de uma forma geral, quer ao nível dos agentes económicos da nossa região.

Aproveitamos também a oportunidade para questionar o executivo sobre a ponderação de tais factos neste documento.

Tal como parece ser feita vista grossa sobre ao andamento dos processos de contencioso em que o Município se encontra envolvido, também não encontramos qualquer observação sobre este assunto e, nomeadamente sobre os riscos potenciais que estes possam vir a impactar neste documento.

Aproveitamos também a oportunidade para questionar o executivo sobre a ponderação de tais factos neste documento.

Por último, o documento contempla uma variação na rubrica 0201 PRESIDENCIA do ano de 2021 para o ano de 2022 no montante de 1,9 milhões de euros que, dado o seu impacto importa também entender e para os quais solicitamos os devidos esclarecimentos.

A par do anteriormente referido não foram também bem acolhidas as propostas feitas pelo PSD que visavam e visam a importância de criar, de uma forma robusta, um contexto, um ambiente amigo do investimento, da implantação de empresas única forma de criar riqueza na região e o bem-estar das nossas populações.

Conforme a nossa proposta, os impostos criados pelo município deveriam iniciar a sua descida nomeadamente o IMI e a Derrama e até, eventualmente, o IRS mas que nesta altura desconhecemos ainda a proposta da taxa a aplicar no exercício de 2022. ancorada na previsão do incremento da coleta de impostos, exatamente para que, as populações e empresas do concelho possam passar a contar com maior disponibilidade de rendimentos e sermos finalmente guindados dos últimos lugares do ranking do rendimento per-capita a nível nacional.

No que respeita às Grandes Opções do Plano para o ano de 2022, contrariamente ao argumento utilizado na definição dos objetivos estratégicos, medida que o PSD acompanha e pelo que sempre se bateu, quanto ao desenvolvimento das freguesias, estas não vão poder afinal, contar com o aumento das transferência quando, na visão do PSD, são estas, exatamente, o garante da coesão Territorial e social do concelho, pela sua proximidade às

populações e portanto dos seus problemas, esta medida é fundamental sempre, mas particularmente num contexto como o que vivemos atualmente.

Em comparação com o ano anterior, registamos, globalmente, uma linha de continuidade com estratégia do anterior executivo, e, portanto, a uma ausência de alguma irreverência, de alguma ambição, de alguma novidade porque os tempos e as pessoas são também diferentes.

Relativamente as GOP nós, o PSD, teríamos reforçado, sem qualquer hesitação, as verbas para a Educação e aproveitamos para incentivar que o executivo comesse a iniciar esse caminho.

Quanto à Margem de Endividamento do Município, pela perceção que vamos construindo nos contactos que vamos mantendo com os diferentes autarcas de freguesia leva-nos a manter e a sustentar a reserva sobre a assunção das ditas "deliberações".

Finalmente e, na sequência do anteriormente referido, dado tratar-se de:

- um orçamento opaco que enferma de rigor na previsibilidade quer dos valores da receita quer da despesa e que encerra assim muitas dúvidas e muitas questões

- um orçamento que não é claro na estratégia que aponta

- este documento não satisfaz aos interesses e os sonhos dos Vianenses

- um documento que se afasta da visão que defendemos para o Concelho

O PSD é um partido que, desde sempre, está do lado da solução, estamos aqui com todo o empenho para ajudar e a colaborar com vista à melhorar a vida dos nossos concidadãos mas necessitamos que nos ajudem com mais e melhor informação para podermos ajudar

pelo que, os Deputados do PSD votam contra o Plano de Atividades

Muito obrigado

Luís Barreiros

(DOCUMENTO Nº 15)

PARTIDO SOCIALISTA

CMGIFR – COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe para representantes desta Comissão Municipal:

João Nuno Amorim de Pinho – Presidente da Junta de Freguesia de Carreço

José Manuel Vieira Morais – Presidente da Junta de Freguesia Outeiro

Viana do Castelo, 20 de Dezembro de 2021

(DOCUMENTO Nº 16)

PARTIDO SOCIALISTA

CMPC – COMISSÃO MUNICIPAL DA PROTEÇÃO CIVIL

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe para representante desta Comissão Municipal:

António Manuel Marques da Cunha Costa – Presidente da Junta de Freguesia de Vila de Punhe

Viana do Castelo, 20 de Dezembro de 2021

(DOCUMENTO Nº 17)

PARTIDO SOCIALISTA

CCM – CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe para representante deste Conselho Municipal:

Duarte Oliveira – P. Afife

António Manuel Marques da Cunha Costa – Presidente da Junta de Freguesia de Vila de Punhe

Viana do Castelo, 20 de Dezembro de 2021

(DOCUMENTO Nº 18)

PARTIDO SOCIALISTA

COMISSÃO DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe para representante desta Comissão Municipal:

Luís Manuel de Miranda Palma

Viana do Castelo, 20 de Dezembro de 2021

(DOCUMENTO Nº 19)

PARTIDO SOCIALISTA

COMISSÃO CONSULTIVA DE REVISÃO DO PDM

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe para representante desta Comissão Consultiva Municipal:

Paulo Jorge Dias Torres – Presidente da Junta de Freguesia de Castelo de Neiva

Viana do Castelo, 20 de Dezembro de 2021

(DOCUMENTO Nº 20)

PARTIDO SOCIALISTA

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe para representante deste Conselho Municipal:

Filipe Manuel Castro da Rocha – Presidenta de Junta de Freguesia de Lanheses

Viana do Castelo, 20 de Dezembro de 2021

(DOCUMENTO Nº 21)

PARTIDO SOCIALISTA

CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTO

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe para representantes deste Conselho Municipal:

Rui Miguel Barbosa de Sousa – Presidenta de União de Freguesias de Barroselas e Carvoeiro

José Emílio da Rocha Antunes Viana

Viana do Castelo, 20 de Dezembro de 2021

(DOCUMENTO Nº 22)

PARTIDO SOCIALISTA

CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe para representante deste Conselho Municipal:

Fernando Alberto Vilarinho Martins – Presidenta da Junta de Freguesias de Alvarães

Viana do Castelo, 20 de Dezembro de 2021

(DOCUMENTO Nº 23)

PARTIDO SOCIALISTA

COMISSÃO LOCAL DE ACOMPANHAMENTO DA EMAAC – (ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS)

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe para representante desta Comissão:

José Filipe Correia da Silva – Presidenta da Junta de Freguesias de Vila Nova de Anha

Viana do Castelo, 20 de Dezembro de 2021